



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

GEORGIA CLARA SOARES RODRIGUES

**A POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MUNICÍPIO DO
NORDESTE SEMIÁRIDO: PRÁTICAS SOCIAIS, SUJEITOS E INTERESSES**

FORTALEZA – CEARÁ

2017

GEORGIA CLARA SOARES RODRIGUES

A POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MUNICÍPIO DO NORDESTE
SEMIÁRIDO: PRÁTICAS SOCIAIS, SUJEITOS E INTERESSES

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liduina Farias Almeida da Costa.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Rodrigues, Geórgia Clara Soares.

A política pública de economia solidária em município do Nordeste semiárido: práticas sociais, sujeitos e interesses [recurso eletrônico] / Geórgia Clara Soares Rodrigues. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 148 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof.ª Dra. Liduina Farias Almeida da Costa.

1. Políticas Públicas. 2. Economia Solidária. 3. Instituições Participativas. I. Título.

GEORGIA CLARA SOARES RODRIGUES

**A POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MUNICÍPIO DO
NORDESTE SEMIÁRIDO: PRÁTICAS SOCIAIS, SUJEITOS E INTERESSES**

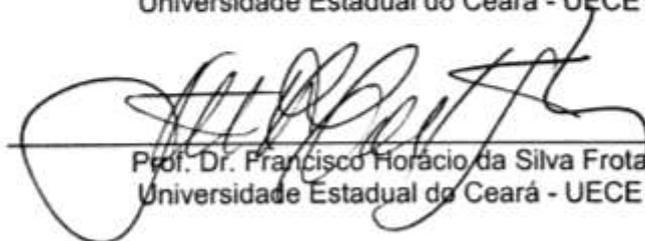
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 05/06/2017

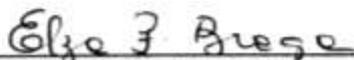
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Liduina farias Almeida da Costa (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.ª Dr.ª Elza Maria Franco Braga
Universidade Federal do Ceará - UECE

À Maria de Lourdes Pinto Soares (Vó
Lourdinha, *In Memoriam*) amor maior! À
Rejane Soares e Vania Vieira e por estarem
comigo em todos os momentos; por tudo!
Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

À Deus e ao Universo!

À minha mãe, Rejane, pelo seu amor que conforta e dá segurança para caminhar. Por ser presença constante na minha vida, intercedendo por mim e me apoiando junto aos caminhos que escolho seguir.

À minha mãe-tia, Vania, por ser uma inspiração; luz, me ensinando sempre o sentido da verdadeira humanidade, e, sobretudo, ajudando na minha criação e formação. Por ser um porto seguro!

Ao meu irmão, Felipe, por ser muito mais que um irmão, um amigo (por vezes até um pai), um porto aonde sei que posso aportar. Por estar comigo desde o início dessa jornada, acreditando em mim, quando eu mesma não acreditava. Por sua generosidade e bondade, que fortalecem nossa família, preservando sempre a união.

Ao meu pai, Assis, por me incentivar sempre, apoiando e respeitando minhas decisões. Por me ensinar a sempre procurar o caminho da retidão e da dignidade. Por me permitir ter uma educação e encontrar nos estudos o prazer de aprender e querer seguir nesse percurso.

À minha irmã, Bárbara, que me acolheu e cuidou de mim durante o período das aulas. Por nossa convivência, que me ensina, e por seu sorriso, que ilumina.

À minha orientadora, profa. Liduina Farias, por ser mais que orientadora, que fez tanto por mim. Que me ensina, que me inspira... Sou imensamente grata e feliz por nosso encontro.

À minha companheira de jornada, Preta, sempre ao meu lado e que extrai o melhor de mim todos os dias.

Aos meus amigos de uma vida toda, que, mesmo longe, posso sentir que torcem por mim e me fazem sentir feliz por sua amizade: Magah, Juçara, Napô, Edninha, Jânia.

À profa. Ivna Holanda, minha mestra! Aquela professora que nunca esquecerei! Por sua ajuda na minha formação desde a graduação e depois dela! Não tenho palavras para mensurar sua importância em minha vida! Só gratidão!

Ao professor Chico Guedes, por me possibilitar conhecer a economia solidária e me ensinar sobre ela. Minha admiração e gratidão por ter convivido com o senhor e ter aprendido tanto! Pelo que construímos além da relação profissional!

À profa. Maria do Carmo Correia Lima, a melhor coordenadora que poderia ter! Um anjo-mãe-amiga por me ensinar a ver a vida com leveza e humor! Por contribuir fortemente com a profissional que sou hoje.

Aos meus amigos da turma 13 do MPPPP, por me acolherem e por partilharem tantos momentos, incentivando, ajudando, ensinando e por me fazerem crescer. Em especial às amigas Neyde, Solange, Lia, Morgana, Rita, Fabíola e Priscilla e aos amigos Auler, Pedro, Luiz Regadas e André.

À minha amiga Ernny Coelho, a quem eu encontrei num caminho adverso e hoje, mesmo distante, sei que torce por minha felicidade. Que sua presença se agigante em minha vida.

Ao professor Igor Pimentel Fernandes Gomes Vieira, por querer ajudar na minha qualificação no mestrado. Por ser generoso, estendendo sempre a mão nos momentos difíceis. Considero uma feliz oportunidade nossa convivência na Pró-Reitoria de Planejamento da UVA. Serei sempre grata por sua ajuda!

Ao professor Horácio Frota, por possibilitar a condição para a conclusão do MPPPP.

À profa Elza Braga por aceitar o convite fazer parte da banca, por sua valiosa contribuição para com este trabalho.

A todos do Projeto Gente Solidária, no município de Sobral, que possibilitaram a pesquisa que originou a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço a todas as dores sentidas nesse processo, que me fizeram crescer e enxergar a vida sob uma nova perspectiva e que, mesmo diante de tudo, nunca me fizeram perder a fé, só me impulsionaram a seguir mais fortemente a vida, agora, com uma sede maior de viver!

“Por tanto amor
por tanta emoção
A vida me fez assim
Doce ou atroz
Manso ou feroz
Eu, caçador de mim...

Preso a canções
Entregue a paixões
Que nunca tiveram fim
Vou me encontrar
Longe do meu lugar
Eu, caçador de mim...

Nada a temer
Senão o correr da luta
Nada a fazer
Senão esquecer o medo...

Abrir o peito
À força numa procura
Fugir às armadilhas
Da mata escura...

Longe se vai
Sonhando demais
Mas onde se chega assim
Vou descobrir
O que me faz sentir
Eu, caçador de mim...”

(Sérgio Magrão; Luiz Carlos Sá, 1981).

RESUMO

A economia solidária emerge no Brasil em contexto de crise e precariedades das relações de trabalho. Sua institucionalização como política pública ocorre em 2003 no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao então Ministério do Trabalho e Emprego. No percurso dessa institucionalização foram encontrados muitos desafios e dificuldades, principalmente pelo fato de estar essa política na contramão do capitalismo, destacando-se o papel paradoxal do Estado ora como executor das demandas de mercado ora enquanto garantidor dos direitos sociais dos cidadãos e regulador da questão social; a inadequação da formação de quadros para atuar nesse segmento; a presença da economia solidária dentro de um órgão público que lida diretamente com trabalhadores formais; e a limitação de compreensão acerca dos propósitos e particularidades da economia solidária dentre outros. Analisar as dimensões e dinâmicas que foram se estabelecendo nesse segmento específico é caminhar num movimento novo e quase indeterminado, porém instigante, uma vez que toda política pública em seu processo de construção abarca uma diversidade de atores e instituições que a compõem ou a ela se relacionam desde sua inclusão na agenda pública de nível nacional até a implementação em estados e municípios. O objeto da pesquisa que deu suporte a presente dissertação relaciona-se à iniciativa do governo municipal de Sobral – o Projeto Gente Solidária – direcionada a reforçar ou institucionalizar organicamente ações pontuais de economia solidária desenvolvidas por várias instituições e entidades do município, com o intuito de transformar tais ações em uma política pública. O objetivo geral consistiu em analisar a implementação da Política Pública de Economia Solidária no município de Sobral-Ce, destacando a institucionalização e o fortalecimento de iniciativas sociais dispersas no campo da Economia Solidária, pelo governo municipal, de forma a compreender contextos, dinâmicas, formas e qualidades de participação que emergem desse processo. Realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo e os instrumentos utilizados propiciaram perceber-se, mediante a relação teoria-empíria, a tessitura constituída pelos atores sociais integrantes do processo. Constatou-se que a dinâmica de institucionalização da política pública de economia solidária em Sobral foi potencializada por instituições participativas constituídas por atores sociais representantes do governo municipal e da sociedade civil, destacando-se o Comitê Gestor do Projeto Gente Solidária (CGSol). A participação dos atores sociais envolvidos estimulou a ampliação do campo de discussão para a ação pública, além de proporcionar o exercício de uma gestão compartilhada na execução do

Projeto Gente Solidária. A institucionalização da política de economia solidária em Sobral possibilitou formas alternativas de produzir naquele município divergentes daquelas que caracterizam o capitalismo, visto que propiciaram a inclusão social de segmentos da população na condição de pobreza extrema, como também uma aprendizagem sobre a “arte do debate” sobre temas de interesse dos atores envolvidos, a qual poderá estender-se para outras instâncias da vida social e repercutir em suas próprias vidas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Economia Solidária. Instituições Participativas.

ABSTRACT

The solidary economy emerges in Brazil in a context of crisis and precariousness of labor relations. Its institutionalization as public policy happens in 2003 in the sphere of the National Bureau of the Solidary Economy (SENAES), connected to the Ministry of Labor and Employment. In the course of this institutionalization there were found many challenges and difficulties, mainly because it runs against capitalism, highlighting the paradoxical role of the State as the executer of the demands of the market and other times as a guarantor of the social rights of the citizens and a regulator of social issues; the inadequacy of the training of the personnel to act in the segment; the presence of the solidarity economy within a public agency that deals directly with formal workers; and with the limitations of understanding about the purposes and particularities of the solidarity economy among others. Analyzing the dimensions and the dynamics that have been establishing themselves in this specific segment is to step in a new and almost indeterminate but instigating movement, since all the public policy in its process of construction encompasses a diversity of actors and institutions that compose or relate to it, from its inclusion in the public agenda of national level to the implementation in the states and the municipalities. The general object of the research was to analyze an implementation of the Public Policy of the Solidary Economy in the municipality of Sobral-Ce, highlighting the institutionalization and strengthening of dispersed social initiatives in the field of the Solidarity Economy, by the municipal government, as a way to understand contexts, dynamics, forms and qualities of the participation which emerge from this process. There were conducted a bibliographical, documental and field researches and the instruments used made it possible to notice, in a theory-empirical relationship, a tessitura constituted by the social actors who were part of the process. It was verified that the dynamics of institutionalization of the public policy of the solidarity economy in Sobral was strengthened by participatory institutions equally composed by social actors who were representatives of the municipal government and civil society, especially The Managing Committee of the Solidarity People Project (CGSol). The participation of the social actors involved stimulated an enlargement of the discussion area for a public action, as well as providing the use of a shared management in the execution of The Solidarity People Project. An institutionalization of the policy of the solidarity economy in Sobral made it possible to have alternative forms of production in that county, divergent from those that characterize capitalism, since they favored the social inclusion of segments of the population in the

condition of extreme poverty, as well as learning about an "the art of debating" on topics of interest of the actors involved, that can expand to other instances of the social life and reverberate in their own lives.

Keywords: Public Policies. Solidarity Economy. Participatory Institutions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Sobral	33
Figura 2 – Mapa das primeiras Vilas nas Bacias Hidrográficas do Ceará -1699-1683 ...	35
Figura 3 – Complexo CIDAIO	41
Figura 4 – Seminário Diocesano, hoje sede da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).....	43
Figura 5 – Santa Casa da Misericórdia – Sobral/CE	43
Figura 6 – Igreja do Rosário dos Pretos	44
Figura 7 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição	45
Figura 8 – Boulevard do Arco do Triunfo.....	53
Figura 9 – Margem Esquerda do Rio Acaraú.....	54
Figura 10 – Distribuição da renda na sede e nos distritos de Sobral.....	96
Figura 11 – Reunião de planejamento do Projeto.	105
Figura 12 – Reunião de planejamento do Projeto.	105
Figura 13 – Feira em comemoração ao dia mundial da alimentação saudável.	106
Figura 14 – Feira semanal da economia solidária da agricultura familiar na Casa da Economia Solidária.	106
Figura 15 – Dimensão de atuação do CGSol.....	115
Figura 16 – Implementação do Gente Solidária (propósito fim)	118
Figura 17 – Fachada da Casa de Ecosol	121
Figura 18 – Placa de inauguração da Casa de Ecosol	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS/CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário
Anteag	Associação Nacional de Empresas de Autogestão
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CADUNICO	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEFET	Centro Federal Tecnológico
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
Concrab	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
Cresol	Cooperativa de Crédito com Interação Solidária Ltda.
CGSol	Comitê Gestor do Projeto Gente Solidária
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
ES	Economia Solidária
FASM	Fundação de Ação Social do Município de Sobral
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-Municipal	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEES-UVA	Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UVA
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
GEPCJU	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis
GT	Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária
MNCMR	Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG's	Organizações Não Governamentais
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRONACOOP	Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Institucional
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas Populares
PT	Partido dos Trabalhadores
Ripess	Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária
SEDS	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza
Senaes	Secretaria Nacional da Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
SINE/IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFC	Universidade Federal do Ceará
Unicafes	União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
Unisol	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	SOBRAL, SOBRALIDADE E SOLIDARIEDADE: AMBIGUIDADES E VICISSITUDES	32
2.1	ASPECTOS GEOGRÁFICOS	32
2.2	GÊNESE HISTÓRICA E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: A SOBRALIDADE	34
2.3	SOBRAL NO SÉCULO XX: HEGEMONIA ENQUANTO CIDADE POLO NA REGIÃO NOROESTE DO CEARÁ	40
3	LAÇOS DA SOLIDARIEDADE TECIDOS ENTRE AÇÕES DISPERSAS: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA EM SOBRAL.....	58
3.1	ECONOMIA SOLIDÁRIA: A POLISSEMIA DO TERMO E O DEBATE CONCEITUAL	58
3.2	A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGENS E HISTÓRIA ENTRE DESIGUALDADES E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	68
3.3	A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: AÇÃO PÚBLICA E ESPAÇOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL E EM SOBRAL	78
4	A POLÍTICA PÚBLICA DE ECOSOL EM SOBRAL NA VOZ DO COMITÊ GESTOR DO PROJETO GENTE SOLIDÁRIA	98
4.1	O COMITÊ GESTOR DO PROJETO GENTE SOLIDÁRIA: FORMAS E CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO.....	98
4.2	CONSTRUINDO A POLÍTICA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	116
4.3	COMITÊ GESTOR CGSOL: ENTRE TENSÕES E CONSENSOS	127
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	REFERÊNCIAS	140

1 INTRODUÇÃO

“[...] aprender e trabalhar a trama de relações contraditórias que forma o tecido social, objetivando atingir o mundo real, a gênese e a transformação deste; noutros termos, a correta utilização desse paradigma permite problematizar a realidade, levando em conta as relações sociais e os movimentos da sociedade para interpretá-los à luz das contribuições teóricas”.

(DAMASCENO, 2016, p.23).

A economia solidária (ES) possui raízes nas crescentes crises ao longo do modo de produção capitalista. Sua gênese está inserida no princípio do movimento cooperativista europeu, pós-revolução francesa e pós-revolução industrial, que lutava por condições de trabalho mais justas de forma a salvaguardar os trabalhadores explorados no capitalismo vislumbrando o bem coletivo. Várias experiências decorreram após esse período, cada uma delas com suas particularidades e sempre vinculadas às questões socioeconômicas que impulsionaram a emergência de empreendimentos com características de economia social enquanto alternativa à precarização dos postos de trabalho.

No Brasil, por volta dos anos de 1980, os antecedentes da ES surgiram num quadro socioeconômico e político de desemprego estrutural que afetava os trabalhadores. As transformações provocadas pelo neoliberalismo e pela inserção do Brasil na “globalização” como a abertura do mercado interno do país para as importações e a crescente dependência dos mercados externos, provocam o aumento das taxas de desemprego, precarização das formas de trabalho e o aumento da exclusão social. Nesse contexto, observam-se mudanças nas relações entre Estado e economia, os quais são alteradas na medida em que o capitalismo assume, mais uma vez, o controle das relações econômicas, ou seja, o mercado passa a ser o regulador da economia, papel antes delegado ao Estado. Soma-se ao quadro, o excedente da mão de obra que se vê obrigado a trabalhar com baixos salários e responder positivamente às exigências do aumento de sua produtividade.

Nesse cenário, as referidas questões de ordem socioeconômicas têm agravado a desigualdade social no país demonstrando íntima ligação entre a precarização do trabalho e a exclusão social, tornando-se propulsor para o surgimento de ações coletivas que privilegiem uma cultura de cooperação e solidariedade. Os trabalhadores passam a ter duas alternativas: a primeira, requer que os trabalhadores se especializem para atender as exigências do mercado competitivo e a segunda seria caminhar numa dimensão contrária à lógica instaurada. Em resposta a essa circunstância, a partir da organização dos mais diversos grupos, brotam várias experiências de caráter auto gestor e solidário capitaneadas pelos movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG's), igreja e governos de esquerda, que passam a constituir diversos formatos como redes, feiras, cooperativas, bancos sociais, etc. Todas essas iniciativas associativas vêm, ao longo do tempo, sendo reconhecidas como economia solidária.

Economia solidária pode ser vista como outra forma de produzir e de viver, uma vez que apresenta valores contrários aos praticados no capitalismo tendo em vista a emancipação do indivíduo na sociedade contemporânea.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a ES define-se em três dimensões: a primeira é a econômica onde o desenvolvimento de toda atividade econômica baseia-se na democracia e cooperação, nas quais todos do empreendimento são, ao mesmo tempo, donos e empregados; a segunda corresponde à cultural, a qual remete ao jeito de estar no mundo e consumir de forma consciente, avesso à lógica da competição, buscando cooperação, inteligência coletiva e partilhada; a terceira e última dimensão é política, por configurar-se um movimento social que luta por uma sociedade onde os indivíduos possam se desenvolver e construir avanços através de valores como: solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e direitos humanos.

Através da associação de pessoas, que se juntam para produzir, comercializar e consumir de forma igualitária, a economia solidária afirma-se enquanto alternativa real às intempéries do capitalismo contemporâneo que possui um caráter desagregador da sociedade, assim como pode vir a ser geradora de trabalho e renda para segmentos excluídos e pobres, da população. Em contraste com o individualismo pregado pelo capitalismo, os empreendimentos são embasados nos valores solidários que se configuram na forma de associações, cooperativas, empreendimentos autogeridos por famílias e/ou trabalhadores rurais ou urbanos que passam a concentrar pessoas excluídas pelo mercado formal de trabalho.

No contexto de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro a economia solidária vem construindo e agregando diversos segmentos da sociedade que vão desde os militantes da própria causa, como também pessoas que vão sendo excluídas nos contextos de

crise, intelectuais, universidades, técnicos, sindicalistas, religiosos, dentre outros. O movimento da economia solidária vem se fortalecendo tanto no Brasil como no mundo todo e estudos evidenciaram valores consideráveis que são movimentados a partir dessa outra economia.

Por meio da premissa neoliberal, o Estado, que prega a mínima intervenção na economia, permite a flexibilização dos postos de trabalho, entretanto, esse mesmo Estado passa a recorrer à ES com ações nos mais diferentes níveis de governo para compensar questões sociais provocadas pelo desemprego. Essa ambiguidade do papel estatal evidencia a necessidade de pensar ações articuladas que possam atenuar e até solucionar os problemas socioeconômicos a partir da criação de uma agenda, onde a economia solidária passa ser terreno fértil e favorável.

Diante deste universo contraditório, a título da esfera estatal, muitas dessas ações e empreendimentos iniciaram, de forma tímida, inseridas dentro de programas ou projetos do governo. O seu reconhecimento institucional foi impulsionado por experiências em governos municipais e através de organizações da sociedade civil, essa última com uma contribuição inegável. Em 2003, iniciando-se novo ciclo político¹ (NAKAGUMA; BENDER, 2010; GAMA NETO, 2008), o reconhecimento da ES fortaleceu-se com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), como órgão do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), vinculada a pasta das ações de trabalho e geração de renda.

A Senaes foi fundamental para a sistematização de princípios e diretrizes que orientam uma política pública de economia solidária. Todavia, só a partir da primeira Conferência Nacional em 2006 é que a ES passa a assumir a centralidade no movimento nacional sendo fortalecida pela criação do Conselho Nacional de Economia Solidária e outros conselhos em outras esferas de governo. O público a que se destina essa política é composto de pessoas que queriam organizar-se na forma da ES.

Desde então, ES vem se constituindo enquanto política pública na busca pelo fortalecimento institucional para que se torne política de Estado e não política de governo. Uma de suas principais questões está no fato de que, enquanto política de governo fica à mercê de partidos políticos, governos de coalizões ou grupos políticos que assumem o direcionamento do Poder Executivo (SCHIOCHET, 2009).

¹Os ciclo-políticos possuem como argumentação básica de que nas democracias existe uma relação intrínseca entre o estado, a economia e o apoio individual dos eleitores ao governo. Há uma interferência dos ciclos políticos partidários e os resultados econômicos que podem favorecer ou não os governos vigentes, principalmente no período de eleição (NAKAGUMA, BENDER, 2010; GAMA NETO, 2008).

Diante do exposto acima, a institucionalização desse segmento de políticas públicas aponta vários desafios, dentre eles, o fato de estar na contramão do que ora determina o capitalismo; o papel do Estado ora como executor das demandas de mercado, ora enquanto ente que deverá garantir o direito dos cidadãos e regular questões sociais; formação de quadros para atuar nesse segmento; sua presença dentro de um órgão que por vocação, lida diretamente com trabalhadores formais, a dificuldade de compreensão da ES, dentre outros.

A trajetória da ES enquanto política pública converte-se num campo vasto de possibilidades e pesquisas, sugerindo um repensar sobre os significados do desenvolvimento baseado em princípios capitalistas, que se configuram em todo o Estado brasileiro, nos levando a repensar inclusive, o próprio papel do Estado/ Município quanto ao incentivo e implantação de tais políticas públicas.

Analisar as dimensões percorridas e as dinâmicas que foram se constituindo por meio dessas iniciativas nesse segmento específico é caminhar num movimento novo e dinâmico, porém não menos importante, uma vez que toda política pública em seu processo de construção abrange uma grande diversidade de atores e instituições que a compõem desde a sua institucionalização nacional e à sua implementação nos estados e municípios.

Nesse contexto, o município de Sobral, região Noroeste do Estado do Ceará, semiárido Nordestino, vem tecendo uma trajetória similar à da esfera nacional no campo da economia solidaria. A gestão pública do município em questão, no ano de 2011, potencializa ações que minimizam a extrema pobreza, lança Plano de Governo denominado *Por uma Sobral Melhor* e explicita a necessidade PPES sob eixos, tais como: sociedade justa e solidária; economia para uma vida melhor; e governo participativo, ético e competente, reconhecendo a referida política como alternativa para gerar emprego e renda de segmentos pobres da população.

No âmbito de iniciativas do governo municipal, a análise recai sobre as ações de ES que passam a ser encampadas com ações previstas no Plano Plurianual (PPA) que compreende o período de 2010 a 2013, tornando-se um dos objetivos governamentais. Sendo reforçadas, no período de 2013 a 2016, quando esses objetivos são potencializados no Plano de Governo que compreende o ciclo político iniciado em 2011, com destaque para eixo de programas prioritários como o Programa Agente Social para o Desenvolvimento Comunitário; Sobral Solidário e Compras Governamentais. Vinculado, principalmente, ao Plano de Erradicação da Extrema Pobreza de Sobral.

Como ação direta envolvendo o campo específico da ES, a partir de 2013, foi realizada a implantação do Projeto Gente Solidária, via financiamento pela Senaes/ MTE e

por meio do Governo Municipal, e a proposição chave do respectivo projeto seria implementar uma política pública integrada de ES em Sobral-CE. O Projeto Gente Solidária corporificou as ações antes distribuídas em programas e projetos do município, possibilitando ações integradas no referido campo além de propor o apoio de 20 (vinte) empreendimentos, (e) beneficiando 1000 (mil) famílias. O referido Projeto se caracteriza por ser uma das experiências pioneiras, dentre projetos financiados pela Senaes, com a perspectiva de implementar uma política pública integrada municipal (SOBRAL, 2016).

O Projeto Gente Solidária traz a previsão de atuar sob o enfoque territorial² no fomento à ES sem perder de vista a promoção da governança democrática nas comunidades consideradas carentes, a divulgação dos princípios da ES, além de formação e assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários, o apoio à comercialização e o acesso a serviços financeiros. Para tanto, as ações pretendem estimular e fortalecer empreendimentos econômicos solidários por eles beneficiados além da intenção de fomentar ações de inclusão produtiva que estejam dentro dos princípios da Economia Solidária, vinculadas às políticas já existentes.

Sob esse enfoque, o Gente Solidária também almeja a estruturação do Centro de referência em Economia Solidária no Município, através da Casa da Economia Solidária, a qual se traduz como ponto de finanças solidárias e de desenvolvimento de estratégias de apoio à comercialização, promoção de feiras da Economia Solidária e articulação dos empreendimentos solidários com outros programas de governo existentes anteriormente.

Percebeu-se ser esse um tema importante de investigação, com ênfase no âmbito local e, ao mesmo tempo, sem perder de vista suas relações com as esferas mais gerais. Observa-se que a ES vem se constituindo no Município e que, como toda política pública, é um território de contradições e complexidades em permanente movimento.

Tais complexidades e contradições emergem ao buscar uma compreensão ampliada do movimento inerente advindo da relação do Estado e da sociedade permeada por dilemas e conflitos. De um lado tem-se um Estado que possui o duplo papel de buscar consolidar um poder nacional territorial e, ao mesmo tempo, atua como construtor da sociedade tentando desenvolver políticas descentralizadoras. Do outro lado, a sociedade civil,

² O enfoque territorial abordado pelo Projeto implica na percepção de uma determinada área e as relações que nela se constituem: relações de poder, conflitos, questões econômicas, políticas e sociais. Milton Santos (2006) esclarece que território é o uso apropriado do espaço pelo povo. Seria o nome político para espaço. Para o mesmo teórico implica em compreender o espaço como resultante da ação do homem e do seu trabalho. O geógrafo Haesbaert (2007) complementa o sentido dado por Santos ao situar o território imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobrando-se num continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’. (HAESBAERT, 2004, grifo do autor).

que através dos movimentos sociais, é responsável historicamente pela mobilização, organização e luta de grupos minoritários que iniciaram o campo das políticas públicas no Brasil que acabam sendo cooptados ou perdem sua autonomia diante dos interesses sociais invertendo o processo de representação dos interesses sociais. Além do que, à medida que as políticas se institucionalizam ficam submetidas a burocracias e controladas seja por parte dos militantes de movimentos sociais, do próprio Estado e de outros atores. Na questão dos interesses, Estado e sociedade são penetrados um pelo outro deixando suas fronteiras tênues quando se propõe a refletir sobre políticas públicas criando um campo de construção e reconstrução da própria política pública (COSTA, 2016).

Face ao explicitado e pautada numa perspectiva investigativa, emergem inquietações que levam a questões norteadoras de caminhos que serão percorridos por esta pesquisa, tais como: Como se deu o processo de implementação do Projeto Gente Solidária? Que desafios foram/serão enfrentados na trajetória de inserção de uma política municipal de ES em Sobral-Ce? Quais os atores que participaram/participam desse processo?

Tais questões conduzem a seguinte **questão central**: Como se deu o processo de constituição da Política Pública de Economia Solidária no município de Sobral examinando possíveis tensões no percurso de sua institucionalização³?

A questão central aqui abordada advém do movimento existente entre o próprio Estado e a sociedade civil uma vez que, o Estado contemporâneo, segundo Costa (2015), é por natureza histórica o Estado das políticas públicas que, por sua vez, são passivas da intervenção estatal, que necessita reorganizar a sociedade para depois transformá-la buscando superar as desigualdades sociais existentes. Ou seja, é na relação conflituosa e contraditória entre Estado e sociedade que se expressam e se constroem as políticas públicas. “Toda política pública provoca conflitos, provoca tensões” mobilizando os temas mais diferentes da ação política, cujos limites são indefinidos chegando a afetar os campos mais íntimos da ação humana. Na medida em que se institucionalizam ficam sujeitas a burocracias do Estado ou de pessoas dos movimentos sociais que passam a ser controladas por profissionais de várias áreas (COSTA, 2015, p.144).

Nesse sentido, observada sua complexidade, analisar a natureza e singularidades inerentes a esse recente gênero de política pública, e interpretar os papéis do Estado e das

³ A institucionalização aqui tratada diz respeito a ações de economia solidária, antes dispersas em diversos segmentos do município que foram inseridas no Plano Plurianual (PPA) do município, no ano de 2010 se estendendo até 2016, compreendendo a criação do Comitê CGSol e os caminhos que conduziram à criação da Lei Municipal de Economia Solidária. Tais iniciativas são reforçadas pelo próprio Estado, iniciadas nesse caso, pelo Governo Federal, por meio de edital de chamada pública a ser desenvolvida pelo governo municipal.

instituições envolvidas nesta trajetória através das experiências desenvolvidas, faz-se necessário para se vislumbrar o processo transcorrido possibilitando a construção de políticas públicas de economia solidária no Município de Sobral-Ce.

Ademais, Sobral tem se apresentado como economia de certa forma pujante do Ceará, ao mesmo tempo em que expressa um quadro de elevada pobreza, a precariedade das formas de inserção no mercado de trabalho e a maneira ainda equivocada de lidar com o semiárido nordestino, reforçando políticas desagregadoras e instáveis, fortalecendo a instabilidade econômica e de trabalho, e gerando um quadro crescente de desigualdade social, pois o trabalho e a renda se colocam como questões vitais para a população. Tudo isso, imerso num contexto, cujas circunstâncias levam a se pensar, ainda mais, nas condições de sobrevivência das pessoas e na geração de trabalho e renda para subsistência das famílias como fatores determinantes entre vida e morte.

A presente dissertação justifica-se também em virtude da expansão do campo da análise das políticas públicas e ainda porque o objeto de estudo ora apresentado situa-se numa das etapas do processo de constituição do ciclo de toda política pública⁴. Ocorre que tem se difundido no Brasil, por um determinado período de tempo, práticas de implementação sob perspectiva gerencialista, a qual, segundo Rodrigues (2008), foi fortemente difundida no Brasil por agências financiadoras internacionais que passam a financiar programas de governo. Embora se observem novas discussões e estudos, sobre mudanças nas práticas /concepções de análise de políticas públicas, percebe-se que ainda há limitações de sua aplicação à medida que a compreensão de avaliação ainda é vista quase unicamente (ou na maioria das vezes, unicamente!), como instrumento de mensuração “do que deu certo ou errado” de forma descontextualizada e até esquecendo possibilidades de reestruturar, reorganizar ou reavaliar estratégias de gestão e outros aspectos necessários.

Isto posto, observando a necessidade de fortalecer os princípios da ES, compreende-se que o momento é oportuno para uma imersão investigativa/avaliativa no caso de Sobral com o intuito de colaborar com um necessário e importante processo de análise de políticas públicas em geral, servindo de base para futuras avaliações no campo das políticas

⁴ O projeto Gente Solidária encontra-se no estágio chamado por alguns autores de implementação ou execução de programas sociais. Conforme Silva (2009, p. 3-4), ao inferir sobre o desenvolvimento das políticas públicas explicita ser este um processo circular que vai da constituição de um problema, incorporado nas agendas governamentais e posteriormente passa pela formulação de alternativas; adoção da política; implementação ou execução de programas sociais e avaliação de tais programas. Sousa (2006) adverte que tais estágios ou ciclos são deliberativos: a agenda, que focaliza e reconhece o problema, chamada de consciência coletiva de como o problema deva ser enfrentada; a identificação de alternativas; a avaliação das opções; seleção das opções; implementação e avaliação.

públicas, especialmente a que se propõe essa pesquisa, face as suas especificidades e desafios, notadamente quando se trata com modelos econômicos fortemente excludentes.

Para além dos motivos explicitados, cabe externar que a relação entre o tema e o pesquisador é parte de um processo que possui origem em antecedentes que se encontram na atuação profissional da pesquisadora vinculada a experiências em programas e projetos de governo das esferas (municipais, estaduais e federais). No que diz respeito à economia solidária, foi através da Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Estadual Vale do Acaraú (IEES-UVA), em Sobral, onde se vivenciou práticas e experiências que culminaram na decisão de construção do objeto desta pesquisa.

Assim, essa relação com o objeto foi sendo construída processualmente. O vínculo com o objeto de estudo não surge espontaneamente. “Essa escolha é fruto de determinada inserção do pesquisador na sociedade. O olhar sobre o objeto está condicionado historicamente pela posição social do cientista e pelas correntes de pensamento existentes”. (GOLDENBERG, 2004, p.79).

Essas vivências com singularidades específicas, estimulantes e desafiadoras, possibilitaram uma reaproximação com a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), através do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPCJU), credenciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no curso de Pedagogia e da Incubadora IEES-UVA, onde passei a integrar sua equipe desde 2009, atuando por seis anos como técnica, na área de Gestão de Projetos e Convênios, com atuação especialmente nos Municípios de Santana do Acaraú e Irauçuba-CE, ambos área de abrangência da UVA.

A IEES-UVA proporciona uma rica formação quanto a estratégias políticas e administrativas de implantação de grupos de EES's e de processos de incubação em comunidade, num permanente trabalho de fomento a práticas de economia solidária. Nesse ínterim, a participação nas Conferências Estadual e Nacional de Economia Solidária entre os anos de 2010 e 2011 possibilitaram vislumbrar a crescente expansão do movimento de ES no país e a luta para implementação de políticas públicas nesse segmento.

O trabalho desenvolvido na IEES-UVA, fez com que fôssemos procurados pela Prefeitura Municipal de Sobral, num primeiro momento, em 2009, para apoiar a execução de ações de economia solidária no âmbito do Programa de Inclusão Produtiva. Num segundo momento, em 2013, a equipe da IEES-UVA foi convidada a coordenar a implantação e execução do Projeto Gente Solidária.

Mediante as demandas da IEES-UVA e a quantidade de pessoas em sua equipe, não foi possível atender a proposta. Todavia, a IEES-UVA colocou-se enquanto parceira efetiva no apoio a referida iniciativa por entender que o Projeto Gente Solidária viria fortalecer as ações de ES na região, principalmente no Município. Iniciado o vínculo, no ano de 2014, motivada pela preparação para a seleção ao curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará (MPPPP), fora iniciada a fase exploratória desta pesquisa, culminando com o projeto submetido ao referido curso e selecionado. Nessa fase embrionária apresentava uma pesquisa bibliográfica e documental, como também um marco teórico conceitual resultando num diálogo com o objeto a ser investigado (MINAYO, 2002).

Essa pareceria se aprofundou na formação do Comitê Gestor do Projeto Gente Solidária quando fui designada enquanto membro suplente, representando a IEES-UVA. A participação no Comitê Gestor propiciou um maior envolvimento com o objeto de estudo que me conduziu a exercitar um olhar diferenciado, ainda que sem um guia prévio acerca do movimento que ali se apresentava entre os sujeitos envolvidos nesse processo. Com a aprovação no Mestrado, o projeto da pesquisa foi sendo aprimorado para dar seguimento à investigação pretendida.

Esse caminhar permitiu a construção dos objetivos pretendidos. Assim, o **objetivo geral** é analisar a implementação da Política Pública de Economia Solidária no município de Sobral-Ce, destacando a institucionalização e o fortalecimento de iniciativas sociais dispersas no campo da Economia Solidária, pelo governo municipal, de forma a compreender contextos, dinâmicas, formas e qualidades de participação. Como objetivos específicos, foram formulados os seguintes:

- ∞ Compreender o município de Sobral e suas configurações particulares, em razão de situar-se no semiárido nordestino, a partir dos setores de atividade e da dinâmica social, na construção de políticas públicas;
- ∞ Identificar atores sociais e analisar os arranjos socioinstitucionais construídos de forma a tornar possível uma Política Pública de Economia Solidária no município de Sobral;
- ∞ Verificar como se deu o processo de inserção no PPA de ações dispersas de Economia Solidária para o período de 2010-2013 e 2014-2017.
- ∞ Analisar as tensões e repercussões advindas desse processo para refletir sobre a análise de Políticas Públicas.

Os questionamentos lançados buscam captar um fragmento dessa realidade dinâmica e em construção que é a política pública cujas possíveis respostas vagueiam por entre a dor e a beleza do ser pesquisador. Nessa condição, Morin (2000) explicita que estabelecer as relações mútuas e as influências recíprocas entre as partes e o todo como princípio do conhecimento pertinente é fundamental para pensar uma lógica interdisciplinar articulando saberes. Entende-se que esse método, esse caminho/travessia, dá ao pesquisador a condição de aprender e criar durante esse caminhar.

Ocorre que tal caminho pressupõe procedimentos, técnicas que compõem sua trajetória metodológica. De acordo com Minayo (2016), fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, métodos e técnicas numa relação em que os três se condicionam mutuamente onde o pesquisador dá o tom e tempero do trabalho construindo uma artesanaria a partir da sua experiência e sua relação com o objeto.

A mesma autora enfatiza que o verbo principal da pesquisa qualitativa é “compreender”: colocar-se no lugar do outro, levando em conta a singularidade do indivíduo. “Toda compreensão é parcial e inacabada, tanto a do nosso entrevistado, que tem um entendimento contingente e incompleto de sua vida e de seu mundo, como a dos pesquisadores, pois também somos limitados no que compreendemos e interpretamos”. (MINAYO, 2016, p.623).

Nesse sentido, a presente pesquisa configura-se de caráter qualitativo, por entender-se que diz respeito ao mundo da experiência vivida sendo nele, que a crença individual e a ação e a cultura entrecruzam-se (DENZIM; LINCOLN, 2007) e é, sobretudo social, observado o fato de a realidade ser dinâmica e inconclusa. De acordo com Goldenberg (2004, p.16) os “pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências” permitindo um processo de criatividade e flexibilidade na análise do objeto de estudo.

A área de abrangência do estudo foi o Município de Sobral, região Noroeste do estado do Ceará, cuja maior parte de seu território se caracteriza por ser área do semiárido nordestino. A escolha do Município foi motivada pelo fato de realizar trabalho na temática de economia solidária no âmbito da Universidade desde 2009, agregado ao fato de apresentar diferentes segmentos de entidades que tratam da referida temática, estimulando a aprofundar as questões propostas nessa pesquisa, dentre elas o governo municipal.

Soma-se ao exposto o fato de ser Sobral um município beneficiado com Programas de governo que possuem interface direta com a política de economia solidária,

como é o caso do Programa Bolsa Família, além de outras ações do Programa Brasil Sem Miséria, o qual prevê ações específicas para a economia solidária.

No tocante a método, como foi mencionado, essa pesquisa iniciou sua fase exploratória durante a elaboração do anteprojeto de dissertação para concorrer a seleção do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará-UECE. A delimitação do tema e do objeto de estudo foi fruto da inserção, estudos e observações, a princípio assistemáticas, em experiências de economia solidária no Município de Sobral.

Enquanto pesquisa qualitativa, não há um método único que deve ser utilizado e sim um conjunto de métodos que possibilitam interpretar o objeto de estudo num processo de construção constante (DENZIM; LINCOLN, 2007). No caso desse estudo, foram realizadas: pesquisa bibliográfica, documental e de campo de forma a compor uma tessitura numa articulação dialogada junto ao objeto de estudo.

A pesquisa bibliográfica proporcionou a formação de um marco que possibilitou a constituição de conceitos e categorias (MINAYO, 2016), compreendendo um desenvolvimento “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.65), como também dissertações e teses como suportes para fundamentar a teoria sobre o tema da economia solidária e demais assuntos correlatos como: precarização do trabalho no Brasil, políticas públicas, globalização, desenvolvimento e crescimento econômico, análise e avaliação de políticas públicas, programas de governo brasileiro, além de outros que possam surgir.

O diálogo com os teóricos fundamenta os pressupostos que balizaram a pesquisa a partir dos objetivos propostos, de forma a compor um mosaico de olhares que permitiu refletir e confrontar questionamentos aqui pretendidos fundindo a relação teoria e empiria. Essa característica se pauta na perspectiva dialética, em que a interpretação da realidade e sua dinamicidade inerente entende que o fato social não pode ser visto de forma isolada, pois, está ligado a um processo histórico num determinado contexto social (GIL, 1999). Nesse sentido, construir uma perspectiva histórico social do objeto, segundo Scartezini (2011) interpretando, Bourdieu (1989), diz respeito a como estes objetos e estas formas de pensar o mundo foram se constituindo ao longo do tempo e servindo aos interesses de quem é fundamental para o rompimento do senso comum, além permitir a caracterização desses campos os quais, para o teórico deve ser trabalhado em todas as suas nuances.

O exercício de desvendar as categorias do estudo a partir da ampliação do olhar do pesquisador entre o campo teórico e empírico, observando o campo de relações do objeto

do estudo implicou compreender a trajetória da Política Pública de Economia Solidária no Município de Sobral, requerendo interpretações de sentidos que se constituíram nesse processo para/pelos sujeitos e atores sociais, os significados por eles atribuídos ou construídos sobre essa política durante essa trajetória.

Conforme Bourdieu (1989), pensar o objeto na dimensão histórico social significa pensar relacionalmente, ou seja, admitir que o objeto de pesquisa não está isolado de um conjunto de relações. Que ele se constitui por uma série de aproximações da realidade do mundo social em que está inserido. Daí, segundo este autor, a necessidade de buscar conceitos para que se possa estar amparado para falar e pensar o mundo social.

Nesse sentido, aborda-se a economia solidária em Sobral à luz de conceitos elaborados sob a perspectiva dos diversos teóricos que discutem o assunto juntamente com outros termos a ela relacionados. Explicitam-se também as diversas acepções de participação na dimensão do Comitê Gestor do Projeto Gente Solidária e, quanto às políticas públicas, busca-se compreendê-las no processo de construção da política de economia solidária, de acordo com os propósitos do estudo.

Enquanto pressupostos teóricos, as categorias evidenciadas nesse estudo apresentam-se concernentes ao seu objeto. A economia solidária é discutida com base em conceitos que se constituíram em sua própria história, cuja interface com as condições de precarização do trabalho são incontestes. Nessa linha, autores como Singer (2002, 2004, 2005, 2010), Santos e Rodríguez (2005), Gaiger (2015), Pochmann (2004, 2008), dentre outros, foram de grande relevância.

Para aprofundar os questionamentos pretendidos sobre a construção de políticas públicas na institucionalização do Projeto Gente Solidária, considerou-se pertinente situar as instâncias de participação situadas na relação Estado e sociedade durante uma ou várias fases do “ciclo” das políticas públicas, destacando-se Souza (2006), Saravia (2006), Silva (2008) e Arretche (2004), outros autores que tratam especificamente das políticas públicas de economia solidária, como Praxedes (2009), Schiochet (2009) Arroyo e Schuch (2006) e Schwengber (2006), como também os que refletem especificamente sobre participação, entre eles Milanni (2005, 2008) que aborda o princípio da participação e Alegretti (2014) a participação à convite. Sobre as instituições participativas se destacam Avritzer (2011, 2007), Wampler (2011) e Vaz (2011).

As principais fontes da pesquisa documental foram o diagnóstico realizado por técnicos de várias áreas, para respaldar a implementação do Projeto Gente Solidária, atas de reuniões do Comitê Gestor que compreenderam os anos de 2014 e 2015, relatórios de

acompanhamento da execução do Projeto, Planos Plurianuais do município de Sobral correspondentes aos períodos de 2010-2013 e 2014-2017, relatório de gestão da então Fundação de Ação Social, hoje Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza, como também censos, anuários, relatórios de institutos oficiais de estudos e pesquisas, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes) e ainda sítios eletrônicos atinentes ao estudo.

Cabe salientar que durante a pesquisa documental, considerou-se, com apoio em May (2004, p.212-214), o contexto político e social, buscando realizar uma leitura da realidade e a versão dos eventos, expressas no documento considerando seu poder social.

A pesquisa de campo foi desenvolvida de forma a contemplar tanto o ato de pesquisar como o de comunicar o que foi pesquisado (DENZIM; LINCOLN, 2007). Numa tentativa de aproximação com a realidade estudada buscou-se a articulação entre as falas, os silêncios ou ausências e vivências dos interlocutores imersos nesse processo. Com apoio em Minayo (2016), a coleta de dados foi efetivada por meio de técnicas conjuntas, entendendo-se que os dados devem advir de fontes diversificadas de informação, característicos à pesquisa qualitativa.

Nessa perspectiva, realizou-se entrevista não-estruturada permitindo que os “entrevistados falassem do tema nas suas próprias estruturas de referência”, baseados em ideias, significados com que são familiarizados, como também visando mapear as mudanças de relações submetidas a transformações de condições socioeconômicas. (MAY, 2004, p.149-150). Foram entrevistados participantes do Comitê Gestor do Projeto Gente Solidária, tais como: representante da Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza; coordenadora do Projeto Gente Solidária; representante do Instituto de Desenvolvimento Humano (IADH) e representantes da sociedade civil, lideranças dos empreendimentos atendidos pelo Projeto.

Ressalta-se que os depoimentos coletados pelas entrevistas foram gravados mediante consentimento dos sujeitos entrevistados, resguardando sua privacidade, porém buscando captar mais profundamente a relação processual desses sujeitos com o objeto pesquisado.

A observação em profundidade foi possibilitada desde a inserção da pesquisadora em ações governamentais que levaram à institucionalização da política de economia solidária em Sobral, ainda em suas protoformas. Houve, de certa forma, uma aproximação com os

propósitos da observação flutuante, pois inicialmente não se tinha de forma clara os objetivos do estudo. Essa modalidade de observação consiste em está inserido no processo de forma que as informações penetrem, a princípio sem filtro, mas que durante o percurso pesquisado, possam conduzir a pontos de referências e convergências considerando as circunstâncias que envolvem o objeto (PÉTONNET, 2009).

Além desta introdução, a presente dissertação contém três capítulos, cada um deles construído como retalho que foi compondo um tecido constituído artesanalmente no exercício de aprender e reaprender a olhar o objeto durante o percurso.

O primeiro capítulo, “Sobral, Sobralidade e Solidariedade: Ambiguidades e Vicissitudes” foi tecido com o intuito de aprofundamento acerca da compreensão histórica do Município de Sobral, suas configurações e dinâmicas enquanto importante polo econômico do semiárido nordestino que se reinventa em vários períodos históricos do país, bem como, uma aproximação à dinâmica contemporânea de desenvolvimento do município inserido nos modernos fluxos do capital mundializado sem, entretanto, resolver os graves problemas de emprego, renda e condições satisfatórias de vida de grande faixa populacional. O intuito foi compreender antecedentes que culminaram com a constituição do Projeto Gente Solidária no município.

O segundo capítulo, intitulado “Laços da Solidariedade Tecidos entre Ações Dispersas: A Economia Solidária Como Política Pública Em Sobral”, apresenta uma caracterização acerca da economia solidária, considerando a realidade mundial e brasileira, dando relevo às suas origens, aspectos históricos e sua trajetória como política pública destacando o desenho e operacionalização de sua institucionalização nacional. Numa escala mais local, é dado destaque ao projeto Gente Solidária, locus em que se processa a trajetória da institucionalização, no âmbito municipal, da política pública de economia solidária e espaço em que se cria a ambiência para o surgimento do Comitê Gestor do Projeto. Este último, considerado instituição participativa e canal de interlocução entre a sociedade civil e o Estado na seara da implementação da política pública.

O terceiro capítulo denominado “A Política Pública de Ecosol em Sobral na Voz do Comitê Gestor do Projeto Gente Solidária” constituído com suporte na pesquisa de campo visa à reflexão acerca dos dados coletados por meio das entrevistas, observações e documentos, considerando os atores sociais e as entidades que, paulatinamente, foram se incorporando ao processo que visava a institucionalização da economia solidária em Sobral. Busca-se analisar como e por quais meios as ações, que antes eram dispersas, foram incorporadas ao planejamento municipal durante o ciclo político iniciado em 2011 até 2016

com a participação dos diversos atores ressignificando as categorias aqui analisadas através do olhar dos interlocutores.

As considerações finais que consistem numa síntese das questões perseguidas na pesquisa à luz das categorias teóricas, no trabalho de campo e no olhar da pesquisadora de forma a recompor analiticamente a trajetória dos sujeitos envolvidos na construção de uma política pública pretendida e os múltiplos desdobramentos desse processo.

2 SOBRAL, SOBRALIDADE E SOLIDARIEDADE: AMBIGUIDADES E VICISSITUDES

“Nasceu Sobral entre sobreiros verdejantes
À margem esquerda do lendário Acaraú
Velha Caiçara, com suas vacas ruminantes
Oh! Meu Sobral quão altaneira foste tu!
Oh! Meu Sobral, Oh! Meu Sobral
Linda princesa cá do Norte do Ceará
Oh! Meu Sobral, Oh! Meu Sobral
Cidade luz aqui da terra de Tupã
No farfalhar dos carnaubais que te rodeiam
Ouve-se a voz do Acaraú a murmurar
Filhos ilustres construíram tua grandeza
Que te oferece galardão excepcional
E a natureza te emprestou tanta beleza
[...]
Hoje, ostentando majestoso casario
Alto comércio, povo ordeiro e varonil
E retratando teu perfil na água do rio
És, meu Sobral, uma das glórias do Brasil”

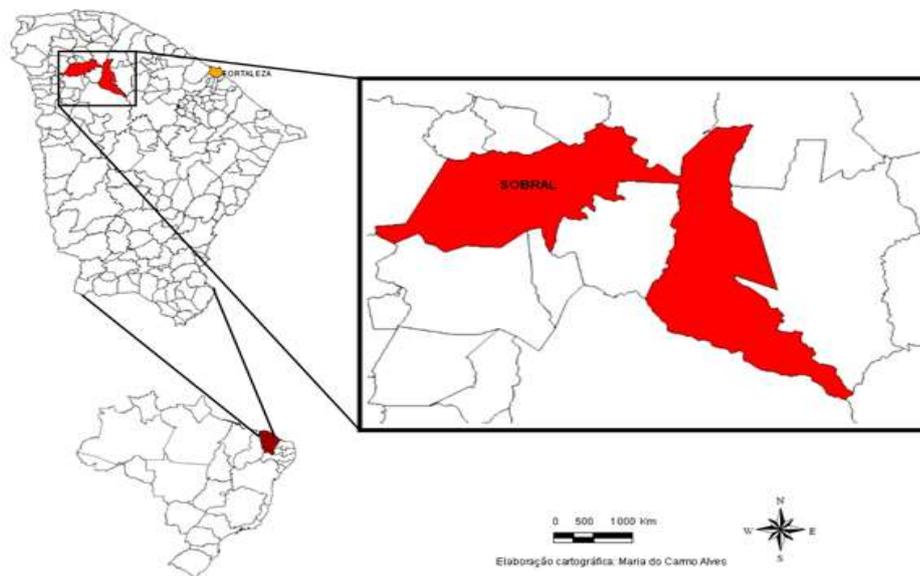
(Letra: José Esmeraldino de Vasconcelos
Música: Antonio Gondim Arranjo/ José
Wanderley Alves Costa).

2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

A cidade de Sobral, localizada a 220 km da capital do estado do Ceará, Fortaleza, possui uma área territorial de 2.122,9 Km² (Figura 1). (IPECE, 2014). Sua população foi estimada em 2015 com um total de 201.756 habitantes. No ano de 2010 sua densidade demográfica registra 88,67 hab./km². Sua divisão territorial, a partir do ano de 1993, se

constitui de onze distritos: Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, Patriarca, São José do Torto e Taperuaba (IBGE, 2016).

Figura 1 – Localização do Município de Sobral



Fonte: Alves (2011).

Em aspectos climáticos caracteriza-se enquanto tropical quente semiárido e tropical quente semiárido brando com relevo predominante de planície fluvial, depressão sertaneja e maciços residuais. O território de Sobral é banhado pelas bacias do Acaraú, Coreaú e Litoral. Compõe a sexta região administrativa do estado e sua macrorregião é Sobral-Ibiapaba, perfazendo o Noroeste Cearense. Toda sua área está situada em região semiárida (IPECE, 2011).

Em 2010, ficou entre os dez municípios que apresentaram melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-Municipal) registrou 0,647 equivalentes ao segmento renda. Entre os municípios do estado junto a Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha se destaca pela oferta da estrutura educacional que conta inclusive com universidades estaduais e federais ficando em segunda posição no ranking com 0,675. Quanto à expectativa de vida, também está entre os que apresentam maiores índices, mais especificamente 0,832, cuja expectativa ao nascer está entre os 75 anos, índice maior do que a capital do estado Fortaleza que é de 74,4 anos, ocupando também o segundo lugar no Ceará (IPECE, 2013).

2.2 GÊNESE HISTÓRICA E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: A SOBRALIDADE

A origem do Município de Sobral está vinculada ao processo de formação da região Nordeste do Brasil, diretamente ligada à história do espaço colonial brasileiro que passa a constituir uma territorialidade⁵, a qual expressa a apropriação do colonizador português tendo como referência sua cultura no processo de dominação da colônia, incluídos o espírito religioso e seus objetivos econômicos (BERNARDES, 2007). Nesse processo, observa-se o início da formação de uma região que passa a ter peculiaridades próprias e múltiplas identidades que, mais tarde, vão caracterizar os vários Nordeste existentes nesse espaço, assim como as várias imagens ao longo do tempo, responsáveis por caracterizá-lo como Região Nordeste. Nesse contexto, a “persistência de uma estrutura produtiva, com sua peculiar apropriação e utilização do espaço e dos recursos naturais, que, implantada no momento inicial da colonização, ainda hoje persiste em muitos dos seus traços fundamentais” (BERNARDES, 2007, p.45).

O Ceará, antes denominado Siará, não foge a lógica de ocupação explicitada anteriormente, do litoral para o sertão, nas proximidades de grandes rios com atividades complementares. Relativamente à ocupação do território cearense pode se inferir que,

Em virtude da heterogeneidade temporal e espacial, o processo de formação do território cearense pode ser visto pela ocupação das capitânicas pelos europeus, que aconteceu de forma tardia, comparada à conquista da zona da mata nordestina ou ao litoral açucareiro, cuja ocupação foi no início do século XVI. No território da pecuária no Nordeste, ela só vem acontecer no final do século XVII (PONTES; ALBUQUERQUE; MEDEIROS, 2012, p. 07).

Nesse desenho, Sobral é criado em 1773 no contexto de interiorização do Nordeste do país no século XVIII demarcando o povoamento do estado do Ceará à ribeira dos rios Jaguaribe (com localização na região sudoeste do Estado) e Acaraú (sertão noroeste do estado). (IBGE, 2016). Na obra História da Cultura Sobralense de Padre Sadoc de Araújo (1978), escrita a partir de documentos do Brasil colonial, encontram-se indícios de que o terreno onde hoje está edificada a cidade de Sobral encontrava-se dentro dos limites da sesmária concedida ao Capitão-mor Francisco Gil Ribeiro a dois vereadores da recém-criada Vila de Aquiraz, dentre eles Antônio da Costa Peixoto, português e primeiro proprietário das

⁵ Haesbaert (2004) afirma que a territorialidade incorpora uma dimensão estritamente política do território e também, se refere às relações econômicas e culturais, uma vez que essa concepção está ligada de forma íntima ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e constroem o lugar dando a ele significados. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>.

terras onde foi construída a fazenda Caiçara, berço de Sobral, passando depois para o Capitão Antônio Rodrigues Magalhães através da herança de sua esposa Quitéria Marques de Jesus. Mais tarde, o casal doa parte das terras para a construção da matriz de Nossa Senhora da Conceição (ARAÚJO, 1978).

Por Provisão 30-VIII-1757, Sobral foi criado e a sua condição de vila se dá em 5-VII-1773 com sede na povoação de Caiçara e o Município a 14-VII-1779. Inicialmente a vila era denominada de Vila Distinta e Real de Sobral (Figura 2). Através da lei provincial nº 229, de 12-I-1841, a vila passa a ter a denominação de Fidelíssima Cidade Januária de Acaraú, em homenagem à princesa Januária, irmã do Imperador D. Pedro II. O nome definitivo de Sobral se deu pela Lei provincial n.º 244, de 25-X-1842 (IBGE, 2016).

Figura 2 – Mapa das primeiras Vilas nas Bacias Hidrográficas do Ceará -1699-1683



Fonte: IPECE (2012).

Raimundo Faoro, em sua obra *Os Donos do Poder*, elucida que o processo de constituição das cidades e vilas no período colonial do Brasil, se dá através de carta concedida pelo rei ou o governador, que o seu fundador passa a ser o capitão-mor regente, evidenciando

a hierarquia e rigidez do ordenamento à época. Por muitas vezes esta carta é concedida bem antes da fundação da vila ou cidade. A este respeito afirma o autor:

A colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia, expressa na atividade legislativa e regulamentar. Desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. A terra inculta e selvagem, desconhecida e remota, recebe a forma, do alto e de longe, com a ordem administrativa da metrópole (FAORO, 2001, p. 174).

Os ocupantes que povoaram as terras nessa região, segundo Brasil (1972), eram originários principalmente dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, os quais saíram de suas terras por motivos diversos como a guerra com os holandeses ou pelo desejo de posse das terras próximas de latifúndio que cultivavam a cana-de-açúcar. Especificamente para a região mais a Norte do estado, as boas condições geográficas favoreciam os rebanhos por apresentarem boas condições para o pasto, por se localizarem nas margens de rios, boa qualidade da água, proximidade de serras cujo clima era bem mais fresco, além de propiciar o desenvolvimento de uma atividade agrícola diversificada.

A formação do aglomerado urbano de Sobral surge da sua condição de fazenda e desde aí, já aponta para uma condição de polo da região circundante, em que se atribui o seu desenvolvimento econômico. Outro fator que já indica uma forte polarização regional se deve ao fator religioso intenso na época, visto que a Igreja gerava serviços para atrair fieis e estes por sua vez atraíam comerciantes. A localização de Sobral no entroncamento de estradas que ligavam o litoral ao interior colaborou para intensificar seu desenvolvimento local, além do crescimento dos rebanhos bovinos, principal o excedente da economia. Isso fez com que houvesse uma intensa comunicação de Sobral com os centros consumidores desse período (BRASIL, 1972).

Já no início do século XVIII, os “Certoens” do Norte eram percorridos por inúmeras boiadas e, portanto, tratava-se da especificidade econômica daquela parte da colônia. [...] Currais e fazendas de gado entram, portanto, neste quebra-cabeça da posse e uso de terras sertanejas. A fundação de herdades e, *a posteriori*, de núcleos urbanos, cumpriram os ideais da política colonizadora de Portugal, principalmente a partir da última década dos Seiscentos, no reinado de d. Pedro II, quando a Coroa buscou conter os avanços fundiários dos mandatários do sertão (ARRAES, 2014, p.55-56, grifo do autor).

A pecuária foi a responsável pela ocupação de boa parte do território na colônia. O povoamento vai se estendendo para o interior e passa a ser a atividade principal para abastecer os centros agrícolas do litoral-sul da colônia. Mediante as condições climáticas, a agricultura no sertão nordestino era quase impossível, sendo bem mais favorável a criação do gado que foi desenvolvendo uma adaptação a região sertaneja (PRADO JÚNIOR, 1999).

O binômio gado-algodão, iniciado no séc. XVIII, estendendo-se por todo o século XIX e início do século XX passará por golpes severos ocasionados pelas secas prolongadas. Mediante sua periodicidade, rebanhos foram dizimados, impedito de atender os mercados consumidores da época sendo substituído pela carne seca (Idem, 2006). Os donos do gado logo identificaram que a comercialização da carne seca era mais vantajosa por tratar-se de uma mercadoria que não estragava. Os ricos comerciantes montaram o que veio a se chamar oficinas de charque próximo aos embarcadouros, no caso Acaraú onde à época se localizava o porto. Sobral passa a se firmar enquanto organizador da produção local. No fim do século XVIII e por todo o século XIX, a principal atividade econômica foi à pecuária. A criação extensiva do gado requeria pouca mão de obra, sendo o vaqueiro o sujeito que passa a cuidar do manejo do gado nessa época.

No contexto cearense, a partir dos anos 1700 a pecuária passa a dividir espaço com o algodão que se fixa na faixa da caatinga, no alto sertão. A lavoura algodoeira era bem mais simples de produzir do que a cana de açúcar, visto que o processo de beneficiamento se limita a separação do caroço (PRADO JÚNIOR, 1999). O Ceará foi destaque enquanto produtor de algodão e seu beneficiamento instaurou as primeiras indústrias têxteis no Estado. O cultivo vai, mais a frente, indicar uma mudança na produção econômica de Sobral e logo passou a ser visto em todo Ceará como motivo de riqueza.

O povoamento estabelecido nos sertões do Brasil e o adensamento dessas regiões reproduz a visão tradicional da sociedade, trazida com o português da colônia dos dois primeiros séculos. Em Sobral, este processo manteve a mesma base na instalação de sua vila. Dessa forma, inicialmente se identificam duas classes formadas por dois polos principais: a aristocracia e, num contraponto, os trabalhadores do campo, escravos e similares. “O proprietário rural, com a economia assentada na sesmaria latifundiária, ganharia status aristocrático, em simbiose com a nobreza de linhagem” (FAORO, 2001, p.244).

O contexto socioeconômico constituído ao longo do tempo no município de Sobral condicionou o surgimento de uma determinada estratificação social formada por elites econômicas as quais eram detentoras da terra, donas dos comércios e do poder na região. O surgimento das elites sobralenses vem reiterar a ideia de que determinadas classes no modo de produção capitalista se dão em função do desenvolvimento de sua força produtiva à situação da composição do seu espaço geográfico. Haguette (1991) apresenta três aspectos da composição da estratificação social de Sobral gerada pela estrutura econômica: a contextualização socioeconômica, o quadro ocupacional/profissional das elites e o processo migratório. Era comum encontrar nas famílias mais abastadas da época tapetes persas, bibelôs

franceses, porcelana chinesa, joias, roupas e perfumes importados diretamente do porto de Camocim (HAGUETTE, 1991).

A riqueza dos fazendeiros e comerciantes iniciada com a pecuária, intensificada pelo comércio já iniciava os primeiros passos da opulenta Sobral, característica que marcará a cidade até os dias de hoje. Tem-se aí o extrato do que seria a elite sobralense da época, a qual constantemente, através de intercâmbio em cidades da Europa, pretende importar para a cidade toda a pompa de países como França, Inglaterra e Portugal. Sua oligarquia se expressava nas mais de cem fazendas existentes na região.

Para além das elites, a sociedade sobralense, desde o século XVIII, apresentava também uma população cativa, evidenciando a presença de escravos na região. De acordo com os estudos do historiador sobralense Raimundo Souza apresenta a incidência dessa população negra a partir de inventários das famílias e documentações eclesiásticas: certidões de óbito, documentos de batismo, foros, dentre outros. Os inventários estudados registram um percentual de 65,9% dos proprietários dos escravos possuíam um plantel de até cinco escravos; 26,7% era proprietário de um número mínimo de seis até dez escravos; e 4,6% era o percentual correspondente a proprietários que continham acima de dez escravos. Foram analisados 416 inventários que descreveram 2402 escravos cativos sendo 1.451 homens e 951 mulheres. Deste total foram descritos 625 nascidos na África e 1455 nascidos na América portuguesa. O mesmo estudo ressalta presença de negros livres que se utilizaram de várias estratégias que possibilitaram sua libertação. A mobilidade social dessa parcela da sociedade chegou a ser dono de terras e proprietários de pessoas (SOUZA, 2014, p.207-208).

A presença de escravos numa região de pecuária leva a perceber o seu emprego no salgamento das carnes, na curtição dos couros para transformação em solas, necessitando dessa forma do uso de escravos com conhecimento profissional; na lida do gado, no processamento de salga e secagem da carne na sombra, além de ser utilizado em maior monta, também, na agricultura, em particular no período do apogeu do algodão.

Sobral, a partir dos registros citados, apresentava características próprias das vilas surgidas no Brasil no século XVIII e início do século XIX: uma sociedade rural, do Nordeste brasileiro e aristocrata, embora sua economia não girasse em torno da mão de obra escrava, que foi tecendo uma gama de sociabilidades à luz de culturas europeias que, por sua vez, formaram a população dessa região do estado do Ceará. Não obstante, esses fatos evidenciam, ao mesmo tempo, uma sociedade controversa, uma vez que na maioria do país os negros viviam sob a condição de escravos ou negros livres e pobres.

Nos estudos de Elza Lustosa da Costa sobre as irmandades religiosas de Sobral, no período do final do século XIX e início do século XX, a autora apresenta uma forte influência religiosa e suas formas de sociabilidades na construção de relações de poder por parte da elite sobralense. Assim como em várias regiões do Nordeste, Sobral exprime uma aristocracia rural onde a religião católica se coloca enquanto aparelho ideológico na criação de comportamentos e na reprodução e legitimação das próprias elites. De acordo com a autora, a sociabilidade religiosa acentuava os preconceitos raciais e sociais dos membros das elites. Para fazer parte das irmandades existentes na cidade era cobrado um valor de acordo com a posição social, conforme descreve a autora sobre a irmandade do Santíssimo Sacramento, uma das mais tradicionais da cidade.

Estas exigências pecuniárias visando à sobrevivência da confraria bem como a cobertura das despesas dos cultos e procissões organizadas pela irmandade acabaram constituindo-se em barreiras às pretensões de numerosas pessoas da comunidade em ingressar na irmandade. [...] somente uma pequena percentagem da população urbana dispunha de uma renda superior a mil dólares. Automaticamente, o fator financeiro instaurava uma seleção social. Ele contribuía para conferir um perfil elitista à confraria. A Irmandade do Santíssimo tornava-se, assim, um canal de legitimação e comprovação do pertencimento às elites da cidade (COSTA, 2006, p.08).

As sociabilidades sobralenses se desenvolviam sob uma forte influência religiosa da igreja católica que se torna um equipamento social responsável por atribuições de ordem administrativa como: os registros de nascimento, o casamento com todas as suas vicissitudes jurídicas, e a morte estavam a seu cargo (FAORO, 2001). A assistência social prestada pela igreja a colocam num patamar elevado em termos de autoridade e na tomada de decisões do espaço que ali se formava, que intervinha nas relações domésticas, criando uma relação de dependência entre os indivíduos, instaurando um despotismo advindo da colônia que defendiam a disciplina da sociedade e os padrões religiosos. Em Sobral, essa relação se torna pujante a partir da influência de bispo Dom José Tupinambá da Frota como será vista adiante.

No período, a cidade de Sobral já dispunha de um conjunto de equipamentos culturais, bastante variado. Na imprensa, Sobral iniciava seus primeiros passos no jornalismo com o impresso *Tabira* periódico de caráter político liberal em 1864 e mais tarde em 1865, surge o *Sobralense* que se preocupa em divulgar as artes, a ciência e o comércio. O primeiro teatro a ser instalado na cidade foi o Teatro Apolo, cujo palco foi espaço para Domingos Olímpio e r Farias Brito e registrou grandes atividades. O Teatro São João surge em sucessão ao Teatro Apolo. Sobral possui o primeiro hipódromo da província o Jóquei Club Sobralense, um colégio Liceu e uma escola de música. A sociedade mais abastada era representada por médicos, farmacêuticos, juizes, romancistas, odontólogos, advogados (ARAÚJO, 1978).

A descrição de Francisco Marialva Mont'Alverne Frota sobre a Vila distinta de Sobral reafirma a condição de cidade polo da região e exacerba o bairrismo e sua gente que modelou uma sociedade austera e promissora criada sob os quadrantes da moral antiga “considerada capital da zona Norte do estado e vigoroso polo de desenvolvimento econômico do *hinterland*⁶ cearense”. Sobral é um centro populacional de considerável densidade demográfica em seu município, com destacada projeção sociocultural, mercê do arraigado bairrismo de sua gente indomável (FROTA, 1973, p.194).

2.3 SOBRAL NO SÉCULO XX: HEGEMONIA ENQUANTO CIDADE POLO NA REGIÃO NOROESTE DO CEARÁ

Quando Sobral decide produzir o algodão, no final do século XIX e início do século XX, adquire rápida expansão no setor produtivo e chega à condição de exportador para o mercado internacional. A intensificação da urbanização e a heterogeneidade inter-regional com a concentração do dinamismo em algumas áreas do Nordeste faz com que haja mudanças na sua forma de produzir induzido pelo processo de industrialização que estimula o comércio e os serviços, contribuindo para a existência de um moderno empresariado e fazendo com que o setor industrial se desenvolva amplamente (CARVALHO, 2006).

Consequentemente, há em Sobral, uma expansão do seu espaço urbano com a construção de novas igrejas (capela de Nossa Senhora das Dores, Igreja de Santo Antônio e do Menino Deus), além da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. O comércio foi uma atividade que se desenvolveu nessa região que, segundo descrito anteriormente, se localizava estrategicamente possibilitando a ligação do porto de Camocim com o sertão. O desenvolvimento industrial trazido pela Fábrica de Tecidos e o complexo da Companhia de Algodão e Óleo (CIDAÓ) (Figura 3), introduzem a industrialização em Sobral favorecendo o desenvolvimento urbano e inserindo um novo segmento social constituído geralmente pela população de baixa renda e os escravos: o operário. No contexto criado por essa nova dinâmica, destaca-se a figura do comerciante, que segundo Faoro (2001) adquirem certo poder a partir das relações com o Estado e passam a se constituir como camada dominante do fidalgo cosmopolita.

⁶ Expressão inglesa, originária do alemão, que significa região afastada do litoral, ou região detrás. Sua tradução corresponde a *hinterlândia*. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/hinterl%C3%A2ndia>>. Acesso: 20 ago. 2016.

Figura 3 – Complexo CIDA0

Fonte: Arquivo Joscel Vasconcelos⁷.

Sobral, no início do século XIX, ainda se mantinha com a hegemonia comercial, religiosa e da vida política da região Norte. Além disso, já apresentava um aumento populacional considerável para a segunda metade do século XIX. Os rendimentos oriundos da agricultura somaram a introdução de outros itens no comércio de exportação: algodão, cana-de-açúcar, café e outros gêneros alimentícios. Nesse quadro, conta-se ainda com a seca que apesar dos males, acabam por se converter em fatores de mudança, no caso específico dos sertões do centro-norte do Ceará, resultaram em infraestrutura para modernização e crescimento econômico. “Entre os prejuízos materiais das secas os de mais demorada recuperação foram sempre os que incidem na pecuária” (ARRAES, 2014, p.115-116).

O desenvolvimento industrial de Sobral se dá no contexto em que Oliveira (1981) caracteriza de Nordeste agrário não açucareiro, promovido pelo cultivo do algodão gerado pelo avanço da indústria têxtil para atender uma demanda mundial na economia inglesa. A região Nordeste de clima semiárido propicia o cultivo do algodão de fibra longa, possibilitando que os estados do Maranhão e do Ceará experimentem sensível avanço advindo da segmentação de pequenas culturas, se constituindo núcleo industrial da região. A Guerra da Secessão nos Estados Unidos faz com que o algodão seja o segundo produto mais exportado

⁷ Disponível em: <<http://www.sobral24horas.com/>>.

no século XIX. “A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros” (OLIVEIRA, 1981, p. 47).

Brasil (1972), ao confirmar seu pressuposto da cidade de Sobral ser, desde sua origem, uma região polarizadora do Norte do Ceará, acrescenta que o próprio fenômeno das secas no século XX contribuiu para sua diversificação econômica. Com a criação, em 1909, da comissão de açudes mediante o quadro de sucessivas secas – que logo em seguida transformou-se na Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e depois no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) somada a construção da estrada de ferro Sobral-Camocim – acelerou-se o processo de mudanças e foram construídas novas estradas, barragens e perfuração de poços artesianos.

Oliveira (1981) reitera que embora a criação do DNOCS tivesse o propósito de atuar no território nacional nos locais que apresentassem o fenômeno climático da seca, isso não ocorrera. O autor não o considera como ação planejada e que sua restrição ao Nordeste se deu por captura da oligarquia regional. Suas ações, como a construção de poços passaram a beneficiar a elite de fazendeiros, não havendo registro de construção de poços públicos pelo referido órgão. O controle do DNOCS ficou durante décadas sob a tutela de elites oligárquicas da pecuária-algodão. Não obstante, sua existência intensificou a construção de estradas e com elas uma dinamização do território da região que ora se instalava.

Assim sendo, Sobral também se beneficiou com as ações do DNOCS as quais, juntando-se a sua dinâmica socioeconômica, contribuíram na sua configuração como a “capital daquela da região Norte do estado do Ceará”, com existência independente de Fortaleza, a capital do Ceará.

Sobral adentra o século XX como cidade de relevante importância na economia cearense, centro de convergência na coleta dos produtos agrícolas e com forte influência econômica em sua região. Esse cenário econômico impulsiona a expansão urbana da cidade e dá continuidade ao processo de desenvolvimento da região. A cidade passa também a concentrar uma sofisticação cultural e econômica evidenciando uma diferença regional entre as cidades mais próximas.

A chegada de Roma do padre José Tupinambá da Frota, mais tarde bispo de Sobral, foi condição *sine qua non* para a entrada de Sobral, na era chamada por José Teodoro Soares, de modernidade sobralense. Seu apostolado durou mais de cinquenta anos e, durante esse período, Dom José, como é conhecido, dotou a cidade de equipamentos básicos como

colégios, hospitais (no caso a Santa Casa de Sobral), museu, banco de crédito, emissora de rádio e estabelecimentos de assistência social. Os feitos do bispo ultrapassam a função do ordenamento religioso, sendo levados para o campo sócio-político-cultural. O desenvolvimento proporcionado pelas ações de Dom José são reconhecidas até hoje e deram-lhe o título de segundo fundador de Sobral (SOARES, 2004).

Na condição de diocese de Sobral em 1925 é inaugurado o Seminário Diocesano (Figura 5), o qual passa a sediar, em 1961, a faculdade de Filosofia Dom José Tupinambá da Frota mantida pela Diocese, considerada pelo professor Ednardo Silveira, a protoforma da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) (SILVEIRA, 2011). O prédio que abrigava a Diocese e que se tornou sede da primeira Universidade do município. A Santa Casa da Misericórdia (Figura 4) construída na região oeste da cidade é considerada um marco para a medicina sobralense, segundo Pe. Sadoc de Araújo, fazendo com que a medicina da cidade passe a servir a população, saindo das mãos individuais dos médicos.

Figura 4 – Seminário Diocesano, hoje sede da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)



Fonte: Arquivo Joscel Vasconcelos⁸.

Figura 5 – Santa Casa da Misericórdia – Sobral/CE



⁸ Disponível em: <http://www.sobral24horas.com/>.

Fonte: Arquivo Joscel Vasconcelos⁹.

O município passa a formar um patrimônio arquitetônico que perfaz um conjunto urbanístico às margens do rio Acaraú, composto de casas estilo *art nouveau*, sobrados decorados com motivos greco-romanos e várias construções religiosas como as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e do Rosário dos Pretos, essa última construída por escravos. (IPHAN, 2016).

O patrimônio arquitetônico da cidade (Figuras 6 e 7), a partir dos anos 1990, passa a ser referenciado enquanto marca de uma tradição de glória e opulência¹⁰, numa perspectiva ufanista para os diferentes segmentos sociais, a qual se constituiu durante o período do bispado de Dom José e demais períodos que o sucederam. O pioneirismo das diversas ações pelos diversos sujeitos que compõem a sociedade sobralense criará um espírito de superioridade na sociedade que será apropriado pelas práticas cotidianas. Antes, porém, o município passará por transformações próprias do pensamento desenvolvimentista que se fundamentará a partir da década de 1930 no país.

Figura 6 – Igreja do Rosário dos Pretos



Fonte: Arquivo Sarto Bega¹¹.

⁹ Disponível em: <<http://www.sobral24horas.com/>>.

¹⁰ Freitas (2002) discute a ideia de sobralidade triunfante enquanto característica inerente da identidade evocada pela elite do Município de Sobral e reproduzidas a partir de práticas sociais por esse segmento e que ao longo do tempo, se constituiu como marca simbólica do povo sobralense.

¹¹ Disponível em: <http://catafau.blogspot.com.br/2012/06/sobral-ontem-e-hoje_09.html>.

Figura 7 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição



Fonte: IBGE¹².

Sobral, como parte da região Nordeste, apresenta um modelo de desenvolvimento intrínseco ao modo capitalista de produção do Brasil principalmente a partir de 1930, momento em que no país intensificam-se as estratégias de desenvolvimento industrial tendo como centro hegemônico a região Sudeste, mais precisamente São Paulo, e no Nordeste presenciaram-se contradições significativas resultantes de tais estratégias. A formação econômica social brasileira e do Nordeste resulta do modo de produção capitalista onde a exploração das forças produtivas será redefinida de acordo com as mutações do capital. A acumulação de determinada região capitalista, a concentração de capitais e sua reprodução através de investimentos preferenciais formam núcleos hegemônicos, resultando em dependência econômica e dominação políticas entre as regiões (PERRUTI, 1981).

Conforme o referido autor, a compreensão acerca das relações estabelecidas pelo capital no âmbito global e local possibilita o entendimento das articulações sociais e de um desenvolvimento desigual e contraditório das cidades da região Nordeste. Tal é o caso de Sobral que, enquanto cidade nascida no interior do Nordeste, desenvolve-se sob forte influência de famílias que estiveram no poder, detentoras de terra e do capital, consideradas famílias tradicionais.

A era desenvolvimentista é sentida na cidade, com mais força, após a implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em virtude de ações planejadas reverberarem também em Sobral, pois o desenvolvimento e o de suas cidades está intrinsecamente ligado ao processo de industrialização e modernização da região, que eram os

¹² Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos>>.

objetivos da SUDENE. Soares (2004) adverte que é impossível compreender Sobral no séc. XX sem antes, sumariar sobre o processo capitalista do Estado do Ceará e a criação da SUDENE¹³ proposta pelo economista Celso Furtado.

Em período coincidente com o da criação da SUDENE e de parte dos governos ditatoriais militares, Sobral vivencia uma fase de sérios conflitos políticos ente as famílias Prado e Barreto. Cesário Barreto Lima e Jerônimo de Medeiros Prado, duas grandes lideranças políticas que se revezaram no poder local nesse período no partido criado pelo regime militar nomeado como Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que se subdividiu em ARENA I, sob a liderança de Cesário Barreto, ARENA II, comandado por Jerônimo Prado e ARENA III, cuja frente era a de José Euclides Ferreira Gomes (SILVEIRA, 2010). A historiadora Edvanir Silveira faz alusão a esse período na cidade de Sobral como “o ciclo dos coronéis”, e evidencia sinais de boas relações do líder da família Barreto com os militares. Segundo a autora, a visita do então presidente Castelo Branco por duas vezes ao município, hospedando-se na casa do pai do prefeito; a criação do conjunto habitacional no bairro Sinhá Sabóia que leva o nome da esposa do mesmo presidente, Argentina Castelo Branco são exemplos da proximidade e aceitação de parte da sociedade sobralense ao golpe. Quanto à família Prado, registros também fazem alusão à aliança de Jerônimo Prado ao regime militar como a tentativa de conter a resistência estudantil que questionavam o regime de exceção.

O período em que as famílias Prado e Barreto ficaram no poder é referenciado de forma ambígua, por serem elas consideradas forças de atraso, e ter sido um período de aumento do PIB e investimento em obras de infraestrutura. Na verdade, a dinâmica socioeconômica da cidade era a do chamado “milagre econômico” dos militares. Ademais, o período Prado e Barreto no município caracterizou-se por período turbulento e inconstante onde os prefeitos das referidas famílias se revezavam no poder entre os anos de 1962 a 1988.

¹³ A criação da SUDENE foi impulsionada por um contexto de transformações e tensões sociais que causaram preocupações ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Em 1958, o Nordeste passava por mais uma grande estiagem, mudanças no bloco de poder com a eleição de governadores de oposição, surgimento de ligas camponesas que questionavam a exploração do trabalho e a exclusão social. Todo esse contexto levou ao referido presidente a fomentar novas formas de intervenção estatal de caráter desenvolvimentista e reformista para o Nordeste temendo uma ameaça nacional. Carvalho (2006) reforça que a criação da SUDENE, acabou assumindo um caráter revolucionário, embora sofrendo resistência por parte das oligarquias, e possuía como principais eixos e ações: “a transformação agrícola da Zona da Mata, visando o aumento da produtividade da agroindústria canavieira; a modernização e incremento do processo de industrialização; a diversificação agrícola e a transformação econômica da zona semiárida para que pudesse conviver com as secas; a redução da pressão populacional sobre a área e transferência de parte do excedente para fronteira úmida do Maranhão; a desapropriação de terras à margem dos grandes açudes públicos, liberando o controle privado da água e incentivando a irrigação e investimento em educação e saúde”. (CARVALHO, 2006, p. 24-25). O projeto da SUDENE continuou durante os governos militares com práticas e ações diferentes das inicialmente pensadas por Celso Furtado.

Esse período foi marcado por uma vida político-partidária intensa no município considerando a o contexto nacional de ditadura militar (SILVEIRA, 2013).

Durante o período militar ocorreu processo de modernização ligada a industrialização do município. Como exemplo, no governo de Jerônimo Prado foram instaladas a indústria de laticínios (LASSA), de beneficiamento de caju (INCASSA), de material de construção (COSMAC), de lençóis, de cimento entre outros. Como um dos marcos do incremento da estrutura urbana local cita-se a criação da Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em 1968, comparada pelo historiador e Pe. Sadoc de Araújo à emancipação política do município (SILVEIRA, 2010).

A partir da década de 1960, Sobral passa por grandes transformações na paisagem urbana com um forte processo de urbanização que Alves (2011) caracterizou como desigual provocado pela intensificação da divisão do trabalho que se passou a operar na cidade. Por consequência, há um agravamento das desigualdades sócio espaciais, com uma segregação que se manifesta atreladas ao modelo de desenvolvimento praticado que beneficia o capitalismo e manutenção de sua ordem, induzindo o crescimento da problemática urbana.

Nesse contexto abre-se um parêntese para ressaltar que até 1960 o cultivo do algodão na região Norte do estado do Ceará ainda vigorava sem grandes cortes, apesar das secas e de eventuais crises. Além disso, em paralelo o cultivo do algodão, que era feito manualmente, havia a possibilidade de plantar outras culturas como o milho, o feijão e ainda coexistia com a pecuária. No final dos anos 1970 se inicia o processo de desestruturação da cultura algodoeira, considerado o ouro branco do Ceará, uma vez que existia o discurso do processo de modernização dos campos que se efetiva com a implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Sobral nessa época sobreviveu graças à função de ser centro distribuidor de produtos manufaturados e da coleta da produção regional. Segundo Martha Maria Junior (2010), a concentração das atividades de comércio e serviços deu sustentação e firmou relações interurbanas com as cidades circunvizinhas que possuíam setor terciário precário.

De acordo com matéria do jornal Diário do Nordeste, Caderno Regional, na segunda metade dos anos 1980 o quadro de Sobral sofre profundas modificações, agravadas com a “chegada do inseto chamado bicudo”, que teria destruído lavouras inteiras do algodão. As outras modificações estão relacionadas à queda do preço do produto no mercado internacional juntamente com mudanças no sistema de financiamento do crédito rural para o cultivo. Nos anos 1990, o Ceará passa a produzir menos de 10% em relação à colheita em

período de pico, evidenciando uma drástica redução na produção (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009, grifo do autor).

Todas essas circunstâncias fazem com que a indústria se torne a atividade que movimenta a economia da região, cuja origem se dá nas políticas de desenvolvimento regional implantadas pela SUDENE. O discurso da modernização é reforçado e são impulsionados a criação de novos serviços, novos hábitos e outras dinâmicas socioeconômicas da população. Sobral continua com o status de cidade polo, sendo vista como aquela em que se busca emprego, comércio e serviços. Sua localização, seu acesso a diversos municípios e a posição política de suas elites proporcionaram condições de, mais uma vez, ser escolhida também como polo industrial. Todavia, essa condição provoca desigualdade em relação às demais cidades da região na medida em que Sobral apresenta um crescimento econômico que se destacou em relação às cidades da região noroeste do Estado.

É importante destacar que o projeto de desenvolvimento regional de Celso Furtado foi adulterado, levando a SUDENE à perda de sua autonomia e a não realização das medidas reformistas sociais propostas em suas origens. Tal feito submeteu o Nordeste à lógica do capital consolidando uma divisão regional do trabalho e criando bases favoráveis ao avanço global. Do período de sua criação até o ano de 1983, a região sofreu um processo desastroso, pois havia uma modernização urbana e rural, favorável apenas ao capital, possibilitando o crescimento da indústria, do comércio e dos serviços, e grande aumento da pobreza. Sobral não ficaria fora dessa dinâmica.

Tania Bacelar de Araújo afirma que o Nordeste adentra no processo de mundialização do capital de forma passiva, cujo desempenho das atividades econômicas acompanha as oscilações cíclicas do país. “O movimento de *integração* econômica comandado pelo processo de acumulação de capitais do Brasil nas últimas décadas havia atingido o Nordeste e *solidarizado* sua dinâmica econômica às tendências gerais da economia nacional [...]” (ARAÚJO, 1997, p. 9, grifo da autora). Na crise dos anos 1980, segundo esta autora, o Nordeste não sente tanto devido à região não possuir segmentos de bens de capital e bens de consumo duráveis, uma vez que se especializou na produção de bens intermediários.

As mudanças no perfil produtivo do Nordeste são registradas nos anos 1970 e 1980 quando a SUDENE registra o desenvolvimento de atividades econômicas de caráter bastante heterogêneas como: “atividades como bens imóveis e serviços às empresas; atividades financeiras; produção de energia elétrica e abastecimento de água; serviços comunitários sociais e pessoais”; além do setor fixo que possui um grande peso na promoção do capital fixo da região. Destaca ainda a autora, que boa parte do investimento nessas

atividades proveu do setor público. Tudo isso caracterizaria uma verdadeira dinamicidade nas atividades econômicas, contrariando discursos do Nordeste da seca, da miséria sem fim que tanto fez e faz presente no imaginário Brasileiro. (Idem, p. 12). Acrescenta que a abertura do Nordeste para o grande capital se sente a partir da década de 1990 e se manifesta pela presença de grandes grupos empresariais nos setores da construção civil, da agroindústria, e no setor industrial e comercial a presença dos magazines e redes de supermercados.

No Ceará, a eleição do governador Tasso Jereissati em 1987 é sedimentada num discurso de superação da velha política, representada pelos governos dos chamados velhos coronéis (na verdade, o Ceará havia sido governado por coronéis do exército: Virgílio Távora, Cesar Cals e Adauto Bezerra e já era decadente a hegemonia dos coronéis do sertão).

Trata-se do momento em que uma “nova elite empresarial” ansiava e se preparava para adentrar nos novos circuitos do capital internacional e investe politicamente no sentido de que o Estado do Ceará se prepare para um “novo ciclo” na administração pública condizente com tais anseios. Daí porque os muitos trabalhos de pesquisa que os denominavam “empresários-políticos”. Uma vez no poder, a lógica utilizada por esse novo grupo denominado de “jovens empresários” que ingressava no governo era a de atrair novos investidores para o Nordeste, principalmente no ramo da indústria. Palavras como modernização, flexibilização, privatização passam a ser bastante utilizadas e através dos incentivos fiscais se construíram grandes atrativos somados à mão de obra barata, principalmente do centro-sul do país, mas também internacionais.

Em Sobral, é exemplar desse processo a chegada da empresa de calçados Grendene instalada em 1993, onde passou a gerar 1.100 empregos, evidentemente aqueles que demandavam mão de obra barata e sem necessidade de grande especialização. Conseqüentemente, vê-se aumentar o “processo migratório e entre os centros e as pequenas cidades próximas a eles, além de acarretar impactos na economia urbana, em particular no comércio, nos serviços e no setor de transporte.” (MARIA JÚNIOR, 2010, p.166). A Grendene torna-se a principal responsável por injetar capital financeiro na cidade e conseqüentemente propiciar uma atração de serviços, atividades econômicas, reestruturação de ruas e bairros, tudo isso para receber a empresa e comércios que com ela seriam desenvolvidos.

Não obstante o início do chamado ciclo de “modernização política”¹⁴ do Ceará a partir de 1987, sob a liderança dos “novos empresários”, a hegemonia das oligarquias Prado e Barreto no Município de Sobral só chegara ao seu ocaso ao final em 1996. Somente no ano de 1997, foi eleito prefeito de Sobral, Cid Ferreira Gomes, família que também fazia parte desse ciclo de “modernização política” do Ceará. A partir de então, se instaura de forma veemente um “renovado” processo de modernização e desenvolvimento econômico do município, principalmente pela via da chamada guerra fiscal que tinha seu ápice na região Nordeste, à falta de uma política de desenvolvimento regional e o Ceará era um dos estados nordestinos que mais atraíam investimentos.

Após vinte anos de governo das famílias Prado e Barreto, coloca-se um cenário de busca por mudança e oposição aos chamados velhos coronéis, com o apoio do governo estadual e contando com o forte descontentamento da população que reivindicava mudança, especialmente a democracia. Como articulador nesse período, junto ao governador Tasso Jereissati, Ciro Gomes que já havia sido deputado estadual e federal, passa a ser destacada referência política.

Nas administrações do prefeito Cid Ferreira Gomes (1997-2000/ 2000-2004) se dissemina significativamente o ideário da modernização política. Freitas (2002) analisa esse período vivenciado em Sobral a partir da administração como o de criação de uma “sobralidade triunfante”¹⁵ que toma como referência a tradição aliada ao moderno iniciada pelo Bispo Dom José Tupinambá da Frota. O discurso da administração municipal justifica a retomada da tradição junto ao novo como fundamento para colocar “Sobral no Rumo

¹⁴ Na obra *o Sertão Não virou Mar*, a profa. Liduina Costa analisa a dimensão da modernização política no estado do Ceará a qual iniciou a partir de um determinado grupo que passa a se constituir em 1978 e caracterizou-se por agregar integrantes com faixa etária entre 30 e 40 anos, possuíam formação de nível superior adquiridas em importantes centros nacionais e internacionais. Suas famílias eram detentoras de importantes empresas de capital de abrangência local, mas com articulações externas com o Sudeste, especialmente, o eixo Rio-São Paulo, sendo que quase todos, desempenhavam funções de comando nessas empresas. Além do mais, registra-se que todos esses ditos empresários tiveram seus empreendimentos apoiados pelos mecanismos e incentivos do planejamento regional. “Ademais, esses empresários entendiam as mudanças de estratégias de acumulação do capitalismo internacional, mostravam-se preocupados com a estreiteza do mercado consumidor interno e declaravam-se favoráveis a um tipo de capitalismo moderno e humanitário no país”. Dentre o grupo destacam-se Benedito Clayton Veras Alcântara (Beni Veras), Amarílio Proença de Macedo (Amarílio Macedo), Tasso Ribeiro Jereissati (Tasso Jereissati), José Sérgio de Oliveira Machado (Sérgio Machado) e Francisco de Assis Machado Neto (Assis Machado) que configuram a nova burguesia cearense, mais a frente os irmãos Ferreira Gomes, Ciro e Cid Gomes, passam a compor o grupo. Costa elucida que o “grupo em referência obteve a crença da população de que, ao transferir seus saberes do plano da gestão empresarial para o da política, mudaria o Ceará e efetivaria uma forma de desenvolvimento que propiciaria o acesso universal dos seus frutos a toda a população”. Além do mais, havia a promessa pelo grupo de substituição do capitalismo atrasado por um capitalismo moderno que previam uma quantidade maior de consumidores. Soma-se ao exposto o fato de tais empresários se distinguiam por se constituírem enquanto políticos e empresários, uma vez que não deixavam de se dedicarem aos seus negócios, mesmo ocupando cargos políticos. (COSTA, 2005, 114-116).

¹⁵ Ver nota de rodapé nº 6.

Certo”¹⁶, o qual se constrói pela crítica a administrações anteriores consideradas atrasadas e definindo uma unidade proposta pela elite sobralense para a criação dessa “sobralidade triunfante”. Esta elite passa a construir um ideal do que deve ser melhor para a cidade, através de lembranças selecionadas de um passado que deve ser preservado, ocultando as diferenças dos diversos grupos sociais e passa a dar sentido às relações de poder que serão tecidas a partir de então.

É construída uma representação mítica da cidade, tecendo uma rede de significações por determinado grupo que passa a caracterizar o sujeito individual e coletivo mediante as práticas que se estruturam enquanto ralação simbólica. O olhar ao passado resgatou nos filhos ilustres da cidade, geralmente de famílias abastadas, a condição de heróis, destacando-os dos demais sujeitos “anônimos” e de condição inferior como os escravos, que também construíram a cidade. Um exemplo dessas figuras míticas foi Dom José, sempre referendado nos discursos dos Ferreira Gomes. Os heróis passam a ser cultuados pelos diversos segmentos sociais. Assim a “sobralidade triunfante”¹⁷ passa a fazer parte de um ordenamento e de uma construção identitária dessa gente e de uma tentativa de homogeneizar essa sociedade. Tal ideia passa a ser referência pois, quando fala-se em Sobral, faz-se menção a um povo austero e superior.

Durante a primeira administração dos Ferreira Gomes, pode-se perceber o desencadeamento de todo esse ideário através de práticas como o tombamento do patrimônio arquitetônico sobralense de todo o seu centro urbano em 1999, elevando-o a condição de Patrimônio Histórico Nacional. A modernização se daria a partir da preservação e revitalização dos espaços no entorno do sítio histórico que se propunha a tornar o centro da cidade um monumento iluminado, visível, higienizado e nobre. Freitas (2010, p. 187) ressalta que esse “modelo foi exposto e pensado como imperativo categórico que devia consubstanciar uma cidade tanto preparada para consumir da mesma forma e com os mesmos recursos de uma metrópole, quanto uma cidade a ser consumida por sua especificidade, tornando o urbano um produto”.

O autor elucida que, desde o tombamento, o poder público local vem realizando uma diversidade de obras estruturantes e estéticas que, por sua vez, causam dicotomias que vão desde o deslumbramento por parte de uns e a críticas por parte de outros. Tudo isso obriga os moradores da cidade a adaptar-se ou a rever práticas cotidianas implementadas nos espaços reformados, ampliados ou construídos (FREITAS, 2010).

¹⁶ Slogan da primeira administração do prefeito Cid Ferreira Gomes.

¹⁷ Ver nota de rodapé nº 6.

O pensamento que envolve projetos de intervenção sob a ótica da intervenção urbana composta pelos mecanismos de patrimonialização, segundo Bezerra (2014), partem da premissa e da compreensão que o lazer e o turismo são a chave para o reordenamento do território e para a mudança urbana, além de atenderem ao apelo global de investimento para o setor de forma a gerar riquezas. “Por esse motivo, os bons projetos são estabelecidos pela potencial capacidade de atração de visitantes, novos moradores ou funções económicas e comerciais” (BEZERRA, 2014, p. 03).

Durante a década de 90, mais especificamente em 1994, é implementado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), criado para gerar crédito para estados e municípios que fossem favoráveis a expansão e melhoria da qualidade da atividade turística da região, assim como da qualidade de vida das populações nas áreas beneficiadas. O órgão executor do PRODETUR foi o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o financiamento dos recursos ocorreu através do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BRASIL-BNB, 2016).

Os estados nordestinos juntamente com o norte de Minas Gerais e o Espírito Santo o investimento se deu através de obras de infraestrutura (saneamento, transporte, urbanização, dentre outros), projetos de projeção ambiental e do patrimônio histórico e cultural. O Ceará foi contemplado com ações em todas as áreas do Programa. No entorno de Sobral, há investimentos nas cidades de Camocim e Jijoca de Jericoacoara. Além dessas iniciativas, o Programa previa projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional da gestão dos estados e municípios. Os estudos realizados previamente identificaram que a área mais viável para aportar esses recursos, à época seria a área do turismo, pois, além do Nordeste apresentar recursos cênico e culturais, possuía uma mão de obra abundante e com baixo custo (Idem).

Dentre os feitos da administração municipal de Cid Gomes, na transição do século XX ao século XXI, destaca-se a estratégia do *city marketing*¹⁸ que transcorre em sua segunda gestão no município cujo o slogan é “Sobral pronta para o futuro”. Tal estratégia consiste na transfiguração da cidade em uma espécie de mercadoria, através do processo de

¹⁸ Instrumento das políticas urbanas como parte de uma nova racionalidade do capitalismo para potencializar a eficiência económica e a reorganização territorial. “Trata-se de uma retórica persuasiva que, em sua vertente urbana, configura uma agenda para as cidades, tornada dominante, com pautas definidas para ações e programas, em uma afirmação política da hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades. Como instrumento de consolidação dessa agenda urbana, são desenvolvidas políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade. Esses projetos são difundidos como emblemas da época presente.” (SANCHEZ, 2001, p. 32).

mercantilização do espaço, ao torná-lo produto a ser comercializado em escala mundial. (SANCHEZ, 2001).

Sobre essa questão quanto a reconfiguração do espaço urbano na lógica do city marketing Bezerra nos esclarece que a

lógica de urbanidade importa menos as apropriações vernáculas e mais as edificações com capacidade para atrair novos utilizadores. Atraídos pelas representações, os habitantes e visitantes das cidades estão se acostumando a presenciar publicidades de projectos que envolvam, especialmente, estruturas de lazer, contemplação e cultura, é uma espécie de standardização dos espaços virtuais. São modelos reproduzidos e reelaborados de acordo com paradigmas já padronizados ou conforme a criatividade dos arquitectos (BEZERRA, 2011, p.75).

Em Sobral, a construção de três grandes obras evidencia esse processo de transfiguração: o Parque da Cidade, o *Boulevard* do Arco do Triunfo de Nossa Senhora de Fátima (Figura 8) e a Margem Esquerda do Rio Acaraú (Figura 9). Produzem-se novas formas de apropriação do espaço urbano dando um novo sentido aos usos desses locais por quem deles apropriam-se os tornando atrativos turísticos e comerciais para a cidade e para quem vem de fora, além de se converterem em opções de lazer para os seus moradores. (FERREIRA, 2010).

Figura 8 – Boulevard do Arco do Triunfo



Fonte: Skyscrapercity¹⁹.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1845501>>.

Figura 9 – Margem Esquerda do Rio Acaraú



Fonte: UVANET²⁰.

Em síntese, nos anos 2000, Sobral vivencia um vertiginoso dinamismo econômico resultante da captação de investimentos externos para o setor industrial, sendo impulsionado o setor dos serviços, reafirmando sua condição de cidade polarizadora e recriando a dependência de municípios do entorno. No ano de 2002, Sobral registra o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 5.474,00 reais, maior do que o do Estado que foi de R\$ 3.182,00 reais. Seu IDH foi de 0,698, obtendo a sétima colocação no ranking do Ceará. Sua população é de 155.276 com uma densidade demográfica de 76,25 hab./km². A taxa de urbanização marca no ano 2000, 86,63 pontos percentuais, advindos de uma população que se localiza na área urbana equivalente a 134.508 habitantes, enquanto que sua zona rural possui apenas 20.768 habitantes (IPECE, 2014).

A administração municipal de Cid Gomes empenhou-se também no incremento das receitas públicas e na execução orçamentária. Alves (2011) afirma que o orçamento municipal teve um aumento fora do comum, quando comparado ao do ano de 1996. Com a implantação de uma política fiscal, a prefeitura de Sobral chega a ser a terceira em arrecadação de impostos no Ceará, evidenciando seu crescimento econômico, e fazendo com que o PIB evoluísse de 1% para 3%.

O crescimento das atividades secundárias e terciárias no município, iniciadas nos anos 1990, dinamizaram os fluxos entre as cidades vizinhas e Sobral. Diariamente um grande contingente de pessoas se desloca para Sobral à procura de bens e serviços, fazendo surgir

²⁰ Disponível em: <http://www.uvanet.br/sbes/conheca_sobral.php>.

uma demanda para o setor dos transportes. O transporte alternativo, também chamado de “topics” possibilita o deslocamento diário das pessoas, mantendo uma constância no fluxo de deslocamentos, que por sua vez interferem na própria estruturação interna do espaço urbano da cidade, a exemplo o comércio, por vezes informal, que se estabelece nas proximidades dos pontos de parada das ditas “topics”, vendendo lanches e alimentos diversos.

Até o final da administração de Cid Gomes, Sobral já contava com dois grandes supermercados, o Pinheiro e o Super Lagoa. O Pinheiro localiza-se no bairro do Junco e o Super Lagoa no entorno do Parque da Cidade. Esses equipamentos passaram a agregar vários serviços e opções de lazer, como por exemplo: as salas de cinema do Pinheiro Supermercado, além do restaurante, salão de beleza, num único centro comercial. A instalação desses supermercados altera a dinâmica espacial dos bairros e descentraliza serviços que antes existiam apenas no centro comercial da cidade.

Observa-se que o setor terciário no município cresce ativamente e intensifica o fluxo entre as cidades da região. Tal intensidade deve-se também ao desenvolvimento e ampliação da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) que, constituída por 26 cursos superiores²¹, impulsiona o deslocamento diário de uma quantidade significativa de pessoas para a cidade de Sobral. Além da UVA, a Universidade Federal do Ceará (UFC) está presente na cidade com o curso de Medicina, o qual atrai pessoas de vários lugares. Em nível de graduação tecnológica, Sobral possui o Centro Federal Tecnológico (CEFET) que compõe o ensino superior da cidade nos primeiros anos do século XXI, o qual também dinamiza a vida da cidade.

As circunstâncias acima descritas fizeram com que Sobral adquirisse uma nova concepção de vida, suas funções sociais, políticas, redimensionadas mediante impacto dos empreendimentos econômicos e de prestação de serviços.

O desenvolvimento de Sobral, associado a uma nova concepção de vida, viabilizada com a implantação de empreendimentos econômicos estruturantes, garantiu a dinâmica econômica local, a infraestrutura ofertada, os quais somados às políticas de incentivos fiscais e financeiros, tem feito de Sobral uma cidade com boas possibilidades para investimentos, de pequeno, médio e grande porte (ALVES, 2011, p.133).

Nos oito anos de gestão do prefeito Cid Gomes foram realizadas obras de saneamento em vários bairros do município, foram construídos centros culturais e de lazer,

²¹ A UVA possui 26, sendo 12 em licenciatura objetivando formar professores (Ciências Biológicas; Ciências Sociais; Educação Física; Filosofia; Física; Geografia; História; Letras; Matemática; Pedagogia e Química), 13 em bacharelado e Tecnológico (Administração; Ciências Sociais; Ciências da Computação; Direito; Educação Física; Engenharia Civil; Filosofia; Geografia; Química; Superior em Técnico em Construção Civil e Zootecnia) visando qualificar para o mercado de trabalho.

reformas em prédios públicos localizados no sítio histórico e na rodoviária municipal, biblioteca pública municipal, escolas municipais, mini distrito industrial, vários equipamentos na área de saúde, um centro de convenções, avenidas foram duplicadas, praças reformadas, dentre outros feitos (ALVES, 2011). Sobral vivenciou uma verdadeira reestruturação urbana se projetando ainda mais dentro do Estado e de sua região.

A partir da administração dos Ferreira Gomes, Sobral intensificou o número de pessoas que vem em busca de emprego, estudo, serviços e etc., o que evidencia sua manutenção da condição de capital regional, iniciada no início da ocupação de seu território. Essas configurações ressaltam a polarização do município assumindo sua grande importância na região Noroeste do Estado.

Todo o processo de intervenção que se deu na cidade de Sobral faz parte do que os estudiosos vêm denominando requalificação urbana, que vai desde a reabilitação de construções antigas à construção de novos equipamentos e que transformam as cidades e seus respectivos usos criando resultados lucrativos para essas. Uma das consequências desse processo é o delineamento de fronteiras físicas e sociais entre os grupos sociais que constituem as cidades. Derivam daí a emergência dos conflitos sociais e disputas simbólicas a partir dos gestores, arquitetos, moradores da cidade e etc. (BEZERRA, 2009). A construção da margem esquerda do Rio Acaraú removeu pessoas para áreas periféricas da cidade, atraíram a especulação imobiliária para a cidade e mais investimentos no setor de serviços e indústria.

No entanto, não basta só requalificar, para isso deve-se pensar nas consequências desse processo. As gestões que sucedem a de Cid Gomes, Leônidas Cristino e Clodoveu de Arruda, dão continuidade ao projeto de desenvolvimento capitalista da cidade, só que agora, com o desafio de manter o que foi construído e ao mesmo tempo responder às novas demandas sociais que emergiram nesse processo.

Realça-se que, não obstante essa nova dinâmica, o município apresenta um quadro bem maior de desigualdades sociais e o aumento sócio espacial das áreas periféricas na zona urbana além da violência, falta de postos de trabalho, etc.. Tal contexto implica num repensar constante de alternativas geradoras de emprego e renda para aqueles que se encontram na linha da pobreza. Entre local e global, novas dinâmicas vão sendo construídas diariamente entre as contradições e contrassensos desse modelo de desenvolvimento que ainda carece de políticas públicas nos diversos segmentos que possam repensar a cidade constituída.

Os mandatos que sucederam o de Cid Gomes fizeram e fazem parte do grupo político dos Ferreira Gomes. O Prefeito José Leônidas de Menezes Cristino (2005-2008/2009-2010), reeleito em 2009, não completou sua segunda administração em virtude de

afastamento para assumir o cargo de Ministro-Chefe na Secretaria Nacional dos Portos do Brasil no governo da Presidente Dilma Rousseff, sendo sucedido por seu Vice-Prefeito José Clodoveu de Arruda Neto. Este foi reeleito prefeito de Sobral no ano de 2012 e governou até 2016. O sucessor da gestão municipal eleito em 2016, que substituirá Clodoveu Arruda foi Ivo Ferreira Gomes.

É no contexto e na transição desses governos que as raízes da política de economia solidária de Sobral se localizam, a qual será objeto de capítulo posterior.

3 LAÇOS DA SOLIDARIEDADE TECIDOS ENTRE AÇÕES DISPERSAS: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA EM SOBRAL

“[...]

A Economia Solidária

é ponte sobre o abismo

crescendo fortalecida

pelo cooperativismo

construindo alternativas

ao cruel capitalismo

Essa alternativa surge

no seio da classe operária,

que cansada de viver

em situação precária

vem mudando esse país,

por uma via solidária

[...]”

(Luiz H.P. Silva)²²

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA: A POLISSEMIA DO TERMO E O DEBATE CONCEITUAL

Buscar o conceito da ES se faz necessário, recorrer inicialmente ao conceito de economia, cuja preocupação está voltada para os aspectos mensuráveis da atividade produtiva segundo Sandroni (1999, p. 189) que corresponde a

Ciência que estuda a atividade produtiva. Focaliza estritamente os problemas referentes ao uso mais eficiente de recursos materiais escassos para a produção de bens; estuda as variações e combinações na alocação dos fatores de produção (terra, capital, trabalho, tecnologia), na distribuição de renda, na oferta e procura e nos preços das mercadorias. [...] pode ter por objeto a unidade de produção (empresa), a unidade de consumo (família) ou então a atividade econômica de toda a sociedade.

²² Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/blog/a-poesia-na-economia-solidaria>>.

De acordo com Sandroni (1999) a palavra economia na Grécia antiga servia para indicar a administração da casa, do patrimônio particular e à administração da cidade-estado se utilizava o termo economia política.

Mazzuchelli (2002) descreve a trajetória dessa economia e situa suas raízes no período de transição do feudalismo, expansão do comércio e formação dos Estados Nacionais, período em que as relações mercantis não haviam abarcado o conjunto da produção e da vida social, permanecendo escrava da política. Com o advento da ciência moderna, passa a se desenvolver e se fortalecer assumindo contornos próprios e definidos com a obra a Riqueza das Nações, em 1776, de Adam Smith sendo denominada de economia política. Os sucessores de Adam Smith, David Ricardo, Tomas Malthus e John Stuart Mill buscaram explicar as relações econômicas à exemplo da natureza das trocas, salários, lucros, rendas de terras, esclarecer os sentidos e entender os limites da acumulação capitalista.

Mais tarde a expressão economia política é substituída apenas por economia, cuja visão passa a se centrar apenas no valor e no processo produtivo, reduzindo a visão ampliada estabelecida pelos gregos. Laville (2003, *apud* FLEM) adverte que a própria concepção de ciência econômica se estrutura por meio do estudo de mercado, polarizando a lei da oferta e da demanda. Há um estreitamento conceitual do que o teórico concebe por economia, cuja percepção se dá numa vertente sociológica e antropológica em que a economia ela é muito mais que o simples mercado. Ao citar Paul Lamy, Laville (*idem*), identifica que a economia real possui dois princípios fundamentais; o primeiro princípio consiste na redistribuição a qual se pode retirar uma parte da produção redistribuindo conforme normas definidas de um poder central. O segundo, o princípio da reciprocidade em que uma parte da economia é administrada pela dissimetria entre indivíduos e grupos. Este último, sempre fez parte da economia desde a sociedade mais arcaica até a sociedade moderna. Dessa maneira são consideradas por Laville a visão de economia que abrange os princípios do mercado, da redistribuição e da reciprocidade.

De todo modo, é a partir da revolução industrial, no século XVIII e XIX, que o mercado passa a exercer influência decisiva no pensamento econômico capitalista. Antes, porém, cabe aqui afirmar que o capital corresponde aos meios de produção criados pelo trabalho e utilizados para a produção de outros bens, ou seja, o conjunto dos recursos produtivos criados pelo trabalho humano (SANDRONI, 1999). Contrariamente ao pensamento dos economistas que foram mencionados, expressão economia política passa dar sentido ao pensamento de Karl Marx cujo esforço foi de desvendar as conexões internas e

sociais estabelecidas na economia capitalista, onde o produto do trabalho passa a ser visto na condição de mercadoria (MAZZUCHELLI, 2002).

A economia capitalista se tornou dominante ao longo da história e tem na competição do mercado uma das formas de gerar lucro. Quanto mais se vende e por um menor preço mais lucro se obtém, mais se acumula e vice-versa. Essa prática gera comportamentos que impulsionam o individualismo e gera desigualdades sociais crescentes, além de fomentar a cultura de ganhadores e perdedores. Ocorre que socialmente, se acreditou que, na democracia moderna, o mercado regularia a paz e a harmonia social. Entretanto, quando o mercado se instituiu no século XIX traz consigo a pobreza e a miséria, o que se convencionou na Europa ser a questão social (LAVILLE *apud* FLEM, 2003).

Por meio da questão social, o mesmo teórico reitera, que trabalhadores (operários e agricultores) e teóricos perceberam que poderia coexistir uma força ao lado do mercado que pudesse reorganizar a produção; a solidariedade. Assim, é no seio da economia capitalista que o debate conceitual sobre economia solidária se fundamenta a partir de outros modos de produzir que passam a se configurar na sociedade, visando superar as constantes intempéries do capitalismo cujos princípios se pautam na solidariedade, sustentabilidade, inclusão e emancipação social.

Sua fundamentação inicia a partir do princípio da solidariedade que pode se realizar na economia a partir do momento exista uma organização igualitária pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Diferentemente, o capitalismo possui o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual, que divide a sociedade em duas classes: a classe que detém os meios de produção e a que vende a força de trabalho. Já na economia solidária a propriedade é coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, sendo que os indivíduos passam a ser todos possuidores do capital por igual, seja numa cooperativa ou associação (SINGER, 2010).

Na visão de Singer (2004) a ES promove o que o autor denomina de desenvolvimento solidário, que se dá em função da instauração de novas relações de produção por meio do fomento de novas forças produtivas, promovendo um processo sustentável de crescimento econômico que busque preservar a natureza e redistribua os frutos do crescimento em favor daqueles que se encontram a margem da produção social e dos resultados da mesma. Singer (2010) acrescenta que a produção solidária por meio do cooperativismo e grupos de produção associada que possibilitam a transformação de um modo de produção intersticial inserido no capitalismo, em função do hiato deixado pelo mesmo, de forma a organizar a economia e a sociedade superando a divisão de classes

antagônicas e jogo que se desenvolve em relação à competição universal. Para isso a ES precisaria possuir dinâmica própria criando independência das contradições oriundas do modo de produção capitalista para lhe abrir caminho.

Na obra introdução a economia Solidária, Singer (2010) defende que a ES é e poderá ser mais que uma mera resposta à incapacidade do capitalismo de interagir em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessidade de trabalhar. Uma vez que em seus primórdios, através do proporcionar as pessoas que a adotam, enquanto produtoras, consumidoras, poupadoras, etc.; uma vida melhor e o direito à autonomia na atividade produtiva sem ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que os afetam.

Ao buscar as origens do conceito e a emergência do fenômeno da economia solidária França-Filho (2001, p. 247) quanto a acepção do termo compreende uma série de experiências organizacionais cuja dinâmica atual se dá em torno das novas formas de solidariedade²³ aludidas à iniciativa cidadã “em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário”. Nesse caso, envolve diversas experiências associativas onde a dinâmica comunitária se processa do ponto de vista interno, mas ao mesmo tempo abertas sobre o espaço público. São iniciativas organizadas em caráter social que vão constituindo o que o mesmo autor chama de fenômeno inédito uma vez que as mesmas ganham força neste contexto de crise dos mecanismos de regulação da sociedade, em especial na crise do Estado-Providência. Assim a diversidade é uma marca

²³ As novas formas de solidariedade para França-Filho (2001) estão assentadas numa dinâmica comunitária no seio de uma sociedade em que as relações relevam primeiro de uma solidariedade orgânica (Durkheim), princípio societário (Tönnies), ou ainda da socialidade societária (Weber). Para Durkheim o conceito de solidariedade social se preocupou em demonstra como se constitui e se torna responsável pela coesão entre os membros dos grupos, e de que maneira varia segundo o modelo de organização social, observado o maior ou menor grau da divisão social do trabalho. Assim, com o advento da sociedade moderna, as formas de produzir o trabalho se diversificaram e os indivíduos possuem uma maior diferenciação social não compartilhando dos mesmos valores ou crenças o que faz com que a coesão social se dê por meio de códigos e regras de conduta que estabelecem direitos e deveres. Para Weber a socialidade societária diz respeito aos modos de como as relações sociais se processam na sociedade cuja conduta social tenha, em algum momento, seu sentido partilhado pelos diversos agentes numa sociedade qualquer. As relações sociais entre os diversos agentes de uma sociedade podem se dar de forma duradoura ou transitória, sendo casuais e podendo se repetir. No seio da relação social o conteúdo comunitário se compõem de um sentimento subjetivo de pertença mútua entre as partes envolvida e com base no qual a ação está reciprocamente referida, de modo semelhante ao que costuma ocorrer entre os membros de uma família, estamento, grupo religioso, escola, torcedores de um time ou entre amantes. (QUINTANEIRO, BARBOSA; OLIVEIRA, 2002). O pensamento de Ferdinand Tönnies quanto ao aspecto comunitário se processa de forma orgânica, sendo que a sociedade estaria, por sua vez, “intrinsecamente vinculada à existência do Estado, como espírito humano projetado, exacerbando, portanto, suas características mais abstratas e artificiais”. Para o teórico os “padrões de sociabilidade comunitária continuam a existir na sociedade urbana e capitalista, marginal e residualmente, na maioria dos casos, segundo esta perspectiva, e possibilitando a articulação até mesmo de outras sociabilidades **híbridas**”. (BRANCALEONE, 2008, p. 102, grifo do autor).

forte do fenômeno da ES, pois, algumas iniciativas procuram afirmar mais o seu caráter político e outras apenas remodelando uma prática assistencial. Tudo isso num universo que se estende desde a filantropia até a cooperação, passando pela ajuda mútua e pela reciprocidade, como diferentes manifestações da solidariedade.

Aliás, a solidariedade é termo emergente quando se passa a discutir a questão social no século XIX, enquanto conceito principal para se explicitar as diversas práticas sociais que podem estar reagrupadas pelo nome genérico de associativismo cívico. Laville (2001), ao discutir as iniciativas solidárias na Europa, corrobora que a terminologia solidariedade assume uma referência polissêmica a partir da articulação entre criação associativa e referência à cidadania desde as origens das associações modernas, partindo de duas experiências na França e na Inglaterra. Tais experiências, segundo o teórico, despontam no próprio séc. XIX na autoafirmação do mercado que dará a ES a condição de movimento longo, por mais que tenha desaparecido em algum momento (LAVILLE *apud* FLEM, 2003).

No caso do Reino Unido, séc. XIX, a solidariedade filantrópica, reside na associação da ideia de um órgão caritativo e cidadania. “A apreendida como um princípio social, um elemento necessário para a sociedade democrática contribuindo para sua regulação pela via da moralidade, o engajamento voluntário altruísta” (LEWIS, 1997 *apud* LAVILLE, 2001, p. 58). A caridade passa a ser vista por alguns dirigentes como um princípio da vida em sociedade as quais as empresas caritativas passaram a representar os cidadãos unidos por uma via moral em prol dos que possuem menos oportunidades, ou seja, uma dimensão ética desenvolvida pela sociedade através do voluntariado por meio da participação sendo considerada um elemento democrático. Assim a caridade exhibe a conotação de solidariedade visando aliviar os pobres em busca do resgate moral através de práticas filantrópicas mobilizando valores para corrigir as desigualdades sociais. Tal dinâmica é fonte das ações associativas desse período no Reino Unido, sendo vista pelos liberais de forma secundária; um paliativo baseado em ações pessoais filantrópicas. Ou seja, através do engajamento de indivíduos, empresas e pessoas morais contribuem com a coesão social organizando apoio aos segmentos da sociedade menos favorecidos. Essa representação de solidariedade de associações anglo-saxãs ressalta os laços de dependência pessoal gerada pelo sentimento de gratidão, por parte dos beneficiários mantendo a desigualdade social.

No caso da França, Laville (2001), a solidariedade democrática exprime a visão de igualdade de direitos entre aqueles que se engajam molda a realidade francesa sob a égide da vontade geral e do interesse geral. Duas formas de solidariedade marcam a realidade francesa, segundo Leroux (1841, *apud* LAVILLE, 2001), há uma comunicação entre Estado e sociedade

através de grupos intermediários que assumam o papel de instituição pública. O trabalho passa a se organizar possibilitando a inserção entidades produtivas que inserem a solidariedade no seio da economia. Após o período de 1948, segundo Laville (2001), a noção de solidariedade surge para os republicanos como um meio de estabelecer uma terceira via entre o liberalismo e o socialismo reconciliando os direitos individuais e a responsabilidade do Estado. Essa premissa fundamenta a ideia do serviço público amarrada à ideia de solidariedade, sendo o Estado o representante da vontade geral amparada por um quadro jurídico.

Tanto as experiências no Reino Unido como na França ocorreram em vários outros contextos nacionais por toda a Europa. Em síntese, Laville (2001) considera que as formas associativas surgidas no continente europeu refletem uma base fundamentada na filantropia e ajuda mútua que passaram a ser reguladas de forma jurídica ao serem reconhecidas pelo poder público. As formas associativas desencadeadas na Europa demarcam a passagem da esfera privada para a esfera pública, revelando um princípio societário e o princípio comunitário, se convertendo em componente da economia que redescobre o potencial organizador da referência solidária. Com instauração do estado social vem a ideia de que esse estado corrigiria a desigualdade social produzidas pelo mercado, contudo isso não ocorre e a ES é vista como terceiro pilar da economia em que todos podem ter um lugar na economia (LAVILLE *apud* FLEM, 2003).

Fundamentada a solidariedade, o mesmo autor define a economia solidária como

[...] conjunto das atividades contribuindo para a democratização da economia a partir do engajamento dos cidadãos. Contrariamente ao que poderia fazer acreditar a apropriação da palavra solidariedade pelos promotores de algumas ações caritativas, a economia solidária não é um sintoma da desregulamentação que gostaria de substituir a ação pública pela caridade, nos remetendo a mais de um século atrás. Ela emana de ações coletivas visando instaurar regulamentos internacionais e locais, completando os regulamentos nacionais ou complementando os quando for necessário (LAVILLE, 2001, p. 85).

Essa definição articula a economia, o social e o político trazendo a essência da economia solidária através dos diversos formatos associativos surgidos na Europa que compõem o que passou a se denominar economia social por articular essas dimensões.

Mance (2005) ao considerar a economia sob a perspectiva da colaboração solidária explicita que essa economia está relacionada ao bem-viver de todas as pessoas, trabalhando e consumindo de maneira colaborativa, gerindo responsabilmente os recursos naturais e compartilhando as riquezas produzidas socialmente, de modo justo e ecologicamente sustentável. O autor acrescenta que a economia solidária requer práticas que compreendem

a) ações concretas bem-sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda; b) como uma compreensão de desenvolvimento sustentável baseada em sistemas de redes socioeconômicas voltadas à promoção do bem viver do conjunto das sociedades; c) como um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social pela promoção do trabalho e do consumo sustentável e pela difusão solidária de tecnologias sociais (MANCE, 2005, p.2).

Este mesmo autor nos alerta que a economia solidária possui duas dimensões que são indissociáveis no tocante a sua sustentabilidade: a dimensão ética e a dimensão econômica. No aspecto ético estão implícitos os valores como justiça, solidariedade, honestidade, respeito a cada indivíduo considerando sua dimensão humana, cuja a dignidade está acima de qualquer coisa. No aspecto econômico há que se observar o adequado tratamento dos fatores produtivos e de gestão empresarial a exemplo da qualidade dos produtos e serviços, custo e preço das mercadorias, de forma que o empreendimento possa dispor de algum excedente a ser “solidariamente compartilhado e se mantenha sustentavelmente, operando com uma boa logística de distribuição e comercialização, potencializando o consumo solidário” (MANCE, 2005, p. 05).

A perspectiva de Mance (2000) sobre ES se dá a partir das redes de colaboração solidária cujo fundamento se pauta na filosofia libertadora, partindo-se de diversas práticas de sócio-economia-solidária realizadas em vários lugares do mundo as quais se constituem enquanto estratégia viável que permite a geração de trabalho e renda em sistemas de rede composta de sujeitos advindos de segmentos excluídos pelo capitalismo. As redes possibilitam o atendimento das demandas da população por trabalho, melhoria do consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver. Sua filosofia permite a implantação de um novo modo de produzir, consumir e conviver tendo a solidariedade no cerne da vida. As Redes de Colaboração Solidária, portanto

a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento social orgânico com forte potencial transformador; b) atendem demandas imediatas desses atores por emprego de sua fora de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo, entre outras; c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural, e d) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (MANCE, 2000, p.01).

A concepção de ES para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2005) se traduz no que o teórico delimita enquanto modos alternativos de produção na obra *Produzir para Viver* a partir da ideia de desenvolvimento alternativo contribui para introduzir temas como a preservação do meio ambiente, o respeito pela diversidade cultural e o impacto do desenvolvimento econômico convencional sobre os homens e as mulheres dos países pobres. A importância da solidariedade entre alternativas locais é fundamental para a sobrevivência das mesmas e para a consolidação gradual de uma globalização cosmopolita. Santos (2005) corrobora que boa parte do dinamismo do desenvolvimento alternativo proveio do movimento ecologista, coberto das propostas de desenvolvimento sustentável. Apesar da questão do desenvolvimento sustentável ter dado lugar a profundas divisões acadêmicas e políticas, a sua visibilidade tem incomodado a perpetuação do projeto de desenvolvimento capitalista convencional. O desenvolvimento alternativo penetra na esfera da produção por meio dos movimentos sociais, comunidades e setores governamentais da semiperiferia e da periferia continuam a promover formas associativas de produção que procuram assegurar o acesso das classes populares e bens e serviços básicos.

Santos (2005) através de experiências não capitalistas expõe um mapa que evidencia propostas e linhas de pensamento sobre produções não capitalistas cujos princípios nos remetem a economia solidária que ocorrem, no centro, na semiperiferia do sistema mundial. O referido autor considera que há uma crescente consolidação de movimentos e organizações de todo o mundo e que, embora os vários séculos de domínio do capitalismo na sociedade global, mesmo assim, não conseguiram diminuir a indignação e a resistência efetiva aos valores e as práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto sistema econômico e forma de civilização.

A partir daí surgem novas formas de produzir e novas sociabilidades. Santos (2005) pontua novas formas alternativas de produção a saber: 1. as alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos; 2. o êxito das alternativas de produção dependem da sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo; 3. as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado; 4. as alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala; 5. a radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda; 6. estreita conexão entre a lutas pela produção alternativas e as lutas contra a sociedade patriarcal; 7. as formas alternativas de conhecimento são fontes alternativas de produção; 8. os critérios para avaliar o

êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivas; 9. as alternativas de produção devem entrar em relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade.

Marcos Arruda (2003) situa a ES no contexto ampliado de economia e se reporta aos gregos para afirmar que a economia dominante se encontra distante do sentido de economia pensado pelos gregos *ecus nomia* que significa gestão e organização da casa a qual o sujeito que a habita possui um papel ativo nessa gestão; a gestão de si mesmo. Segundo este autor, não fomos educados para realizar essa gestão e acabamos transferindo essa responsabilidade para as instituições ou peritos. Em sua percepção a ES implica numa proposta que envolve uma outra educação que a reconstrução de cada ser humano como sujeito do seu próprio desenvolvimento, da sua própria casa e do seu viver nessa casa. Essa percepção coloca a economia numa dimensão humana onde os sujeitos se relacionam como humanos e não como mercadorias. Uma economia se dá muito mais no campo da dimensão da vida, de como o povo pode sobreviver; uma economia popular, do povo.

Arruda (2003) fundamenta a dimensão ampliada de economia por meio de José Luiz Coraggio que afirma ser uma ampliação da qualidade de vida. Assim a socioeconomia se constitui enquanto uma economia de vida; reprodução da vida a qual implica no desenvolvimento de capacidades e oportunidades sociais de cada pessoa, sem a exclusão de nenhum cidadão ou cidadã.

o sentido maior da economia social será uma perspectiva de desenvolvimento sempre mais integral da pessoa e da comunidade. O progresso de um país será a criação e a realização das condições que mais favoreçam o desenvolvimento integral de cada pessoa e comunidade e da sociedade como um todo. E no caso do globo terrestre, do planeta e da humanidade, enquanto espécie (ARRUDA, 2003, p.26).

As ideias do referido autor chegam ao princípio da autogestão, um dos princípios da ES, para que se possa passar de uma economia dominante para uma pequena minoria até a percepção ampliada de economia de vida que envolve outros valores e nas relações humanas. Para tanto se faz necessário questionar o paradigma da dominação presente não só na relação patrão e empregado, mas em diversas esferas da sociedade: na relação familiar, nas relações homem e mulher, dentro da casa e etc. A economia centrada na relação material desumaniza os humanos, sendo assim há que se buscar um desenvolvimento integral, fractal do desenvolvimento autogestionário onde cada pessoa, cada comunidade cria um modo de desenvolvimento próprio em articulação com outras se juntando e reproduzindo uma subjetividade enquanto sujeitos do seu próprio desenvolvimento nos níveis social, nacional e global (Id.; Ib.).

Nessa lógica a economia solidária tem na cooperação solidária a exclusão da competitividade e vendo na diversidade a oportunidade para não uniformizar a humanidade.

Em termos econômicos, a economia solidária alcança:

o consumo ético, como resposta sustentável às necessidades humanas; a produção autogestionária, os trabalhadores com direito à propriedade; a gestão coletiva, onde a empresa é concebida como uma comunidade; e esse conceito rompe com a empresa do capital; o comércio justo, o crédito cooperativo, a educação cooperativa e a comunicação dialógica (ARRUDA, 2003, p.30-31).

Luiz Coraggio situa o debate conceitual sobre ES a partir dos estudos de economia popular onde delimita por economia do trabalho as formas de organização da produção que abrange o trabalho doméstico e comunitário na lógica reprodutiva da vida, incluindo os processos autogestionários pelos trabalhadores, empreendimentos familiares, associações que organizam as condições de vida, caixas de consórcio e cooperativas. A economia do trabalho se apresenta enquanto contraponto a economia capitalista. O trabalho passa assumir formas que atendem aos interesses do Estado e do capital e ao longo dos anos se organiza de forma a impulsionar os processos imediatos da produção. Nessa lógica o capital passa a controlar a ciência e a tecnologia instrumentando o conhecimento como meio para a busca de lucros, fazendo da massa de trabalhadores portadores de trabalho abstrato (valor) e o trabalho concreto atribuído a máquina; ou seja, a substituição do trabalho vivo pela força do aparelho produtivo. O processo de produção passa obedecer a ditadura capitalista. Essa desregulamentação do trabalho deixa de ser para a maioria da classe trabalhadora fonte de obtenção de recursos para a sobrevivência (CORAGGIO, 2009).

Isto posto, Coraggio (2009) adverte que na perspectiva da economia do capital, o conjunto econômico é institucionalizado por um único princípio de mercado cujos indivíduos que participam são utilitaristas e calculistas balizados pela lógica de acumulação do capital. A economia do trabalho propõe a resolução das necessidades e desejos legítimos de todos, propondo uma crítica à prática à estrutura de desejos ou demandas de bens e serviços, a qual gera o imaginário do consumo numa sociedade capitalista redefinindo democraticamente aquilo que é suficiente, útil e legitimamente desejável. Ou seja, a economia do trabalho está na contramão do capitalismo de impor o trabalho abstrato e consumo incessante. Nesse sentido, a economia social se coloca enquanto ponto de partida à institucionalização da economia do trabalho a qual prescinde de um projeto democratizante capaz de representar e fortalecer de maneira eficaz os projetos de qualidade de em uma sociedade mais igualitária, mais justa e autodeterminada.

Essa premissa supõe um horizonte estratégico que visa transcender a escala microssocial, os empreendimentos ou microrredes solidárias para a sobrevivência, assumindo o projeto de chegar a um consenso democrático acerca de outra definição de riqueza, de natureza e de trabalho produtivo, outra forma de coordenar o sistema de divisão social do trabalho, ou, resumindo, outra economia (CORAGGIO, 2009, p. 127).

A economia solidária, a economia popular ou economia social apresentam diferentes contextos de surgimento, fundamentadas nas mais diversas formas de produzir possuem valores em comum e ampliam o debate conceitual da categoria economia solidária. Diante do exposto, observamos que os autores citados anteriormente compõem um conjunto de ideias que fortaleceram a ES seja na teoria, seja na prática uma vez que possuem em comum os mesmos valores, como, por exemplo, a autogestão, solidariedade, alternativa superior ao capitalismo, desenvolvimento humano, democratização da economia, autonomia, diversidade, cidadania etc. Todos os teóricos aqui explicitados apresentam uma proposta de pensar economia que valorize o indivíduo e não a mercadoria. São fundamentos e princípios que articulam a economia numa dimensão política e social.

A diversidade de experiências que possuem como fundamento a solidariedade apresenta enquanto perspectiva novas formas de interação com o mercado, segundo França-Filho (2001) a ES pressupõe outro olhar em relação à economia dita real, não mais reduzida ao mercado, mas, numa dimensão plural. Ou seja, uma economia que admite uma pluralidade de princípios do comportamento econômico. Toda a base do conceito de economia solidária possui raízes na economia popular e evidenciam um modo coletivo de organização do trabalho.

3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ORIGENS E HISTÓRIA ENTRE DESIGUALDADES E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

As origens da ES percorrem vários caminhos entre a Europa e a América Latina até chegar ao Brasil. A partir dessa premissa recorrer à origem da economia solidária é fundamental para que se apresente e se construa um quadro conceitual sobre os diversos autores e pensamentos sistematizados ao seu respeito uma vez que as acepções do termo variam de acordo com os lugares e experiências vivenciadas.

Paul Singer (2010) localiza os primeiros indícios da ES logo após o surgimento do capitalismo industrial, na Europa em razão do imenso empobrecimento dos artesãos ocasionado pela difusão das máquinas e a organização fabril da produção, concomitantemente com a revolução industrial, onde a Grã-Bretanha se destaca a cidade onde se deu inicialmente a

revolução. As condições de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores levavam ao debilitamento físico e a mortalidade. Segundo Singer (2010) a exploração do trabalhador nas fábricas não possuía limites. O autor destaca no início do séc. XIX a figura do empresário Robert Owen, empresário mais esclarecido e homem que impulsionou as ações cooperativistas e que influenciou Engels e Marx, foi um dos que mais investiu no bem-estar da classe trabalhadora reduzindo sua jornada de trabalho e proibindo o trabalho de crianças nas fábricas.

O mesmo autor explicita que, após a Revolução Francesa, a Grã-Bretanha cai numa profunda depressão econômica e Owen apresenta propostas para reestabelecer o crescimento econômico através de auxílio às vítimas do desemprego reinserindo os próprios trabalhadores na produção permitindo que passassem a obter ganhos e, conseqüentemente consumir, reaquecendo o mercado da época. Owen tentou alertar sobre a economia de recursos ao reinserir um pobre na produção seria bem mais vantajoso do que mantê-los desocupados.

Entretanto, as propostas de Owen não foram de todo atendidas, contudo, suas ideias foram sendo aplicadas e foram surgindo várias aldeias cooperativas que aparecem junto com o movimento sindicalista dos trabalhadores a partir da segunda metade do séc. XIX. O modelo de cooperativismo owenista foi assumido pelo movimento sindical da classe trabalhadora que nas diversas greves que se instituíram à época, lutava por melhorias das condições e valoração do trabalho de forma coletiva, num contraponto ao sistema capitalista. Tais cooperativas eram formadas, em sua maioria, por jovens operários (SINGER, 2010).

Na França a representatividade de Charles Fourier quanto a ES dá-se a partir da ideia de que as pessoas deveriam viver em comunidades autogeridas dispensando a necessidade do Estado o que o considerou um socialista utópico junto a Owen e Saint Simon no século XIX. (Idem). Ao conceituar cooperativas de trabalho, Lima (apud HESPANHA, 2009) afirma que Charles Fourier propôs os falanstérios, que reuniram até 1.800 pessoas, onde a propriedade seria coletiva, sob a forma de sociedade acionária e de livre escolha dos trabalhos que tiveram uma atuação mais política do que prática.

O mesmo autor reitera que a partir do ideário difundido por esses atores, Owen e Fourier, as cooperativas de trabalho possuíam um propósito comum, pois, percebiam o associativismo como uma superação das condições precárias de vida e de trabalho a que os operários eram submetidos. Essas cooperativas tinham como princípios fundantes a solidariedade, a democracia, a autonomia e a igualdade social. Através do associativismo o cooperativismo surgia dentro do próprio capitalismo, através das ideias socialistas subjugando o capitalismo intrínseco ao movimento operário à época da Revolução Industrial.

É no cerne do movimento cooperativista na Europa que reside à origem histórica, onde surgem os primeiros princípios da economia solidária, a autogestão. O cooperativismo surge como alternativa de economia ao capitalismo “seria justo chamar esta fase inicial de sua história de 'cooperativismo revolucionário', o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo” (SINGER, 2010, p.35, grifo do autor).

Singer (2010) corrobora que a difusão do movimento cooperativista se deu através das cooperativas de consumo, cuja mãe de todas elas foi a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale em 1844, no norte da Inglaterra, fundada por 28 operários, metade deles seguiam os ideais de Robert Owen, qualificados em variados ofícios. A cooperativa era vista pelos socialistas não como um fim em si, mas um meio para se chegar a uma comunidade cooperativa. Os números apresentados pelo autor evidenciam a velocidade da expansão desse movimento até metade do séc. XIX registram 547 mil membros no ano de 1881 e em 1900, 1 milhão e 707 mil na Grã-Bretanha.

Durante o século XIX, o movimento cooperativista refletiria as origens e clivagens do movimento operário convivendo com propostas que ora se colocavam em contraposição ao capital de forma revolucionária, ora propunham reformas humanistas de inspiração cristã na relação capital-trabalho. Já durante o século XX, o crescimento das cooperativas esteve vinculado a crises econômicas e formação de frentes de trabalhos em vários países europeus, embora nem sempre pudessem manter os princípios cooperativos nas situações crise. Com o Estado de bem estar social e a consolidação do assalariamento o movimento perde força, contudo ainda assume forte expressão na França, Itália e na Espanha (LIMA *apud* HESPANHA *et al.*, 2009).

Assim, no séc. XX a França e a Itália foram expressões do cooperativismo, de acordo com Lima (2004), ao analisar o caso italiano, alguns fatores favoreceram o crescimento das cooperativas de trabalho e de produção, a saber: proximidade do movimento cooperativista com partidos políticos; forte apoio estatal reconhecendo as cooperativas italianas como forma de empresa especial sob o princípio fundante da mutualidade com apoio do Ministério do Trabalho e da Segurança Social; e o terceiro e último aspecto estavam nas perspectivas comerciais favoráveis nacional e internacionalmente por simpatizantes da causa. Na Espanha o referido autor cita o caso de Mondragon, complexo de cooperativas de produção constituindo-se em um dos principais produtores de eletrodomésticos de linha branca do país e de carrocerias de ônibus. Mondragon era pautada sob o princípio de

intercooperação, funcionando em rede e conseguindo manter a competitividade através de inovações tecnológicas numa tentativa de adequação ao mercado enquanto projeto alternativo.

Na América Latina, séc. XX, nos países periféricos, sempre subsistiram formas de economia com laços de reciprocidade que guardam sentido social e sua produção é voltada para a coletividade, evidenciando que cooperação tem sido elemento presente em parcelas expressivas da população com experiências genuínas entre os trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes “que valorizaram as práticas autóctones de ajuda mútua e fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital”. (HESPANHA *et al.*, 2009, p.163).

A solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação. Ao mesmo tempo, a solidariedade é estendida aos setores sociais expostos a maiores necessidades, principalmente via mobilização de trabalho. (Id.; *Ib.*, p.162).

A nova forma de solidariedade intrínseca na ES faz alusão a participação cidadã, contrárias às formas de solidariedade construídas historicamente pelo Estado e a solidariedade tradicional, exclusivamente comunitária. São formas que se voltam para o enfrentamento de questões públicas locais. França Filho (*et al.*, 2006), reitera que a afirmação dessa solidariedade no interior de prática econômicas, são comuns no meio popular, em prol de projetos coletivos, sem a dimensão monetária.

Esse autor elucida que a compreensão do que ora, se denomina ES constitui um campo de práticas formado pela economia popular e a economia solidária, demonstrando que o vínculo entre as duas vem da tradição da economia popular. A economia popular diz respeito ao conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços originárias do trabalho associado de grupos populares no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Tais grupos passam a se estruturar na lógica da informalidade, tecendo relações de reciprocidade no seu cotidiano. Soma-se a isto o fato de que a economia popular permite a geração do trabalho para os que se encontram fora do eixo da economia formal composto pela esfera Estatal e pelo mercado. Nessa composição, o mesmo autor, levanta dois aspectos a serem considerados; o primeiro deles se refere ao engajamento das pessoas nos projetos, ou seja, a participação. Já o segundo aspecto corresponde ao modo de organização do trabalho que possui sua base essencialmente na solidariedade (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006). Dessa maneira, seus estudos, difundidos amplamente no Brasil, denominam esta economia como economia popular e solidária.

Os movimentos sociais latino-americanos, segundo Coraggio (2012), configuraram a resistência através de projetos políticos populares ao proporem a retomada do estado democrático de direito, além de propostas de novas formas de organização econômica de produção, à exemplo dos países Argentina, Brasil, Equador, Uruguai, Paraguai e Venezuela. No Brasil, destaca-se o movimento das Comunidades Eclesiásticas de Base. Sob as mais diferentes denominações (economia popular, economia solidária, economia comunitária, etc.) diversas iniciativas começaram a tomar corpo nesses países. Assim para este autor, a economia solidária envolve o desenvolvimento de relações econômicas onde todos possam viver melhores e que este não seja só um projeto para os pobres e sim, para toda sociedade, uma vez que se deve repensar a forma de consumo imposta pelo mercado que tem se vivido nos últimos anos com o modo de produção capitalista. O que o autor sugere seria outra racionalidade, voltada ao sentido de economia enquanto visão ampliada de vida e que possa organizar a sociedade como um todo.

Assim como França Filho (2006), Coraggio (2012) reitera que a economia solidária possui fundamentos na economia popular, que para ele, se caracteriza como uma economia mais doméstica, familiar, cuja organização possui uma lógica diferenciada do capital privado da economia capitalista, de forma a desenvolver estratégias num formato que se possa suprir as necessidades, sem exploração do trabalho, sem graves consequências a natureza.

As desigualdades crescentes produzidas pelo capitalismo geram um sistema de ganhadores e perdedores, onde os perdedores acabam sendo excluídos socialmente num acirramento constante da lógica competitiva. A solidariedade na economia imprime uma lógica inversa, a inclusão, uma vez que as pessoas cooperam entre si, ao contrário de competir. Os ganhos seriam repartidos de forma igualitária, sem patrões e empregados, onde o Estado seria responsável pela distribuição dos recursos de forma igualitária (SINGER, 2010, p. 8-10).

No Brasil, a partir dos anos 1930, o projeto iniciado por Getúlio Vargas, o nacional-desenvolvimentismo, o país começa a se preparar para a industrialização. Nesse período, o trabalho, antes subordinado à sociedade agrária, passa a sofrer modificações consideradas importantes “frente ao avanço da propriedade social, mediada pela difusão do emprego assalariado com carteira assinada e pelos diversos mecanismos urbanos de proteção e segurança societal” (POCHMANN, 2010, p. 12). Assim entre 1930 e 1980 se pode avançar com a estruturação da sociedade salarial no Brasil.

Em síntese, prevaleceu a centralidade do emprego assalariado no funcionamento do mercado de trabalho. De cada quatro postos de trabalho gerados entre 1940 e 1980, por exemplo, três eram assalariados, sendo 70% do total compostos pelo emprego formal (com carteira de trabalho assinada). Com isso, o emprego assalariado, que respondia por 42% do total da ocupação em 1940, passou a responder por 63% da ocupação em 1980. Os postos de trabalho formal passaram de 12,1%, em 1940, para 49,2%, em 1980, do total da ocupação do país (Id.; Ib., p. 17).

Entre esse período, se faz necessário observar que a partir dos anos 1960, no mundo, os sinais da globalização, começavam a despontar. Singer (1999) explicita que a globalização se deu em duas etapas, a primeira, mais precisamente no final dos anos 60 nos países considerados desenvolvidos e a segunda que já dura mais de 25 anos nos países subdesenvolvidos. No âmbito internacional a primeira etapa se caracteriza pela transferência maciça de recursos dos Estados Unidos para a Europa e o Japão de forma a eliminar as diferenças econômicas entre essas regiões. Após os anos 1970, a reestruturação econômica junto ao declínio de várias regiões industriais caminhará para o que muitos chamam de globalização. A internacionalização dos mercados provoca a retomada do cooperativismo enquanto alternativa ao desemprego e começa a impulsionar outras formas de alternativas ao modo de produção capitalista.

O período do milagre econômico proposto pelos militares no Brasil foi um reflexo da globalização uma vez que o Brasil se abre para a industrialização para abastecer os países do primeiro mundo, que, de acordo com Singer (Id.; Ib.), foi um dos principais protagonistas da globalização. Além do endividamento externo crescente do país.

A ausência democrática vivenciada pelo Brasil (1930-1980) aliado ao projeto nacional-desenvolvimentista promoveu o crescimento de uma sociedade injusta e socialmente desigual. O próprio progresso da sociedade salarial acabou por reproduzir as heranças da sociedade agrária. O regime de bem-estar-social que ganha expressão a partir da Revolução de 1930, continuado nos anos seguintes, dá relevo a uma política direcionada a regulação do mercado, de natureza corporativista e particularista, tendo enquanto principais atores desse contexto a classe burguesa industrial e a emergente classe trabalhadora urbana (formalmente contratada) (POCHMANN, 2010, p. 18).

Assim, os anos 1980 refletem o aprofundamento dessa reestruturação. Segundo Antunes (2006), a classe trabalhadora sofreu a mais aguda crise do século XX tanto no que

diz respeito à materialidade²⁴ do trabalho como à sua subjetividade, sua forma de ser. A produção de massa passa a ser substituída pela flexibilização da produção na busca de novas formas de adequação à lógica do mercado. O autor chama atenção para a transitoriedade das formas de produção que acabam por afetar os direitos do trabalhador. Vê-se surgir uma fórmula que substitui o fordismo e o taylorismo aliando desenvolvimento tecnológico à desconcentração da produção em médias e pequenas empresas fomentando mercados regionais e locais, tudo isso, promovendo desenvolvimento desigual entre regiões. Quanto ao trabalhador, esse tem que se adequar às novas exigências do mercado com padrões de formação polivalentes e aligeiradas.

A década de 80 representou o nascedouro para os antecedentes da economia solidária emergem nas últimas décadas no quadro socioeconômico e político diante do desemprego estrutural que afeta os trabalhadores, o país mergulha numa grande crise econômica. As transformações provocadas pelo neoliberalismo e pela inserção do Brasil na globalização como a abertura do mercado interno do país para as importações e a crescente dependência dos mercados externos, provocam o aumento das taxas de desemprego, precarização das formas de trabalho e o aumento da exclusão social.

Esse nascedouro brota do seio dos movimentos sociais em meio ao contexto acima descrito, com todas as contradições sociais e econômicas inerentes desse processo para o que Schiochet denomina avanço e radicalização da democracia com proposta de experimentação da democracia na organização econômica da produção. Dentre esses movimentos ressalta-se o de luta pela terra e reforma agrária que se colocam enquanto importantes contribuintes nas experiências de cooperação e cooperativismo. Como exemplo cita-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), criada em 1992 para articular diversos tipos de organizações econômicas dos assentamentos de reforma agrária; a experiência advinda de Fundos Rotativos Solidários do Pará, em 1995, por agricultores familiares; e União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), de 2005, organização nacional que objetiva representar as organizações cooperativas de agricultores familiares (SCHIOCHET, 2012, p 28-30).

²⁴ Para Antunes (2006), fundamentado em Marx, a materialidade do trabalho está relação entre o homem e a natureza que se dá por meio do trabalho que por sua vez, funda o ser humano, tornando o homem um ser social. No modo de produção capitalista há uma cisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual, ou seja, a classe-que-vive-do-trabalho, como ora denomina, vende sua força de trabalho em troca de um salário, objetivando gerar lucro para a ordem do capital. Esse processo resulta na exploração do próprio trabalhador onde o trabalho se converte em mercadoria. Assim a materialidade consiste nas relações que são definidas no processo a que esse trabalho está submetido.

Schiochet (2012) também faz menção aos movimentos sociais urbanos como o o Movimento Nacional de Luta pela Moradia e a União Nacional por Moradia Popular; Conjunto Palmeiras – Banco Palmas; Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCMR); Associação Nacional de Empresas de Autogestão (Anteag); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol). Todos os movimentos citados pelo autor representam a resposta dos movimentos sociais na busca por conquistas democráticas no âmbito da cidadania e do direito.

Singer (1999) explicita que dentre os impactos da globalização, o Estado provisor e distribuidor foi abatido e dar lugar a uma nova configuração do mercado, que funciona livremente apenas por regulamentos, tornando o mercado condicionador de modos de ser e de viver dos indivíduos, onde sua autonomia social e política passam a depender lógica econômica. Nesse panorama, a exclusão social está dentre as contradições do capitalismo, onde a “a perda do acesso à divisão social do trabalho e de seus produtos cassam os direitos sociais de suas vítimas”. (SINGER, 1999 p.09). Este autor acrescenta que já não bastasse o desemprego estrutural provocado pela precarização do trabalho, há de se conviver com o desemprego tecnológico provocado pelo advento do microcomputador reduzindo os postos de trabalho. Ou seja, a transferência do grande capital internacional para países com debilidade do movimento operário, permitia as grandes corporações reformularem as relações de produção da forma que lhes era mais conveniente.

Esse processo de mundialização produtiva desenvolve uma classe trabalhadora que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. Assim como o capital dispõe de seus organismos internacionais, a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais internacionalizada (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

Pochmann (2004), também situa a origem embrionária da economia solidária nos anos 1980, no contexto de uma longa crise de desenvolvimento da industrialização com sinais expressivos de regressão ocupacional, que provocam efeitos cruéis no mercado de trabalho, onde “nota-se o aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, o que o torna dependente da produção e exportação de produtos primários”.

Em outra obra mesmo autor (2008) também argumenta sobre a fragilização e baixa efetividade das políticas de emprego durante a década de 1990 bem como a escassez quanto à aplicação de recursos públicos para com a heterogeneidade do desemprego. Há um

aprofundamento da desestruturação do mercado de trabalho a partir do curso tomado por essas políticas, produzindo uma equivocada efetivação da proteção social, objetivada pelas referidas políticas. Ou seja, o próprio Estado atua como indutor e como agente na estrutura das relações de trabalho. Quanto a este cenário, Singer (1999) ressalta que a partir de 1997, o estado passará a ter de enfrentar as consequências da desindustrialização num contexto de redução do crescimento econômico e elevado desemprego. Neste caso, estados e município adotaram as políticas compensatórias para combate da miséria extrema que já se fazia muito presente no país.

Pochmann ressalta a origem de um modo de produção distinta no bojo da crise do capital, apresentando dois movimentos específicos, especialmente no âmbito do sistema não organizado de trabalho: o primeiro se refere ao “[...] aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional” (POCHMANN, 2004, p. 23-24). O segundo trata de um

[...] movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida (Id.; Ib.).

Nessa perspectiva, para compreender a Economia Solidária tomara-se como base o pensamento de Singer (2002, p.10) quando afirma ser “um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”, ressalta ainda que, quando esses princípios são aplicados, os trabalhadores se unem de forma que todos produzam uma única classe trabalhadora possuidores de capital por igual.

Singer (*apud* SANTOS; RODRÍGUEZ, 2005) ainda complementa que a Economia Solidária cresce em função das crises existente no próprio capitalismo e que, portanto, compõe a formação social capitalista visto ser um modo de produção, que ao lado de outros, inclusive o do próprio capitalismo, molda a superestrutura legal e institucional de acordo com seus valores e interesses.

A atual crise do trabalho assalariado, desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos (FBES, 2006, p.78).

A tese de que a economia solidária se apresenta enquanto alternativa ao modo de produção capitalista se manifesta no pensamento dos autores como Singer (2002, 2010), (SANTOS; RODRIGUEZ, 2005), Gaiger (2011, 2015), França Filho (2006), dentre outros, como o próprio Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a saber.

A ES apresenta-se como alternativa a partir do momento em que procura se fortalecer em meio ao sistema capitalista num movimento contra hegemônico global em que “comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas” (SANTOS; RODRIGUEZ, 2005, p.26); criando possibilidades junto ao capitalismo que a cada dia não tem dado conta dos grandes problemas sociais que vivenciamos.

Estas alternativas surgem em meio ao capitalismo possibilitando uma divisão de riquezas mais justa melhor qualidade de vida onde a solidariedade seja o princípio básico. A economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2003, p.78).

O emergir da economia solidária também representa retomar uma forma de organização advinda das experiências socialistas, as quais não foram completamente rendidas ao capitalismo, mas que procuram uma organização comunitária e de reciprocidade própria das populações. Todavia, o momento em que ela se localiza hoje, diante da expansão capitalista, a economia solidária se reinventa no bojo da experiência democrática, se afirmando a partir de experiência autogestionárias coletivas que se constroem pela própria vivência e práticas desse modelo. Ou seja, o movimento de economia solidária elabora suas alternativas emancipatórias dentro dos limites da politização vivenciada nos movimentos sociais (SCHIOCHET, 2012, p. 33-37).

Segundo Gaiger (2015, p.44), “o efeito promissor da economia solidária decorreria de sua aptidão a estimular e compensar o protagonismo econômico e político de trabalhadores pobres, vulneráveis à exclusão social, através de sua organização econômica e de seu envolvimento na condução dos empreendimentos”. Nesse sentido, a economia solidária se coloca enquanto alternativas de geração de renda que promove a autonomia dos trabalhadores, funcionando como vetores de redução de desigualdades, estabelecendo vínculos de reciprocidade.

Os autores ora referenciados concordam com a questão de que a luta por outra forma de produzir e buscar uma outra economia é uma luta política. A complexidade que envolve a economia solidária no universo de precarização das relações de trabalho, inserida numa lógica neoliberal somada a mundialização do capital, impõem muitos desafios, os quais remetem aos papéis do próprio Estado.

Singer (2004) elucida que a atuação dos empreendimentos solidários possui potencial para adotar a defesa do meio ambiente e do bem-estar dos consumidores, opondo-se a tecnologias que podem ameaçar a biodiversidade, a saúde do consumidor e/ou a autonomia dos produtores associados ou individuais. O autor, ao propor o desenvolvimento solidário, explicita que o mesmo é guiado pelos valores de cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas. Refere-se, sobretudo, a uma proposta onde o uso das forças produtivas deveria ter um uso bem distinto e serem acessadas por todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade sejam excluídos. Para isso, o mercado não precisaria ser abolido, apenas controlado para que não haja exclusões.

Esse contexto requer um Estado que disponha de instrumentos que possa evitar a divisão entre ricos e pobres, poderosos e fracos. Um desafio considerado possível de se realizar, mesmo sendo algo complexo. Singer (2004, p.21), evidencia a existência de um desenvolvimento misto, imerso na reestruturação do capital. Ou seja,

[...] o fato de o desenvolvimento, em tempos de reestruturação, ter acentuado a liberdade do mercado em detrimento dos controles dos Estados nacionais sobre a dinâmica do capital não anula o outro fato, de que a revolução microeletrônica e telemática contribuiu para que o capital produtivo (não o financeiro) se descentralizasse, abrindo espaço para um desenvolvimento misto de pequenas e médias empresas e de complexos cooperativos, guiado pelos valores da solidariedade. [...] No plano econômico, os diferentes modos de produção competem entre si, mas também se articulam e cooperam entre si. No plano político e ideológico, no entanto os antagonismos entre as duas lógicas e seus valores opostos só se acentuam.

3.3 A POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: AÇÃO PÚBLICA E ESPAÇOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NO BRASIL E EM SOBRAL

Uma primeira sinalização para essa institucionalização ocorreu no II Fórum Social Mundial que ocorreu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul em 2003, que originou um Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária (GT). Foi a partir desse GT que iniciaram as negociações junto ao recém-presidente eleito para um espaço institucionalizado para economia solidária. O início dessa institucionalização corresponde ao que Sousa (2006) denomina de ciclo deliberativo da política pública, onde o primeiro estágio se refere à definição da agenda. É na agenda que se cria uma consciência coletiva sobre o problema que deve ser enfrentado, a identificação de alternativas, a avaliação das opções e seleção das opções. Tudo isso antes da implementação propriamente dita. A referida autora reforça que a constituição da agenda se configura em “um território de conflitos entre atores de diversas

entidades e movimentos sociais que lutam para que o problema venha a se tornar política” (SOUZA, 2006, p. 31-32).

Cabe destacar também um antecedente iniciado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, cuja primeira incubadora se forma no Rio de Janeiro. Por sua vez, as raízes dessas incubadoras encontram-se no Programa Ação da Cidadania promovida pelo sociólogo Herbert de Sousa (o Betinho). A partir de 1998, através do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas Populares (PRONINC) com o objetivo de apoiar e fomentar as incubadoras universitárias dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que se propunham e ainda se propõem a desenvolver processo de incubação de empreendimentos, ofertando apoio, assessoria e qualificação técnica (BRASIL, 2012).

Saravia explicita que cada política inclui diferentes aspectos aos que dá prioridade, sendo influenciadas pelas contingências que afetam no âmbito das ações da dinâmica estatal. Assim define políticas públicas como

[...] fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório (SARAVIA, 2006, p. 28-29).

Para Souza a política pública se configura como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p.26, grifo da autora).

Nessas circunstâncias, a política pública se constitui como um mecanismo de mudança social, orientado a promover o bem-estar de segmentos sociais, devendo ser mecanismo de distribuição de renda contrariando a visão de mera intervenção Estatal subordinada à lógica capitalista; um mecanismo social que contém contradições “articulando diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversas” (SILVA, 2008, p. 90).

Diante de tal complexidade, de acordo com os dicionários de ciência política é possível identificar elementos comuns que caracterizam uma política pública:

a) institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante; b) decisório: a política é um conjunto sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades; c) comportamental, implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular; d) causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social (SARAVIA, 2006, p. 31-32).

Saravia (2006), ao caracterizar com mais detalhes as etapas ou estágios que constituem a política pública, explicita que todo o ciclo se inicia com a construção da agenda, que corresponde a inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público. Em segundo lugar vem a elaboração que consiste “na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades”. O terceiro momento é chamado de formulação “que inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro”. O quarto estágio é a implementação constituída pelo “planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política”. A execução forma a quinta etapa do processo e perfaz um conjunto de ações destinadas a atingir objetivos estabelecidos pela política. Já o acompanhamento, é o sexto estágio e se caracteriza pela supervisão da execução de uma atividade e possíveis ajustes para assegurar a consecução dos objetivos. Por fim, o sétimo estágio é a avaliação a qual tem sido fortemente discutida enquanto um campo de pesquisa da política pública.

Observa-se que o processo de institucionalização da economia solidária no Brasil se deu a partir da mobilização de parcelas da sociedade, de instâncias governamentais e demais entidades que atuam em diversos movimentos sociais. O status de política pública emerge com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes)²⁵ ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no ciclo político iniciado em 2003. A partir daí, compõe-se um tecido, que vai aos poucos afirmando a economia solidária no país e chegando à sua “expressão institucionalizada” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p.37). Assim, políticas

²⁵A secretaria surge como resultado da interação do Brasil e a Organizações das Nações Unidas – ONU a qual tem como uma das metas a erradicação da extrema pobreza. Desde 1994, vem desenvolvendo um programa voltado para “Gestão das Transformações Sociais, criado pela UNESCO – organismo da ONU voltado para educação, a ciência e a cultura”. Um dos objetivos do programa é a promoção de políticas públicas nessa ótica das transformações sociais contemporâneas (SINGER; KRUPA, 2004; p.89).

públicas de economia solidária, passam a compor o enfrentamento à exclusão social e a pobreza (SINGER, 2010).

A incorporação da Senaes junto ao MTE ocorreu sem grandes atritos, uma vez de que alguns já conheciam a economia solidária ou eram simpatizantes da causa. Singer afirma que houve estranhamento por parte dos auditores fiscais que à época estavam empenhados em combater falsas cooperativas de trabalho que eram utilizadas para terceirizar atividades a custos reduzidos. Nem todas as cooperativas operavam dessa forma e muitos trabalhadores se organizaram em cooperativas geridas por eles mesmos. A Senaes deveria organizar os trabalhadores das cooperativas verídicas. Nessa via, a Senaes atuou contra a precarização dos direitos dos trabalhadores procurando em outros países que se utilizavam novas legislações que garantissem o cooperativismo e o direito dos trabalhadores.

Assim a Senaes passou a desenvolver o Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP), criado pela Lei nº 12.690, de 2012, que “se destina a apoiar cooperativas de trabalho, cujos rendimentos possam ser insuficientes para cobrir o valor dos benefícios legais a que seus associados farão jus, tão logo sua assembleia se decida a iniciar o pagamento dos referidos benefícios aos mesmos”. Para além do PRONACOOOP, a Senaes, a partir de 2005 desenvolveu a política do mapeamento dos empreendimentos de economia solidária (EES), inserida no marco do Sistema de Informação da economia Solidária (Sies), o qual prevê a realização dos mapeamentos a cada quatro anos. “O primeiro mapeamento foi realizado em 2007 e registrou a existência de 21.859 EES. Este primeiro mapeamento, em função das limitações de recursos e de tempo, cobriu apenas 2.933 municípios, que representam 53% das municipalidades do Brasil” (SINGER, 2004, p. 91).

Ademais, o início do funcionamento da Senaes é exatamente na luta contra a pobreza, ambicionando tornar a economia solidária instrumento dessa luta. Para isso passou a apoiar diversas experiências de desenvolvimento comunitário, uma vez que o entendimento seria que a luta contra a pobreza deve se dar numa escala territorial, através da formação de lideranças locais para que exerçam o papel de agentes de desenvolvimento (SINGER, *apud* FRANÇA FILHO et.al., 2006, p. 201).

Para Singer (2004) o surgimento da Senaes significou “uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano (já que pelo rural continua responsável o Ministério da Agricultura)”. Dentre os desafios da Senaes o mesmo teórico corrobora

a Senaes está empenhada em promover o combate à pobreza mediante as oportunidades que o programa Fome Zero, a reforma agrária e outras políticas sociais do governo oferecem. Para tanto, diversos ministérios e secretarias do governo federal estão juntando forças. Um ponto crucial é o financiamento dessas iniciativas. O governo brasileiro está empenhado em reformas do sistema financeiro que o abram às camadas de baixa renda, que hoje estão excluídas dele. Outra alternativa é a criação de um outro sistema financeiro — solidário, popular, comunitário — que diferentes empreendimentos da economia solidária, já estão desenvolvendo em várias partes do Brasil (SINGER, 2004, p. 5).

Em sua estrutura, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um parceiro indispensável juntamente com os demais movimentos existentes no país, diante dos objetivos almejados pela Senaes. O FBES possui uma comissão coordenadora nacional em Brasília para o desenvolvimento de atividades conjuntas. O FBES articula ações a nível estadual através dos fóruns estaduais, regionais e/ou municipais. Junto do FBES foi formado um Conselho Nacional de Economia Solidária para orientar a política a nível federal (SINGER, *apud* FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p.202).

Para a execução de suas ações a Senaes passou a atuar por meio da cooperação e de convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil. A partir de 2004, foi viabilizado o apoio como política pública com a implantação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no PPA 2001-2007. Em 2006 realiza a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) que foi responsável por permitir um novo momento para as políticas públicas de economia solidária consolidando um processo público e democrático de discussão das demandas de economia solidária (BRASIL, 2012, p. 12-18).

Ao longo de sua trajetória de mais de dez anos, a Senaes colaborou para o crescimento e ampliação da economia solidária no país, expandindo-se para componentes fora do país como mercado Comum do Sul e a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (Ripess). Contudo, a expansão da economia solidária durante esse período, reflete o agravamento da crise econômica vivenciada em 2008 de caráter internacional que promovem enquanto resultados “o aumento do desemprego e da pobreza, derivados da aplicação forçada de políticas de ‘austeridade’ impostas por um sistema financeiro global desregulamentado, sustentando paraísos fiscais e auferindo imensos ganhos especulativos” (SINGER, 2004, p. 90).

Em 2008 a secretaria reorganiza as ações do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no âmbito do PPA 2008-2011, iniciando uma nova fase e apresenta ações integradas em três eixos para atender às principais demandas da CONAES. São eles: “I) capital (apoio à oferta de bens e serviços financeiros), II) conhecimentos (formação,

assistência técnica e pesquisas), e III) mercados (organização dos processos de produção e canais de comercialização)”. Embora a Senaes tenha tido muitos avanços, o ano de 2008 foi particularmente difícil para o desenvolvimento do programa devido a vários motivos que vão desde as dificuldades orçamentárias, obstáculos nas articulações a atrasos de ordem operacionais ou jurídicos. Mesmo com tais dificuldades, o programa continuou com a implantação de projetos que foram conveniados em 2008 e realizou novas Chamadas Públicas em 2009, além de convites, Concursos de Projetos para seleção de instituições parceiras, públicas e privadas sem fins lucrativos, e de propostas para execução das ações (BRASIL, 2012, p. 18-19).

O ano de 2010, ao contrário dos anos anteriores, foi um ano bastante promissor para a Senaes, no que diz respeito ao fortalecimento de suas ações institucionais. Enquanto marcos desse ano destaca-se a II CONAES, cujo tema era “O direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão”, reafirmando a ES como estratégia e política de desenvolvimento”. Também foram assinados os dois Decretos do poder executivo que contribuíram para a institucionalização da política pública, a saber: “o Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, instituindo o SCJS e o Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010, que institucionalizou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)”. (Id.; Ib p.20-21).

Em 2011, a presidente Dilma Rousseff, ao assumir o cargo, tinha como principal luta o combate à pobreza extrema do país. Para tanto, foi formulado o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM) por diferentes ministérios sob a coordenação do Ministério do desenvolvimento Social (MDS), entre os quais o MTE foi convocado. À Senaes coube a função de se empenhar na promoção da inclusão produtiva urbana da população de baixa renda, que dependia fortemente do Programa Bolsa Família (PBF). (SINGER, 2004, p. 90).

Para Schiochet (2009), do ponto de vista setorial, a economia solidária pode se configurar como uma política complementar ou estruturante. Exemplos dessa realidade são constatados nas políticas de distribuição de renda, de segurança alimentar, de saneamento básico, de agricultura familiar, de reforma agrária, de saúde e habitacional, entre outras.

[...] definida, como política ativa de trabalho e renda, a economia solidária enfrenta um duplo desafio. Ela deve apoiar e fomentar essas formas organizativas, para que se viabilizem e se fortaleçam no interior de uma economia capitalista cada vez mais circunscrita e centralizada. Ao mesmo tempo, o fortalecimento das organizações não pode ocorrer em detrimento das condições de vida e dignidade dos participantes e ela associados. Essa dupla atuação implica a busca de regulações para se garantir que os direitos dos trabalhadores sejam assegurados também aos que “vivem do mundo do trabalho coletivo e autogestionário” (SCHIOCHET, *apud* HESPANHA et.al., 2009, p. 271).

Mesmo possuindo histórico recente e ainda se apresentando como campo em construção, as políticas públicas de Economia Solidária, possuem em sua concepção uma mudança no centro das relações de trabalho, inseridas num sistema capitalista. Schwengber (2006, p.293), alerta para o grande desafio que é atuar nesse segmento especificamente e na possibilidade de empoderamento dos sujeitos e transformação social e redimensiona o papel do Estado que, “frente à Economia Solidária é o de dar-lhe propulsão por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste setor”. No tocante aos fundamentos dos princípios das políticas públicas de economia solidária destacam-se a centralidade do ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social a cidadania e valoriza as diversidades culturais articuladas às atividades econômicas e, uma grande heterogeneidade de experiências e formas organizativas (PRAXEDES, 2009).

O que tem se percebido é que o fato da economia solidária ter se expandido em uma grande escala, com forte apoio da Senaes e do governo, fez com que outras questões no tocante a garantia dos direitos, além de questões existente nos próprios empreendimentos, se tornem públicas impulsionando o Estado a se mobilizar em torno de políticas públicas necessárias para assegurar tais direitos. O que faz com que esse Estado entre em constante contradição.

Santos e Rodríguez (2005) nos advertem que as relações entre as alternativas de produção e o Estado são complexas e ambíguas. O Estado ao mesmo tempo em que potencializa o desenvolvimento de ações nessa temática, também se rende ao processo de mundialização do capital. Para além da economia considera-se que as iniciativas na linha de Economia Solidária como alternativas de produção, mas que envolvem processos culturais, sociais, afetivos e políticos. Fato é que a economia solidária, em sua trajetória de institucionalização tem sido uma importante estratégia na geração de trabalho e renda e no combate a extrema pobreza.

Entretanto, como toda política pública, entre seus estágios, a complexidade que há em torno desse processo uma luta interna para que a política possa se consolidar deixando de

ser um apêndice numa das pastas do governo, tentando garantir orçamentos e não deixar morrer o que já foi construído. Será preciso que o Estado faça muito mais para consolidar essa política fazendo com que haja um espaço maior no processo de institucionalização.

Outro desafio encontrado nesse percurso diz respeito ao próprio corpo técnico que necessita ser ampliado assim como a necessidade de melhorar a operacionalização de suas ações que estão sob sua responsabilidade, sobretudo com os instrumentos celebrados através de parcerias, tudo isso mediante o aumento da demanda no país. Para além do corpo técnico, a necessidade de alimentação dos sistemas (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária SIES), assim como os sistemas que com ele, faz interface, uma vez que há a necessidade do reconhecimento institucional dentro do próprio governo como a instância do planejamento e demais espaços que nunca tiveram acesso a informações de avanço, dificuldades, como também manter o registro do trabalho que a Senaes vem desenvolvendo ao longo dos anos.

Junto aos desafios, as construções de um marco jurídico adequado para dar conta da complexidade que impera nessa forma de produzir e de viver sobre essa questão existem dois grandes gargalos

Do ponto de vista do reconhecimento, da formalização e do tratamento tributário adequado aos EES, a atual legislação está ultrapassada e reduz experiências variadas de ES a determinadas formas legais que não consideram nem reconhecem a diversidade das organizações, além de impedir, na prática, o funcionamento de algumas delas. Do ponto de vista de acesso às políticas públicas, são grandes os entraves legais e burocráticos quando se trata de implantar programas e ações que viabilizem a ES, principalmente no que diz respeito a investimentos e capital de giro para a estruturação e o financiamento dos EESs (BRASIL, 2012, p. 44).

Soma-se ao exposto a estratégia de expansão das políticas públicas estaduais e municipais, inclusive de legislações que garantam a implantações de conselhos de economia solidária. No ano de 2010, houve a homologação de 9 leis estaduais juntamente com cerca de aproximadamente 200 municípios com dezenas de leis municipais. Isso se deve a vários motivos como a criação de um espaço no governo federal, mas também, do mapeamento de EES que deu visibilidade a muitas iniciativas existentes no país, o aumento das políticas locais e o fortalecimento da Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, espaço de articulação, de intercâmbios e formação de gestores (BRASIL, 2012, p. 54).

A construção de Centros Públicos de Economia Solidária é uma estratégia que visa atenuar e superar os desafios a nível local, sendo geradores de iniciativas a nível municipal. São “espaços multifuncionais, que alojam um conjunto de atividades principalmente de comercialização, de formação e de articulação local a serem realizadas por

instituições governamentais ou não governamentais”. A ideia dos centros se originou a partir do amadurecimento de diálogos coma Rede de Gestores e com o FBES, para que, nos municípios pudesse se integrar a outras políticas públicas de geração de trabalho e renda e superação da extrema pobreza, devendo ser espaços utilizados para a própria construção da política pública municipal. O centro deverá abrigar em suas dependências, várias iniciativas e projetos que possam fortalecer a economia solidária, governamentais ou não. Implícita nessa questão está a manutenção da estrutura, do corpo técnico, além da própria condição de atuar no que se pretende (Id.; Ib.).

Na descentralização das ações de ES propostas pelo governo federal, os estados e municípios passam a ter um papel estratégico como implementadores de tais políticas públicas, contudo há de observar-se que a atuação nesse segmento, sugere revisão das práticas de gestão e de outros modelos de desenvolvimento em municípios de grande porte do Ceará, que tem 90% de sua área territorial do Nordeste semiárido, como é o caso de Sobral.

Inicialmente dispersas, as protoformas da Economia Solidária no município de Sobral encontravam-se vinculadas a ações de inclusão produtiva, que por sua vez eram ligadas ao Cadastro Único. Não existia um projeto ou programa de governo específico para tanto. De acordo com o Relatório de Gestão referente ao ano de 2009, da extinta Fundação de Ação Social do Município de Sobral (FASM), havia a intenção de se criar um programa municipal de economia solidária. Este é citado no referido relatório, como Eventos do Projeto Rede Produtiva Solidária, através da “Feira Natalina de Economia Solidaria da FASM”, como também é apontado um seminário para lançar o programa que se chamaria Programa Municipal de Economia Solidária, o “I Seminário de Economia Solidaria para os beneficiários do Programa Bolsa Família”.

O objetivo desse seminário era a “promoção do conhecimento sobre Economia Solidaria e sensibilização da equipe técnica sobre a possibilidade de uma nova economia e novas formas de inclusão produtiva com resultados comprometidos com uma norma societária” (SOBRAL, 2009, p. 9-10). Quanto à feira, essa se propunha a articular os grupos produtivos existentes e criar oportunidades de comercialização.

Na qualidade de programa específico, a economia solidária entra para o planejamento do governo municipal no Plano Plurianual (PPA) 2010-2013. Especificada na Função Assistência Social, que se desdobra em várias sub funções, entre as quais, a Assistência Comunitária dentro do Programa da Proteção Social Básica, codificada como ação de nº 2119, e denominada como Implementação do Programa Municipal de Economia Solidária.

Para implementação a referida política o PPA determina recursos para os anos de 2010 no valor de R\$ 506.000,00 (quinhentos e seis mil reais); para 2011 R\$ 555.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais); para 2012 R\$ 603.400,00 (seiscentos e três mil e quatrocentos reais); e R\$ 642.600,00 (seiscentos e quarenta e dois mil e seiscentos reais). (SOBRAL, 2009).

Embora fazendo parte do plano de governo, a economia solidária no Município de Sobral apresenta uma trajetória de rupturas e desafios até a implantação da ação em si. No ano de 2011, através do Edital de Chamada Pública nº 003/2011 da SENAES/MTE, é elaborada a proposta de um Projeto que absorveria essas ações, antes dispersas, de economia solidária no município de Sobral. O respectivo edital foi intitulado de “Promoção de Ações Municipais Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local visando a Superação da Extrema Pobreza”. Seu objeto consistia no “apoio à implantação de ações municipais integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias” (BRASIL, 2011, p. 03).

Na Senaes, esse chamamento por meio do edital, faz parte do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, no âmbito do MTE, estava previsto no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, visava a promoção do fortalecimento da economia solidária no Brasil, através da geração de emprego e renda. As ações constantes no programa federal, à época, dialogavam com as principais demandas da economia solidária elencadas pelas instituições que apoiam trabalhadores e trabalhadoras. “As ações do Programa orientam-se também pelas informações trazidas pelo mapeamento da economia solidário, realizado pela Senaes/MTE em parceria com organizações da sociedade civil, e pelas deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária (2006 e 2010)” (Id.; Ib., p.04).

A proposta a ser elaborada pelas cidades que intentariam concorrer ao Edital 003/2011 deveria atender a alguns critérios dentre eles: possuir uma abrangência territorial e setorial. Relativamente à primeira, deveria haver na cidade uma preocupação em gerar metodologia para favorecer o desenvolvimento, perseguindo o desenvolvimento sustentável, decorrentes da criação de condições para que os agentes locais, públicos e da sociedade civil organizada possam se mobilizar para tal feito. Somada a abrangência territorial deveria haver integração nas ações do governo, atores sociais e políticas públicas de intervenção.

Quanto à abrangência setorial, se traduziria nas iniciativas econômicas solidárias em setores ou segmentos econômicos, viabilizando a articulação dos empreendimentos em redes de cooperação e/ou cadeias produtivas solidárias. Tudo isso, preferencialmente

observando uma gestão participativa nos dois níveis de abrangência. O público previsto pelo Edital 003/2011 se direcionava a segmentos sociais, tais como:

a) população em situação de pobreza extrema, conforme definido no Decreto 7.492, de 02 de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria como “aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais)”, em especial, mulheres; b) pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO); c) comunidades de baixa renda e com baixo índice de IDH; d) comunidades e povos tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, etc.); e) trabalhadores e trabalhadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários já constituídos nos territórios beneficiados; e f) Usuários do sistema de saúde mental (BRASIL, 2011, p. 07).

No que diz respeito às ações integradas que deveriam ser propostas à Senaes/MTE, precisariam ser articuladas em torno dos seguintes eixos: organização sociocomunitária, com a implantação de agentes comunitários de desenvolvimento solidário, centros de referência e diagnóstico de potencialidades socioeconômicas locais, além do planejamento local para o desenvolvimento; formação e assessoria técnica com iniciativas de economia popular solidária e incubação/assistência técnica de empreendimentos econômicos solidários; fomento a finanças solidárias (fundos rotativos, cooperativas de crédito solidário, poupança comunitária e demais investimentos para estruturar os empreendimentos); e por último o eixo da organização e comercialização solidária (apoio a iniciativas de comercialização solidária: pontos fixos de comercialização, redes de cooperação, bases de serviço de apoio à comercialização).

Mediante resultado final no Relatório do Comitê de Avaliação do Edital 003/2011SENAES/MTE o Município de Sobral é contemplado e num primeiro formato, surge o Projeto Gente Solidária, sendo o interveniente a então Fundação de Ação Social do Município, cujo objetivo se propunha a “fomentar o desenvolvimento local sustentável solidário através da disseminação da cultura da economia solidária nas organizações econômicas e relações sociais no município de Sobral.” (BRASIL, 2016). À época da elaboração, a proposta foi enviada no mês de setembro de 2011, com convênio celebrado em 04 de julho do ano de 2012.

A implantação do Projeto no Município foi realizada no ano de 2013. Nesse lapso temporal entre a celebração do convênio e sua implantação alguns fatos circunstanciais paralisaram sua execução como, por exemplo, a mudança de equipe técnica e de gestão do município, somada a necessidade de aportar uma equipe para conduzir o Projeto nessa temática específica. Quanto a esta última questão, o governo municipal recorre a Incubadora Universitária de Economia Solidária da Universidade Estadual Vale do Acaraú (IEES – UVA)

a qual já vinha desenvolvendo, desde 2007, um trabalho específico na incubação a empreendimentos econômicos solidários na região, para executar o Projeto Gente Solidária.

A Incubadora IEES-UVA, seja por dispor de uma equipe bastante reduzida, seja por já possuir uma demanda junto a outros municípios da região, encontrava-se impossibilitada para atender ao pedido, naquele momento, para executar o referido Projeto. Todavia foi responsável pela articulação do governo municipal junto ao Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) para que este pudesse assessorar na implantação do Projeto. Nesse contexto, o IADH reformula o plano de trabalho que integra o convênio sem alterar seu objeto e o submete a aprovação da concedente, no caso a SENAES.

Com a reformulação do plano de trabalho do Projeto gente Solidária, em 2013, o responsável técnico pela execução passa a ser o IADH, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza (SEDS). O final de sua vigência foi previsto para outubro de 2015. Nessa fase, do que se pode chamar de recomeço, os objetivos do referido Projeto se integram aos da filosofia da gestão municipal do período, uma vez que buscava atuar de forma intersetorial, articulando várias Secretarias e Órgãos de governo; afirmava o compromisso da sociedade civil (grupos produtivos, fóruns, conselhos, cooperativas, ONG's) buscando gerar espaços de participação democrática; e estimulava os valores e princípios da economia solidária (SOBRAL, 2014).

Conforme o documento ora citado, sua implantação deveria primar pelo desenvolvimento de várias atividades articuladas a saber:

[...] assessoria metodológica para elaboração do diagnóstico, do marco lógico da política municipal de economia solidária e do modelo de gestão da Casa da Economia Solidária; formação e assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários; desenvolvimento e implementação de ponto de finanças solidárias no Município, com foco nos empreendimentos da economia popular e solidária; apoio à comercialização dos empreendimentos econômicos solidários, compreendendo a realização de feiras, promoção comercial e apoio à organização dos empreendimentos para acessar as compras governamentais (SOBRAL, 2014, p.09).

Nessa lógica, foi elaborado um diagnóstico inicial, que se propunha a ser o marco inicial do Projeto, com o objetivo de conhecer a realidade do município, além de intencionar a apropriação por parte dos indivíduos e grupos sociais quanto aos seus objetivos. Para elaboração do diagnóstico e construção de uma base inicial de dados foram realizados diálogos com gestores públicos onde se identificou a necessidade de aproximação com as áreas da agricultura familiar, desenvolvimento econômico, trabalho, cultura e educação. Ocorreram também, reuniões com dirigentes dos segmentos da SEDS e com segmentos da sociedade civil e representantes governamentais que possuíam interface com a economia

solidária (*Caritas* da Diocese de Sobral, Incubadora IEES-UVA, Associação de Artesãos de Sobral e Projeto Cabra Nossa).

Assim, o Projeto Gente Solidária passaria a fomentar a construção de uma política integrada em economia, colocando-se como estratégia de inclusão sócio produtiva através da organização e capacitação das pessoas para o trabalho associativo. Através de ações integradas de Economia Solidária no Município de Sobral-Ce, apoia inicialmente 20 (vinte) empreendimentos, (e) beneficiando 1000 (mil) famílias.

Em sua concepção, o projeto explicita uma atuação sob o enfoque territorial no fomento à Economia Solidária sem perder de vista a promoção da governança democrática nas comunidades carentes, a divulgação dos princípios da Economia Solidária, além de formação e assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários, o apoio à comercialização, e o acesso a serviços financeiros (SOBRAL, 2014). O Gente Solidária contemplara o espaço urbano-rural de Sobral, com beneficiários dos EES's da sede do Município e dos distritos de Aracatiaçu, Jaibaras e Taparuaba, observados setores, cadeias e/ou arranjos produtivos locais existentes e/ou com potencial de incubação.

Entre os distritos selecionados que se constituem enquanto territórios de ação do projeto na área rural encontram-se: Aracatiaçu, que se localiza a 65 km do distrito sede de Sobra, apresenta 1,88 km² de área registrando uma população urbana de 3.469 habitantes com um número 938 domicílios também nessa área; Jaibaras, a 20 km do distrito sede, com 2,20 km² e apresenta um número maior da população urbana, perfazendo um total de 4.419 habitantes com 1237 domicílios na mesma área; Taparuaba, localizado a 68 km do distrito sede, e dentre os três distritos possui 4,38 km² sendo 4.535 hab. e 1312 domicílios na área urbana (IPECE, 2015). O distrito sede apresenta uma população de 166.310, mais de 75% da população total, dividido em 37 bairros.

As ações do Projeto Gente Solidária buscam estimular e fortalecer empreendimentos econômicos solidários (EES's) por ele beneficiados além da intenção de fomentar ações de inclusão produtiva que estejam dentro dos princípios da Economia Solidária, vinculadas às políticas já existentes. (Id.ib.)

Sob esse enfoque, o Gente Solidária também almejou a estruturação do Centro de referência em Economia Solidária no Município, através da Casa da Economia Solidária, traduzindo-se num ponto de finanças solidárias e de desenvolvimento de estratégias de apoio à comercialização, promoção de feiras da Economia Solidária e articulação dos empreendimentos solidários com os programas de Governo.

Sua abordagem é posta sob a condição de desafio a ser enfrentado, observando o caráter do desenvolvimento regional, uma vez que intencionaria criar estruturas físicas e sociais ao grande número de migrantes da zona rural, como também dos municípios vizinhos de pequeno porte, além dos beneficiários do Programa Bolsa Família, residentes no município. Tudo isso, visaria estratégias propiciadoras do protagonismo social, a emancipação, o empoderamento e a inclusão produtiva das famílias beneficiadas pelo Projeto.

Em 2010 registrou-se a estimativa de famílias de baixa renda (compreendendo a população extremamente pobre) através do perfil do Cadastro Único (CadÚnico) o total de 27.591. Com relação à estimativa de famílias pobres com o perfil Programa Bolsa Família (PBF) o número soma 19.918 (Censo 2010). Quando se analisam os dados da população extremamente pobre em relação a pessoas cadastradas em 2015 no CadÚnico, se evidencia um aumento considerável do número de pessoas cadastradas com renda per capita até R\$ 77,00 (setenta e sete reais) conforme visualizamos na tabela a seguir.

Tabela 1 – Pessoas cadastradas no CadÚnico de acordo com a renda per capita

Total de pessoas cadastradas	13.992
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	3.342
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	5.522
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário mínimo	7.808
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	.320

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (2015).

O plano de governo da atual gestão municipal “Por uma Sobral Melhor”, na gestão iniciada em 2011, explicitou a necessidade de implantação de políticas públicas de ES sob os eixos sociedade justa e solidária; economia para uma vida melhor; e governo participativo, ético e competente, reconhecendo à temática enquanto alternativa para gerar emprego e renda as populações pobres.

Assim, incorporaram-se no Plano Plurianual 2014-2017 ações de ES antes dispersas, em ações agregadas sob a forma do Projeto Gente Solidária. No PPA 2014-2017, o Projeto Gente Solidária já é citado na pasta da Assistência Social, vinculado na sub função Assistência Comunitária dentro da ação nº 1086 Implementar Medidas Estruturais e Compensatórias para Famílias abaixo da Linha de Pobreza. De acordo com dados do IBGE

(2010) para o Município de Sobral, índices de pobreza e de vulnerabilidade social registrado no ano de 2010 um percentual de 11,84% conforme demonstrado abaixo.

Tabela 2 – Dados da População Extremamente Pobre do Município

População Extremamente Pobre: (Com rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00) – 2010				
Discriminação	População Extremamente Pobre			
	Município	%	Estado	%
Total	22.290	11,84	1.502.924	17,78
Urbana	15.443	9,29	726.270	11,44
Rural	6.847	31,23	776.654	36,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico (2010).

A pobreza do município ocorre concomitantemente ao processo de expansão do espaço urbano, validada pelo capitalismo, conforme mencionado anteriormente. Enquanto fenômeno de múltiplas causas passa a ser considerada ação prioritária em políticas públicas do governo municipal. A demanda de enfrentamento das vulnerabilidades sociais prescinde de intervenções que se convertam em geração de renda e oportunidades de inclusão produtiva urbana e rural, principalmente para as populações periféricas das cidades de médio e grande porte como a Sobral.

Outra abordagem do projeto é a tecnologia social. Esse matiz sugere o desenvolvimento de metodologias que reconheçam o saber popular e outras formas de produzir. A tecnologia social representa uma forma de resistência/alternativa ao que se nomeou tecnologia convencional ou capitalista, por compreender produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformações sociais, além de possuir em seu alicerce a solidariedade e a participação dos produtores/usuários (DIAS; NOVAES, *apud* DAGNINO, 2009, p 18-19).

O Comitê Gestor do Projeto é uma instância compartilhada de gestão e estratégica instaurada em janeiro de 2014, compreendendo dezesseis representantes: do poder público participam a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza (SEDS), Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (STDE), Secretaria de Agricultura e Pecuária, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Educação (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Agentes Comunitários de Desenvolvimento da Economia Solidária (dois) e Gabinete do Prefeito. A sociedade civil é representada por: *Caritas* Diocesana (economia solidária), Incubadora Universitária de Economia Solidária da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Assessor do Território da cidadania, representantes dos empreendimentos (quatro) e o próprio IADH.

A intenção dos executores do Projeto seria que o Comitê Gestor se tornasse o balizador fundamental no seu processo de implementação. Por congregarem diversas Secretarias de governo municipal, visando a construção da intersectorialidade das políticas públicas, o comitê deve primar por se construir uma instância de participação ativa e propositiva diante dos momentos importantes durante a implementação. A intenção da equipe gestora em criar o Comitê seria atuar estrategicamente na proposta de institucionalização da política municipal de economia solidária e nos mecanismos de sua sustentabilidade. O comitê passa a atuar desde o processo de elaboração do diagnóstico inicial e logo depois no processo seletivo dos vinte empreendimentos que seriam apoiados pelo Projeto.

Milani ao refletir sobre a efetividade do princípio participativo para a gestão pública local adverte quanto aos maiores desafios no processo decisório das políticas públicas para torná-las mais efetivas está na própria ação local uma vez que estas

[...] não podem ser efêmeras e estarem fundadas exclusivamente na espontaneidade. Deve-se, outrossim, pensar a necessária complementaridade entre os diferentes níveis de governo. Os governos locais podem desempenhar a função nodal no processo de articulação das redes de política pública, desde que, para desempenhar tal papel, tenham os recursos orçamentários e os meios políticos necessários (MILANI, 2005, p. 23).

A Casa da Economia Solidária vislumbra ser o centro de referência, enquanto centro de apoio ao desenvolvimento das ações do projeto, concernente à formação e comercialização que se articula com todas as ações previstas. O entendimento é que ela pudesse ser convertida em estratégia para a institucionalização da política de economia solidária no município. A contratação da equipe para atuar no projeto teria papel relevante na execução das ações e seria composta de coordenador local, agente pedagógico, agentes de desenvolvimento e de crédito.

Os empreendimentos solidários que inicialmente comporiam o Gente Solidária foram selecionados partindo de um mapeamento inicial na sede do município e nos distritos de Aracatiaçu, Jaibaras e Taparuaba. Rodas de conversas e consultas também ocorreram para direcionar a escolha, somadas a indicadores que ofertassem condições de realizar uma seleção democrática e que valorizasse a diversidade de empreendimentos.

Para a qualificação do processo de escolha dos empreendimentos foram utilizados os seguintes critérios: empreendimentos coletivos ou com interesse em se agruparem em consonância com os princípios da economia solidária (autogestão, cooperação, comércio justo) e que quisessem atuar em rede; beneficiários do Programa Bolsa Família, sobretudo mulheres e os jovens; valorização de talentos culturais e artísticos das comunidades;

empreendimentos da agricultura familiar que agreguem valor e/ou com experiência ou potencialidade de organização em cadeias produtivas e com produção agroecológica; atividades que contribuam para a sustentabilidade ambiental; considerar a capacidade potencial de comercialização no mercado institucional, em algumas políticas públicas (Programa de Aquisição de Alimentos, PAA); contemplar, pelo menos três empreendimentos em cada um dos quatro territórios de atuação (SOBRAL, 2014).

Ao todo foram identificados na sede e nos distritos de Aracatiaçu, Jaibaras e Taparuaba 30 empreendimentos. Os setores produtivos dos empreendimentos selecionados compreendem a pecuária de pequeno porte (galinha caipira, ovinos e suínos); artesanato (bordados, tapetes e palha); piscicultura; agricultura familiar (horticultura, milho, feijão e melancia); alimentos (biscoitos) e recicláveis (vassouras, sabão caseiro e etc.).

Quanto à localização, doze empreendimentos se localizavam na zona urbana e oito na zona rural. Dos 20 empreendimentos selecionados, 12 já apresentavam um certo grau de formalização e os outros 8 eram informais.

O diagnóstico realizado pelo Projeto aponta incorporação, além dos empreendimentos previstos, de dois segmentos identificados pelas secretarias municipais que apresentavam um potencial para constituírem-se experiência de economia solidária; os limpadores e cuidadores de carros, conhecidos por "flanelinhas" e os egressos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Institucional (PRONATEC). O grupo dos "flanelinhas" serão identificados por meio de cadastro feito pela Guarda Civil Municipal. Já os egressos do PRONATEC serão identificados pela SEDS e Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (STDE). Os respectivos grupos deveriam participar de reuniões iniciais de caráter informativos para detectar o interesse dos mesmos em participar do projeto, para num segundo momento se juntarem aos demais grupos selecionados.

No ano de 2010, foi registrado o número de 41.963 empregos formais no município no total das atividades. O percentual de pessoas de referência por domicílio desempregadas no município é de 2,8% sendo maior que a do Estado, de acordo com dados do Censo de 2010. A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação é demonstrada na tabela abaixo. Como Sobral é a cidade mais industrializada da região, atenta-se para o fato da formalização do trabalho acaba por ser uma consequência dessa industrialização do município.

Tabela 3 – Pessoas ocupadas por posição de ocupação

Tinham carteira assinada	45,4%
Não tinham carteira assinada	29,1%
Atuam por conta própria	16,3%
De empregadores	1,1%
Servidores públicos representavam (do total ocupados)	3,1%

Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da informação (2013).

Os dados do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (SINE/ IDT), ao abordarem as taxas de desemprego e subemprego, reafirmam o que o impacto que a presença de grandes empresas tem exercido no mercado de Sobral, à exemplo da empresa Grendene. O “peso do emprego industrial amplia-se de 24,22% (1996) para 32,69% (2003) do universo de ocupados, com influências positivas na qualidade do emprego gerado, posto que é no setor industrial em que o nível de formalização é maior” (SINE/IDT, 2008).

A distribuição da população economicamente ativa na zona urbana do município possui um número de 47.556 mil homens, maior do que na zona rural, 36.699. O inverso ocorre quando se calcula a quantidade de homens, o número é menor na zona rural sendo superada pelo número de mulheres que corresponde a população não ativa. O gráfico a seguir estima a referida situação.

**Gráfico 1 – População Economicamente Ativa e Não Ativa**

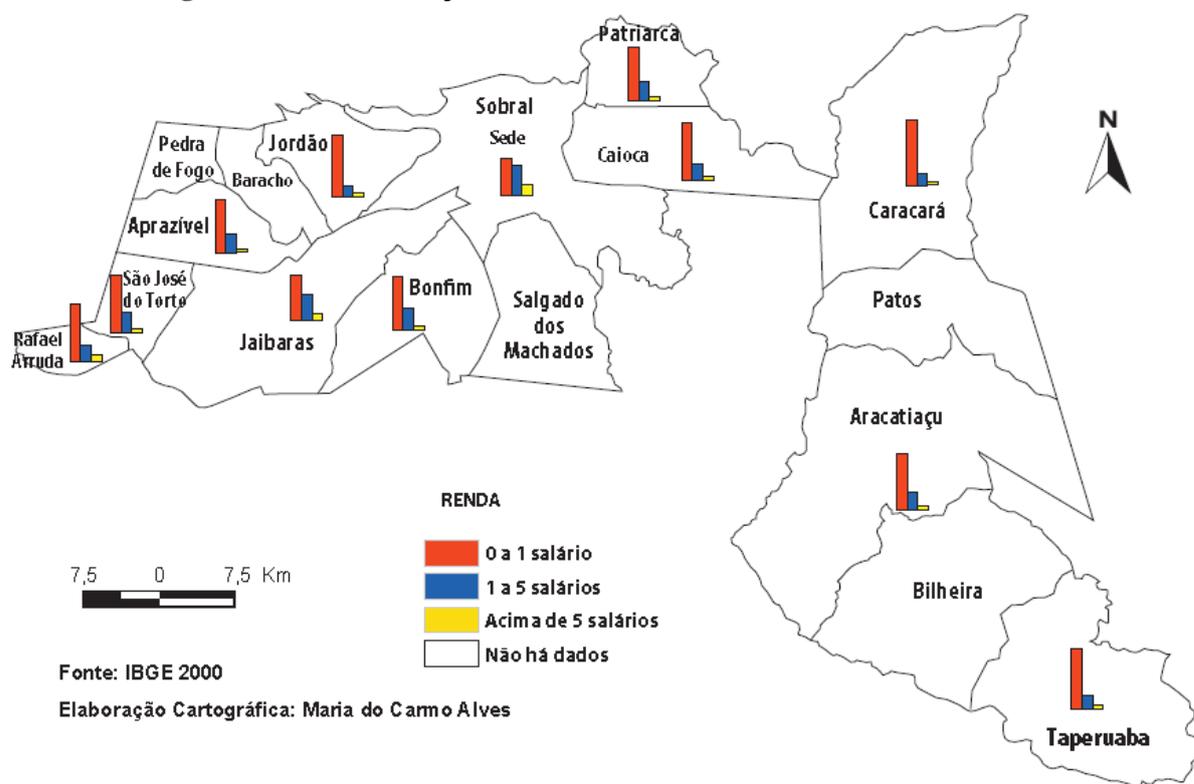
Fonte: Adaptado de IBGE – Censo (2010).

O gráfico demonstra que no município existe uma situação mais favorável a ocupação dos homens, evidenciando que eles se encontram mais bem situados no mercado de

trabalho do que as mulheres, quando se compara a ocupação feminina com a masculina. Isso ocorre na zona urbana, espaço em que há uma maior oferta para o trabalho quando se compara com a zona rural.

Entretanto, embora tenha transcorrido uma evolução na formalização do trabalho do município de Sobral, esse fato, não ameniza o crescimento das desigualdades no município. A concentração da população que possui até cinco salários mínimos ou mais, é maior na sede do que nos distritos, conforme aponta o mapa abaixo.

Figura 10 – Distribuição da renda na sede e nos distritos de Sobral



Fonte: Alves (2011).

Os dados apresentados acima apresentam um cenário tanto urbano quanto rural em relação à renda da população, possuindo relação direta com o desenvolvimento do Programa Gente Solidária, em virtude do seu enfoque de atuação nos dois territórios, ao mesmo tempo, em que o Programa busca gerar emprego e renda, além de estimular o desenvolvimento regional. A cartografia evidenciada acima por Alves (2011) reflete questões ligadas ao emprego e renda, que acabam por intervir nos fluxos entre rural e urbano da cidade, além dos fluxos migratórios. A oferta de trabalho e renda precisaria então, suprir, no município, a demanda da sua população e da população que migra em busca de oportunidades de trabalho.

A distribuição de renda nos distritos do município não aponta, de acordo com o mapa, expressividade com relação às atividades econômicas, evidenciando desigualdades

socioespaciais, além do que, o crescimento econômico que Sobral tem vivenciando não é sinônimo de qualidade de vida. O aumento da densidade populacional fez com que áreas periféricas crescessem e com elas toda a lógica da desigualdade de renda e oportunidades próprias do modelo de desenvolvimento capitalista.

A implementação do Gente solidária demandaria resultados, os quais foram classificados e elencados como imediatos e mediatos. Os primeiros ligados a criação de uma ambiência favorável à instalação do trabalho propriamente dito como identificação dos sujeitos, elaboração de diagnóstico e criação do Comitê Gestor. Quanto aos resultados mediatos perpassam pelas relações entre governo e sociedade civil com o envolvimento dos empreendimentos solidários e de seus atores (PROJETO TÉCNICO GENTE SOLIDÁRIA, 2014).

Reitera-se que o contexto de atuação do Projeto Gente Solidária é o de um capitalismo que gera crescimento e dinamismo econômico ao passo que também produz desigualdades, concentração de renda, vulnerabilidade e segregação social. Assim, a implantação do Projeto em Sobral inclui desafios, uma vez que, além dos fatores externados até o momento, propõe-se a atuar nas diversas frentes já mencionadas, não esquecendo sua peculiaridade de região semiárida do Nordeste brasileiro.

4 A POLÍTICA PÚBLICA DE ECOSOL EM SOBRAL NA VOZ DO COMITÊ GESTOR DO PROJETO GENTE SOLIDÁRIA

“[...] E é inútil procurar encurtar o caminho e querer começar já sabendo que a voz diz pouco, já começando por ser despeçoal. Pois existe a trajetória, e a trajetória não é apenas um modo de ir. A trajetória somos nós mesmos. Em matéria de viver nunca pode chegar antes. [...]”.

(LISPECTOR, 1964, p.113).

4.1 O COMITÊ GESTOR DO PROJETO GENTE SOLIDÁRIA: FORMAS E CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO

O Comitê Gestor do Projeto Gente Solidária é criado pela Secretária de Desenvolvimento Social e Combate À Extrema Pobreza a partir da portaria de N° 001/2014-SEDS/PMS/CE de 20 de maio do ano de 2014 cujo objetivo foi de executar o Projeto Gente Solidária, tendo como fim maior a implantação de uma política de economia solidária no Município de Sobral (SOBRAL. Secretaria De Desenvolvimento Social e Combate À Extrema Pobreza. Portaria N°001/2014- SEDS/PMS/CE de 20 de maio de 2014. b). Conforme o seu regimento interno o referido Comitê Gestor (CGSol) se caracteriza por ser uma instância colegiada de gestão participativa que envolve governo e sociedade civil constituindo-se em um espaço de diálogo, pactuação e articulação de parcerias intersetoriais, com vistas à promoção das ações integradas de economia solidária no Município (SOBRAL, 2014b).

A organização do Comitê CGSol enquanto instância colegiada de gestão participativa remete ao que Milani (2005) denomina dos processos de deliberação democrática em escala local ao passo em que participam dele os cidadãos e as organizações da sociedade civil imbuídos no processo de formulação de políticas públicas. Segundo este autor as origens do discurso e da prática da participação são múltiplos e suas referências poderão ser encontradas em manuais de agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento, por entre os processos de reforma do Estado e das políticas de descentralização e em ações de governos locais que promovem a participação dos cidadãos.

Ainda segundo esse autor, a origem da participação é encontrada na reivindicação política dos movimentos sociais nos mais diversos segmentos, destacando de forma relevante o processo de redemocratização ao final da década de 1970 e início da década de 1980, como por exemplo, à pauta dos trabalhadores rurais sem terra, nos processos de educação popular, na gestão de políticas urbanas e etc.

Milani (2005) demarca, logo após o processo da constituinte de 1988, que a década de 90 é o período em que se dá a consulta da população na formulação mais democrática das políticas públicas locais, levando a uma institucionalização da participação. Nesse sentido, o referido autor expõe três lógicas; a primeira delas é observada a partir da reforma do Estado e nas mudanças que envolvem a administração e gestão pública e o fato de que a participação seria uma resposta universal à crise do Estado de bem-estar redimensionando a relação entre governo e a sociedade visando rever estratégias para o desenvolvimento local propondo uma forma mais democrática de política pública. A segunda é a sua instrumentalidade na ressignificação do conceito de público havendo diferentes escalas, do local ao nacional. Nesse caso, nas reformas da gestão pública se busca uma primazia pelo aspecto político em relação ao aspecto econômico guiadas por uma racionalidade substantiva guiar as estratégias a serem definidas. Por último, quando as decisões passam a não ser mais só do governo, havendo uma perda por parte do governo do monopólio do bem público. A participação terá o sentido de “apelo e de convocação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil a compartilhar a decisão em matéria de políticas públicas locais” (MILANI, 2005, p.05). Nesse caso ocorre uma distribuição das decisões para diversos atores. “Há um intenso processo de negociação e definição das regras; cria-se a necessidade de descentralizar as decisões e os recursos; a participação é central, mas a capacidade de participação é diferenciada”. (Id., Ib.).

Em contexto político recente do país, entre 2003 e 2015, observou-se a expansão da participação através da estrutura dos conselhos e comitês nas políticas públicas, principalmente nas políticas sociais. Os conselhos e comitês constituem os arranjos deliberativos onde governo e sociedade civil deliberam sobre as políticas públicas. Sobre essa questão Avritzer ao analisar de forma detalhada os três tipos de arranjos participativos, complementa que “podemos diferenciá-los a partir de três variáveis: iniciativa na proposição do desenho, organização da sociedade civil na área em questão e vontade política do governo em implementar a participação” (AVRITZER, 2007, p.46).

Vaz (2011) corrobora com Avritzer ao afirmar que essas instituições já constituem uma realidade inevitável para governantes e tomadores de decisão no Brasil quando se trata

dos processos de formulação e implementação de políticas públicas, especialmente os conselhos que, ao longo dos anos, têm se constituído enquanto canais de interlocução entre sociedade civil e Estado na seara do planejamento público no país. No período da redemocratização do país, o autor destaca o crescimento do número de considerável de instituições participativas (IPs) e o crescimento do número de participantes, o que, *grosso modo*, possibilitaria o aprofundamento democrático através da participação direta levando ao aprendizado democrático (VAZ, 2011, p.93, grifo do autor). Dado os dias mais atuais e estudos mais recentes tem se preocupado em investigar as IPs como os conselhos, por exemplo, sua influência sobre as ações e tomadas de decisão do Estado.

No caso do CGSol a representatividade se compõe por meio dos seus 16 (dezesseis) membros e seus respectivos suplentes, sendo 08 (oito) representantes do poder municipal (prefeitura) e 08 representantes da sociedade civil. No parágrafo 1º do seu regimento interno são especificados os representantes do governo municipal: 1) Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza- SEDS; 2) Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico- STDE; 3) Secretaria de Agricultura e Pecuária; 4) Secretaria de Cultura e Turismo; 5) Secretaria de Educação/Coordenador do Programa Nacional de Alimentação Escolar; 6) Dois Agentes Comunitários de Desenvolvimento (com atuação nos territórios do Projeto); 7) Gabinete do Prefeito. Com relação à representatividade da sociedade civil o parágrafo 2º do regimento define a participação das instituições organizadas que possuem experiência e já desenvolvem atividades no segmento de economia solidária como: 1) Cáritas Diocesana/Ecosol; 2) Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UVA-IEES- UVA 3) Assessor do Território da Cidadania; 4) Quatro representantes dos empreendimentos econômicos solidários participantes do Projeto Gente Solidária; 5) IADH²⁶ (SOBRAL, 2014b).

O CGSol expressa um desenho institucional com partilha do poder, sendo constituídos pelo próprio Estado, com representação mista de atores da sociedade civil e atores estatais (AVRITZER, 2008). Ao dialogar com Fung e Wright (2003, *apud* AVRITZER, 2011) sobre a efetividade da participação, Avritzer (2011) explicita que a presença da sociedade civil é

²⁶ O Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que tem como missão “Desenvolver capacidades de pessoas e organizações em estratégias e processos de desenvolvimento local sustentável”. Sua fundação se deu no ano de 2003 e possui enquanto princípios o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais, o estímulo à cidadania, à solidariedade, ao empreendedorismo e à inclusão social. Sua equipe é composta por profissionais especializados em áreas multidisciplinares, com ampla experiência teórica e prática em trabalhos de campo, em programas e projetos nacionais e internacionais, sob a abordagem do desenvolvimento local sustentável. (IADH, 2017). Disponível em: <http://www.iadh.org.br/o-iadh/>. Acesso em: Novembro, 2017.

compreendida como resultado da própria efetividade das IPs quando se pensa o desenho institucional deliberativo/ participativo. Em seus trabalhos Avritzer reforça que a sociedade civil é uma precondição para um desenho deliberativo exitoso.

Ainda sobre o desenho institucional participativo, Avritzer (2007), expõe que a teoria democrática da segunda metade do século XX operou com um conceito bastante limitado de instituições políticas cuja definição convencionou como sendo um conjunto de normas e regras que estruturam a ação social e política. “O elemento central da institucionalidade esteve centrado na existência de uma legislação formal acerca do funcionamento das instituições”. Este autor observa que a própria literatura define as instituições sob a lógica da autorização e da representação excluindo as práticas participativas nessa estrutura. Segundo este autor duas críticas podem ser tecidas quanto a literatura das instituições; a primeira, é que o “conjunto de instituições participativas no Brasil não estão nem formal nem legalmente constituídas e, no entanto, pautam um conjunto de comportamentos e expectativas importantes dos atores sociais”. A segunda crítica se constrói em função do “conceito de instituição política que, via de regra, não trata das práticas participativas, mas apenas das instituições resultantes do processo de autorização da representação” (AVRITZER, 2007, p.45).

Avritzer (2007) também expõem sobre a participação política no Brasil democrático, a qual tem sido marcada pelo fenômeno da ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento do que denomina de instituições participativas. As reivindicações dos movimentos sociais no processo de redemocratização do Brasil geraram formatos híbridos caracterizados pela presença de instituições como participação da sociedade civil e de atores estatais nas áreas da assistência social, saúde, meio ambiente e políticas urbanas. No caso do Projeto Gente Solidária, o CGSol seria exemplar de um desenho institucional facilitador da participação, uma vez que na segunda reunião ocorrida na Casa da Economia Solidária²⁷, sede do projeto, “um espaço que marcará de forma concreta e simbólica a presença da Economia Solidária no Município de Sobral”, onde fora apresentada a proposta do regimento que deveria embasar a portaria que o institucionalizaria. (CGSOL, 2014, ATA 2ª reunião). O regimento fora discutido e as alterações propostas foram ajustadas no âmbito do CGSol, após os ajustes os membros votam e consensuam a criação do regimento interno.

²⁷ Sede do Projeto Gente Solidária no município de Sobral- Ce a qual se propõe ser um Centro Público de Economia Solidária no Município, uma referência, seguindo as orientações propostas pela Secretaria Nacional da Economia Solidária – Senaes.

Para se criar um polo alternativo quanto a ideia de representação e buscando analisar as formas de participação e ou os processos participativos Avritzer (2008) propõe o termo instituições participativas o qual, no seu entendimento, vem abranger a preocupação com a qualidade dos processos participativos e os diferentes formatos de como se organizam. Além do fato de que a associação da representação e da participação nas políticas públicas demarcam os arranjos institucionais que articulam governo e sociedade civil. Cada vez mais se observa a expansão da participação através da estrutura dos conselhos e comitês nas políticas públicas, principalmente nas políticas sociais. Nesse sentido, o mesmo autor, ao discutir a efetividade da participação, afirma ser importante evoluir para um debate que considere que as instâncias participativas, como conselhos e comitês, apresentam momentos deliberativos no interior da democracia. Assim se pode pensar que a efetividade se processa em diferentes momentos deliberativos e abrange tanto a dimensão deliberativa quanto a implementação e os resultados das políticas públicas (AVRITZER, 2011).

Instância colegiada de gestão do Projeto Gente Solidária o CGSol apresenta e requer de seus membros representantes as seguintes competências

I. Propor, apreciar e relatar matérias pertinentes ao pleno funcionamento e à execução CGSOL do Projeto; II. Propor a convocação de reuniões extraordinárias; III. Acompanhar as ações relativas à execução, monitoramento e avaliação do Projeto; IV. Participar efetivamente das reuniões e não se ausentar sem justificativa; V. Divulgar as ações do Projeto e os princípios da economia solidária junto a suas comunidades e entidades; e VI. Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno. (SOBRAL, 2014b).

No conjunto de suas atribuições os membros do CGSol teriam uma atuação em que fomentassem a execução do Projeto e ao mesmo tempo se apropriassem do mesmo, principalmente os empreendimentos econômicos solidários (EES). A este respeito, a representante do IADH responsável por conduzir o processo de institucionalidade do Projeto, durante reunião do comitê expressa, quanto sua finalidade, grosso modo, “intuito é e que o CGSol funcione bem, que acompanhe o Projeto e proponha questões para ir aperfeiçoando a sua execução. E realça: “ E para isso temos que participar e dialogar sempre”. Além de ser uma “oportunidade para sensibilizar a Prefeitura para instituída a política de ES, de facilitar a articulação entre várias políticas públicas existentes no Município”. Não só isso, mas que o CGSol teria um papel fundamental na institucionalidade da Política Pública de Economia Solidária (CGSOL, 2014, ATA 2ª reunião).

Em termos de metodologia a ser seguida para acompanhar e avaliar a execução do Projeto gente solidária, fora proposta aos membros do CGSol, no início de suas reuniões, a construção da matriz de um Marco Lógico do Projeto composta por FIM – PROPOSITO –

COMPONENTES/RESULTADOS – ATIVIDADES tendo como principais eixos, os seguintes: potencializar a proposta de construção da política pública de economia solidária no município de Sobral; o fortalecimento dos empreendimentos EES tornando-os autogestionários; viabilizar pontos de comercialização dos EES e fomentar ações de economia solidária no município (CGSOL, 2014, ATA 3ª reunião).

Na versão da representante do (IADH) o significado do CGSol seria o de constituir-se como espaço para que se operacionalizasse o controle e avaliação do projeto durante sua fase de execução e enfatiza “fazer uma estrutura mínima de funcionamento do Projeto, com previsão para criar mecanismo de controle e avaliação” (CGSOL, 2014, ATA 4ª reunião). Percebe-se, através da Ata, que o CGSol é proposto como mais um espaço de decisão e controle da execução do Projeto, buscando uma metodologia que privilegiasse a participação dos membros ali representados. Geralmente a equipe do IADH que assessorou o projeto trazia uma proposta para ser discutida e votada no âmbito do CGSol. Seus membros acompanhariam as ações propostas e ao final do período de execução do seu Convênio, seria realizado um momento de avaliação. Sobre este ponto, Vaz (2011) afirma que o processo decisório é uma relevante variável uma vez que esse define as regras para o consenso final entre os participantes, regulando o processo de tomada de decisão. O referido autor acrescenta que a análise do grau de democratização podendo ser observado a partir das normas de elaboração das pautas. Caso as pautas sejam elaboradas por um grupo misto, o grau de democratização é maior do que se forem elaboradas pelo presidente do conselho. Analogamente, CGSol as pautas eram definidas pela equipe de assessoria do IADH e por toda a equipe técnica local do Projeto no município, agregada a alguma demanda surgida a partir dos representantes do EES.

Esses eixos se decompõem em atividades, as quais emergem de propostas dos participantes do CGSol, orientadas pela representante do IADH, que vislumbrariam atingir cada eixo da matriz do Projeto. O Marco Lógico aprovado pelos participantes passou a orientar as ações que o próprio Comitê se responsabilizaria em conduzir durante a execução do projeto. Nesse sentido remete-se, mais uma vez, a Milani (2005), o qual explicita que o fomento à participação de diferentes atores sociais em sentido abrangente de forma a criar uma “rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas tornou-se o paradigma de inúmeros projetos de desenvolvimento local (auto) qualificados de inovadores e de políticas públicas locais (auto) consideradas progressistas” (MILANI, 2008, p.554). Este autor ainda reitera que o crescente interesse pela introdução da participação cidadã na gestão pública local aponta estar na sociedade civil uma perspectiva para renovação das relações

governo-sociedade, tanto na América Latina quanto na Europa ocidental. Tal situação, conforme o autor, se dá num contexto gerado pela crise de credibilidade nos regimes democráticos à exemplo da apatia política dos eleitores, significativas taxas de abstenção eleitoral (nos casos em que o voto não é obrigatório), bem como níveis elevados de corrupção na administração pública.

Milani (2005, 2008); Avritzer (2007) e Allegretti (2014) a problematizam quanto ao perfil da participação, qualidade ou os diversos formatos que assume uma vez que se constitui sob interesses dos diversos atores sejam eles institucionais ou da sociedade civil. Especificamente no caso do CGSol, segundo a ata da sua terceira reunião, os participantes que representariam tanto o poder público quanto a sociedade civil se integraram na sua constituição, mediante participação por convite (IBARRA, 2007 *apud* ALLEGRETTI, 2014, p.147), a qual ocorre “quando uma ou mais instituições abrem oficialmente espaços de diálogo social e **admitem** a presença dos cidadãos em momentos de debate público e tomadas de decisão” (grifo do autor).

No caso em análise, a pesquisa de campo conduz a percepção de que o comitê seria o único espaço capaz de congregar forças para que o Projeto alcançasse seus objetivos uma vez que, na instância local, assumiria o desafio de implementar uma política pública municipal de economia solidária, além de ser um espaço que institucionalizaria a participação social havendo, a partir do CGSol uma interação socioestatal na composição da política pública que se almejava implementar.

Importante realçar que os integrantes do CGSol só tomaram posse na terceira reunião, destacando-se também que as reuniões aconteciam a cada dois meses, tempo em que se podia ir desenvolvendo as ações previstas. Acrescenta-se que ao todo foram realizadas treze reuniões no comitê e na quarta reunião ocorrida, já se pode identificar o impulso nos diálogos durante a dinâmica dessa instância participativa ao se pensar sobre o projeto da lei municipal que daria suporte à economia solidária naquele município além de, ao mesmo tempo, se promover a organização e gestão da Casa da Economia Solidária (ver nota de rodapé nº 18) e espaços para comercialização dos produtos propiciados pela concretização do Projeto, à exemplo das feiras.

Figura 11 – Reunião de planejamento do Projeto



Fonte: Relatório fotográfico Projeto Gente Solidária, período outubro de 2014 a março de 2015.

Figura 12 – Reunião de planejamento do Projeto



Fonte: Relatório fotográfico Projeto Gente Solidária, período outubro de 2014 a março de 2015.

Figura 13 – Feira em comemoração ao dia mundial da alimentação saudável



Fonte: Relatório fotográfico Projeto Gente Solidária, período outubro de 2014 a março de 2015.

Figura 14 – Feira semanal da economia solidária da agricultura familiar na Casa da Economia Solidária



Fonte: Relatório fotográfico Projeto Gente Solidária, período outubro de 2014 a março de 2015.

O Comitê Gestor em discussão expressa a busca por se fazer um espaço de compartilhamento entre estado e sociedade civil tudo isso, se convertendo no fomento de novos arranjos institucionais a exemplo das próprias comissões que se instituíram na sua própria dinâmica de funcionamento, como a Comissão de Formação, a de Comercialização e a Executiva, cujos participantes eram membros do comitê. Essas comissões tiveram papel relevante em virtude de impulsionarem a colaboração dos seus próprios atores enquanto

participantes do Projeto Gente Solidária, durante sua execução, como é possível observar na fala da representante do EES do território de Aracatiçu, integrante do segmento de Artesanato e Gastronomia.

[...] Então, a gente tivemos (sic) muitos, muitos, treinamentos, visitamos outros empreendimentos de economia solidária em Fortaleza, o Dendê Sol, visitamos empreendimentos em Itapipoca, Viçosa do Ceará, viajamos pra conhecer outros empreendimentos de economia solidária, pra trazer pra nós, melhoras pros nossos grupos. Também formamos um fundo rotativo solidário, que é um banco comunitário. (REPRESENTANTE DO EES DO TERRITÓRIO DE ARACATIAÇU).

Admite-se que a busca do CGSol em institucionalizar a participação social para compartilhar a decisão em matéria de políticas públicas locais estando ligada ao sentido de apelo e convocação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil. Nesse sentido Milani (2008, p.558) corrobora que na deliberação democrática o mundo das “instituições políticas se abre aos atores da sociedade civil com o objetivo ideal de compartilhar a responsabilidade da decisão política e de construir consensos sobre os conteúdos da política pública local”.

Retoma-se, mais uma vez, a importância do desenho institucional como facilitador ou limitador da participação e admite-se que no caso em análise tenha facilitado. A este respeito, segundo expressa a representante do IADH que coordenava a área da institucionalidade do Projeto Gente Solidária, na implementação do próprio Projeto o diagnóstico inicial junto aos grupos EES já fora elaborado privilegiando a participação de seus representantes/ lideranças dos territórios que seriam atendidos pelo Projeto. Seriam elas: gastronomia, artesanato, agricultura familiar e a reciclagem de resíduos sólidos. No que seria o primeiro momento de discussão e validação do diagnóstico fora também o momento de criação do Comitê Gestor do Projeto. Quanto a esse fato, Vaz (2011) explicita que as variáveis do desenho institucional (grau de democratização dos processos decisórios e o grau de institucionalização) possuem “relevante capacidade de explanação dos potenciais das deliberações empreendidas no interior destes espaços, dado que lidam com as próprias regras que disciplinam não apenas o debate, mas também os próprios processos e ritos que levam à tomada final de decisão” (VAZ, 2011, p. 100).

Destaca ainda a representante do IADH que o CGSol veio a partir de uma experiência desenvolvida em outro projeto social coordenado pelo mesmo instituto, no município de Baturité, norte cearense, cuja distância da capital Fortaleza é de 100 km. Mesmo baseado em uma experiência anterior, o formato do CGSol e sua atuação não foi algo pré-estabelecido. Na mesma entrevista, a responsável pela coordenação institucional do Projeto reafirma que buscou uma forma de trabalhar junto à sociedade civil e que, ao mesmo tempo, o

poder público abraçasse a causa da economia solidária no município. Foi um processo de criação fundamentado nas experiências de que estava compondo a implantação do Projeto e que foi sendo tecido através de discussões, diálogos constantes e reflexões junto dos envolvidos no processo, por ser um espaço de sociabilidade de trocas de saberes entre seus participantes. Acrescenta que essa construção a partir do fazer diário da práxis, de acordo com Sígolo e Pateo (2007) transcorrem inserido num processo formativo dos próprios sujeitos não obedecendo a fórmulas prontas, sendo criado e recriado a partir das demandas que vão surgindo, das questões ou dos limites que vão sendo encontrados. Esclarece que:

Era conversando, pra saber como é que tava o grupo, pra saber as pessoas tava animada assim, tava tudo assim, achando que o negócio tá dando certo, pra ir pra frente e se tem algum querendo desanimar assim, pra sair, porque não tá dando certo (REPRESENTANTE SOCIEDADE CIVIL DO EES DO TERRITÓRIO DE JAIBARAS).

Sobre o aspecto da participação, Milani (2008) analisa que o apelo ao cidadão e às organizações da sociedade civil para que participem da formula de políticas públicas locais pode ser percebido em três níveis: o primeiro deles diz respeito ao fato de que a participação cidadã pode aumentar a qualidade dos resultados dos serviços sociais prestados à sociedade, se contrapondo a formas monopólicas de produção dos mesmos serviços, incrementando a efetividade e tornando os gastos públicos mais eficientes. O segundo nível, a participação pode significar a expressão de prioridade acerca dos bens públicos futuros. Sendo que, ambos os níveis se reportam ao contexto deliberativo da participação. Por fim, o autor ao tratar do terceiro nível, afirma que participar pode ser sinônimo de politizar as relações sociais na constituição de espaços públicos na formulação das políticas públicas. Em linha semelhante, dizem entrevistados, conforme a seguir:

[...] o projeto se redesenha na sua implementação [...] então isso aconteceu, efetivamente aconteceu, porque a gente fazia os relatos do que tinha feito, falava do que ia fazer, muitas coisas foram introduzidas, a partir desse coletivo que é o Comitê Gestor. (REPRESENTANTE IADH).

Não, ninguém votava assim, nesse negócio de [...] Sempre, a gente já sabia mais ou "meno"(sic) o caminho que a gente tinha que ir, né? E aí, sempre nós decidia lá. Nós decidia assim: em que você tá trabalhando, em que você tá produzindo, aí a gente conversava... "Vamo" melhorar isso aqui... Isso aqui é melhor... Isso aqui é melhor pra vender e tal... E isso aí a gente ia conversando com o pessoal nas reunião, isso aí, era pra poder a pessoa ir sabendo onde é tinha que seguir, né? (REPRESENTANTE SOCIEDADE CIVIL DO EES AGRICULTURA FAMILIAR DO TERRITÓRIO DE JAIBARAS).

Porque a gente tinha reunião de dois em dois meses, né?! No comitê gestor e a gente conheceu muita gente que tinha mais influência e através aí do comitê gestor que a gente subiu mais pra experiência maior, né?! (REPRESENTANTE SOCIEDADE CIVIL DO EES GASTRONOMIA DO TERRITÓRIO DE JAIBARAS).

Contudo, no caso do CGSol, o princípio participativo conduz a vários questionamentos na formulação das políticas públicas locais como, por exemplo, a qualidade da participação. De acordo com a representante do IADH entrevistada nas treze reuniões que ocorreram durante todo o processo de institucionalização da política municipal de economia solidária e o seu respectivo conselho, os que mais participaram foram as entidades da sociedade civil. Segundo a entrevistada, a representação do poder público municipal sempre alegava problemas de agenda e demandas urgentes que surgiam e impediam sua participação no comitê. Acrescenta que houve constantes mudanças dos participantes representantes do poder público. Tudo isso leva a reflexão de que a participação possui diferentes nuances. Para além da fala da representante do IADH, na Ata da 9ª reunião do Comitê Gestor se externou a ausência quase sistemática dos representantes do poder público municipal, como também o pouco tempo de permanência nas reuniões e a escassa contribuição no debate.

Diante da ausência sistemática dos representantes governamentais se mencionou que membros da sociedade civil vêm fazendo críticas frequentes. [...] mencionaram que a ausência de representantes da Prefeitura não foi por falta de convite e sim atesta a omissão deste segmento no desenvolvimento do Projeto. E, muitas vezes, quando comparecem ficam por pouco tempo e não contribuem com as discussões e deliberações (CGSOL, 2015, ATA 9ª reunião).

Admite-se que escassa participação dos representantes do poder público fragiliza, de certa forma, a articulação no sentido de poder construir a política pública de economia solidária numa perspectiva integrada, objetivo do projeto Gente Solidária. Não só isso, mas poderá interferir na própria sustentabilidade da política que se quer construir onde participação simultânea do Estado e da sociedade civil são fundamentais durante toda a trajetória de constituição da política pública. Quanto a essa questão Costa adverte que a “Política Pública é a área de intervenção em que o Estado se torna o ator principal de mobilização, de transformação desse território, dessa sociedade, dessa cultura, dessas constituições físicas, genéticas, culturais, educacionais, de todas as dimensões humanas” (COSTA, 2016, p. 144).

A ausência das secretarias municipais que representariam o poder público durante as reuniões do CGSol evidencia uma das tensões que se observam ao longo da trajetória do CGSol expondo um contrassenso por parte desse Estado, no caso o poder municipal, que movimentou toda uma força para executar e implementar o Projeto Gente Solidária, buscando a assessoria do IADH e assumindo o compromisso pautado no Plano de trabalho, originado do Convênio entre Senaes-MTE e a prefeitura municipal de Sobral. Ademais, Allegretti (2014, p.146) afirma que a eficácia “dos processos participativos e a possibilidade que geram

satisfação são variáveis dependentes” que estão vinculadas aos resultados concretos produzidos. Sendo assim o Estado é parte importante desde o início do processo de formação de uma PP até seus resultados. Nesse sentido, Costa (2016) atenta para o fato de que no início do ciclo de toda política pública o Estado é parceiro importante nesse processo não devendo pensar apenas na implementação da política, mas na parceria durante a condução.

No final da reunião ficou claro que o avanço do Projeto se dará a partir do trabalho desenvolvido pela equipe do IADH, da participação protagonista dos empreendimentos solidários mas, é fundamental que a Prefeitura faça sua parte sendo mais assídua, prestando sua contribuição nas deliberações e se empenhando na construção de ações mais articuladas, estabelecidas nas atividades do Projeto, e que têm interface com a missão das secretarias. Também é fundamental o compromisso da instância governamental na efetivação da institucionalidade da Política de Ecosol como um instrumento valioso para realização de inclusão com protagonismo social (CGSOL, 2015, ATA 9ª reunião).

Ao mesmo tempo, a ausência do poder público municipal, evidencia o compromisso da sociedade civil e da equipe que coordenou o Projeto com a busca pela institucionalização de uma política pública municipal a qual se daria pelo compartilhamento entre as duas instâncias, sociedade civil e poder público de forma a alcançar o objetivo da própria política. Como também expressa a fragilidade dos laços concernentes à intersectorialidade entre as secretarias de governo na busca de atingir o mesmo objetivo. A interação socioestatal é fundamental para deliberar e redefinir os rumos da política. Nesse sentido Milani (2008, p.560) corrobora que a

participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (proveniente da “qualidade” da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições como Estado.

Não só isso, pois sobre essa questão se pode refletir também quanto a efetividade da participação que se deu no âmbito do CGSol, a qual segundo Avritzer (2011), pode ser pensada a partir dos diversos momentos deliberativos (ou momentos em que não haja a deliberação) e contextuais de participação. Para os representantes dos empreendimentos as falas, a seguir reproduzidas, expressam a possibilidade de mudanças social e de perspectivas de futuro no desenvolvimento de cada EES

O comitê gestor contribuiu muito, contribuiu bastante, hoje eu acho que tô aqui por causa do comitê gestor, porque eu nunca perdi uma reunião, eu acho que a gente nas parcerias foi muito bom e foi muito ‘aproveitoso’. (REPRESENTANTE DO EES DO TERRITORIO DO JAIBARAS).

Ajudou em desenvolver ‘alguns trabalho’, porque assim, eu gosto muito de dar ideia e a gente, o comitê, era pra juntar as ideias e a gente, como é? [...] Desenvolver. E isso foi o que aconteceu. (REPRESENTANTE DO EES DO TERRITORIO SEDE - SOBRAL).

No campo das motivações que condicionam a participação dos sujeitos no Comitê os setores governamentais que mais atuaram junto ao Projeto, segundo a representante do IADH, foram a Secretaria de Agricultura e Pecuária do Município (SEAGRI) e Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Extrema Pobreza de Sobral (SEDS), esta última responsável por toda execução do Projeto Gente Solidária. Enquanto membro suplente do CGSol, representando a Incubadora IEES-UVA, observou-se que o Comitê congregava os segmentos que possuíam também uma atuação de caráter mais regional, como a própria IEES-UVA²⁸, a Cáritas Diocesana²⁹ e representante do Programa Território da Cidadania³⁰ além dos representantes do próprio do município, que atuavam com a economia solidária. A presença de tais instituições no desenho institucional do CGSol conduz a analisar o caráter deliberativo do seu processo participativo, a partir do diálogo de Vaz (2011) com Faria e Cunha (2007), quando nesse caso especificamente, a dinâmica do seu funcionamento é capaz de incluir novas e diferentes vozes no processo de implementação, gestão e controle das políticas de forma a produzir resultados mais efetivos quanto a redistribuição dos bens e ações concernentes as mesmas. Os respectivos autores acrescentam que a pluralidade da composição possibilita uma distribuição mais igualitária desses bens e ações (VAZ, 2011).

Os sentidos da participação assumem distintos interesses por parte de quem participa do CGSol que foram desenhando a sua institucionalidade participativa e a do próprio

²⁸ A Incubadora IEES-UVA é uma ação de extensão, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, a partir de Sobral surgida em 2007, dentro do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC. Tem como finalidades empreender através de atividades de incubação junto a grupos produtivos em comunidade, existentes ou potenciais, ao tempo em que também qualifica e proporciona na sua linha acadêmica de extensão maior pertinência às atividades indissociadas de ensino e pesquisa da IES. Sua atuação inicialmente se deu e continua nos municípios de Santana do Acaraú e Irauçuba, ambos do semiárido nordestino junto a 08 (oito) grupos focados na condição de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES nas comunidades que habitam, estimando-se, direta e indiretamente, um universo de aproximadamente 1.000 famílias, observados aspectos relevantes de convivência natureza, homem e sociedade. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?>. Acesso em: setembro, 2017.

²⁹ A Cáritas se faz presente tanto no cenário nacional quanto no internacional chegando a compor 164 organizações-membros no mundo. De caráter nacional, a Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, sendo um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No Brasil, possui uma sede nacional e se organiza em rede com 183 entidades-membros, assim distribuídos em 12 regionais – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Norte II (Amapá e Pará), Maranhão, Piauí, Ceará, Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e Nordeste III (Bahia e Sergipe). Sua atuação se concentra junto às pessoas mais empobrecidas nas seguintes linhas: em situações de riscos e em situações de emergências; no fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários; e em lutas emancipatórias. Tudo isso em 450 municípios brasileiros. Disponível em: <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>. Acesso em: setembro, 2017.

³⁰ Criado em 2008 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva os Territórios da Cidadania “é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania”. A base do programa se constituiu na integração de ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em 2017 o programa completou nove anos de existência. Disponível em: <http://lula.com.br/territorios-da-cidadania-completa-9-anos>. Acesso em: outubro, 2017.

Projeto Gente Solidária. Nessa lógica, o CGSol se configura como inovação entre as experiências de economia solidária no município de Sobral por seu desenho institucional. É como se o Comitê fosse uma entidade ou uma nova institucionalidade se convertendo num espaço que congrega desde os princípios e valores que envolvem a temática da economia solidária como o fortalecimento das próprias entidades que dele faziam parte, num exercício diário do fazer solidário por meio das experiências que cada instituição assumia, dadas as possibilidades de interações, trocas de saberes, definições de estratégias sejam elas específicas ou de caráter mais geral determinantes para integrar ações dispersas entre as secretarias de governo. Tudo isso de forma a criar uma ambiência para a construção da política pública municipal de economia solidária.

Em conformidade com a literatura sobre os processos participativos admite-se que o CGSol iniciou seu processo de concepção mediante participação por convite (ALLEGRETTI, 2014), conforme se mencionou anteriormente, uma vez que todos receberam o chamamento da gestão municipal a participar desde o princípio do Projeto Gente Solidária. Em processos por convite há que se considerar que os espaços são forjados observada a representatividade democrática. Nesse caso, conforme o autor ora mencionado,

importando especificamente se as origens dessas arenas de deliberação e participação foram ‘de cima para baixo’ ou contemplaram um ‘encontro a meio caminho’, no qual também os movimentos autônomos da sociedade civil tiveram um papel importante na estruturação da inovação (ALLEGRETTI, 2014, p.150).

As narrativas a seguir são ilustrativas desse posicionamento teórico.

No começo, foi assim... Mesmo porque, já tinha algumas pessoas que já "tavam" no movimento, de outras comunidades e, foram passando pra gente e a gente foi ser convidado pelas pessoas, a chefiar, aquelas pessoas que "tavam" a frente daquele movimento, né? (REPRESENTANTE EES DO TERRITÓRIO DO JAIBARAS – AGRICULTURA FAMILIAR).

Sim, eu fazia parte de circuito de feiras, que é a EXPONARÇU (Feira de Artes e Negócios de Aracatiaçu), também participava como artesã, da ARTSOL como lhei, eu era líder representante da ARTSOL, que era o artesanato da região de Aracatiaçu. (...) e me chamavam pra que eu apresentasse os grupos, representasse e daí, sugeriram que eu participasse também do comitê gestor. (REPRESENTANTE EES DO TERRITÓRIO DO ARACATIAÇU – ARTESANATO E GASTRONOMIA).

Analogamente, é possível adotar a fundamentação de Allegretti (2014, p.156) ao analisar as experiências de orçamento participativo no Brasil e no mundo, para compreender o caso do CGSol, em virtude de também ser uma experiência que retifica “seus objetivos principais por meio de ferramentas específicas que garantem consequencialidade e coerência

entre motivações, objetivos e resultados” de cada experiência trazida a partir das instituições que o compõem.

Os sentidos encontrados até o momento quanto as formas e contextos da participação durante a trajetória do Comitê Gestor se expressam, segundo Lavalle (2011), imersos na complexidade de efeitos, por não haverem consensos quanto aos efeitos esperados ou a avaliação dos mesmos nos processos participativos, correndo o risco de torná-la secundária em relação ao que se almejou. O que se percebe através da pesquisa de campo é que a participação aqui percorreu um caminho incerto ou imprevisível que de forma mais geral explicita ser “valiosa em si porque realiza a autodeterminação e a inclusão, independentemente dos conteúdos específicos que eventualmente possam assumir” (LAVALLE, 2011, p. 37). Isto posto, a mesma autora ainda chama atenção para um sentido que fixe “olhar nos efeitos imediatos ou diretamente imputáveis às instituições participativas naquilo que efetivamente produzem: decisões, sejam elas consensuais ou conflituosas, a respeito de questões regimentais ou de prioridades de políticas, com implicações jurídicas ou administrativas, favoráveis ou não ao *status quo* em determinado campo de políticas” (Id., Ib., p. 41).

Enquanto instância compartilhada de gestão, o CGSol se converteu em espaço decisório das ações do Gente Solidária, especialmente quanto a gestão da sede do projeto, a Casa da Economia Solidária o espaço físico, que congregaria tanto a instância do CGSol como a intenção de constituir o ponto de finanças solidárias, além de se vislumbrar ser um *locus* de referência da economia solidária no município.

Ambas as instâncias são mencionadas em documentos elaborados pela assessoria técnica do IADH e se caracterizam enquanto espaços participativos, ao permitirem deliberações coletivas daqueles que compõem o projeto. O caráter deliberativo desses espaços, segundo Vaz (2011), amplia o espaço de participação potencializando a redistribuição dos investimentos e de políticas públicas específicas, além de se caracterizar em exercício de aprofundamento da democracia, reforçando ser o espaço ideal para a interlocução entre Estado e sociedade civil. No documento denominado Proposta de Gestão da Casa da Economia Solidária, elaborado pelo IADH, a dimensão participativa é uma preocupação permanente do Projeto, uma vez que a apropriação coletiva por parte de seus beneficiários e dos participantes do CGSol poderia qualificar as deliberações no próprio espaço constituindo um caminho para autogestão, princípio da própria Economia Solidária, além da própria sustentabilidade das ações do Projeto.

Wampler (2011) atenta para a necessidade de se questionar quanto aos resultados e impactos que se pode esperar de instituições participativas (IPs) e sua implicação nas políticas

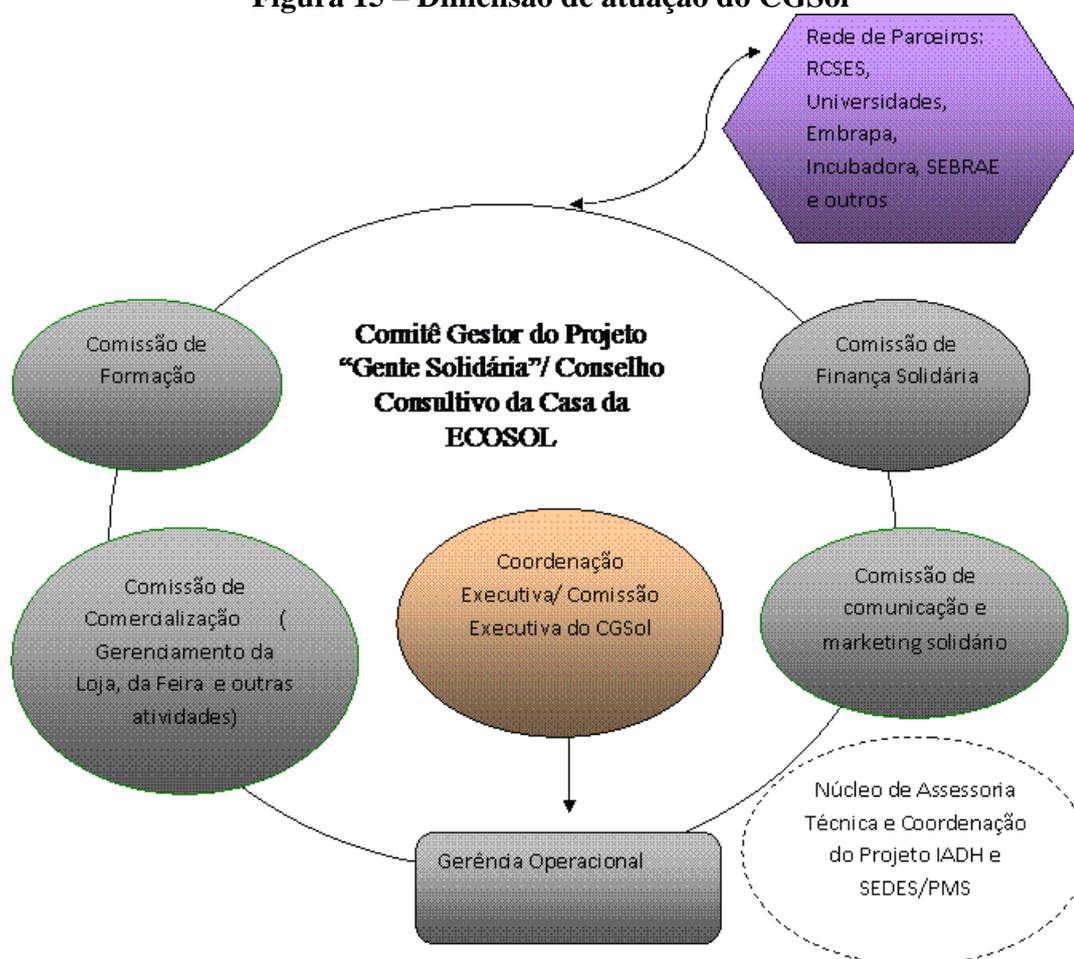
públicas e afirma ser importante analisar tais aspectos, embora os estudos evidenciem a dificuldade de se mensurar tais resultados. Assim, o autor propõe que a análise seria feita tendo em vista se as instituições participativas contribuem ou não para a melhoria da qualidade dos serviços públicos, do bem-estar social e da qualidade da democracia. Ou seja, se elas propiciam mudanças significativas tanto para os representantes do governo quanto para os cidadãos e representantes da sociedade civil. Mensurar resultados quanto as deliberações que são feitas nesses espaços são muito difusas o que interfere na percepção de como eles remodelam os processos de formulação de políticas e os seus respectivos resultados.

Ao mesmo tempo, Wampler (2011) corrobora que as instituições participativas são locais que promovem intermediações entre as massas e a elite, além de criarem novas formas de representação. “As lideranças comunitárias e os técnicos representantes do governo são tomados como os novos intermediários: ambos trabalham tanto nas IPs, quanto em várias outras arenas, como forma de promover os seus interesses”. O autor chama atenção para o fato de as IPs se concentram na formulação de políticas públicas, onde a interação entre o Estado e a sociedade civil pode potencializar melhores resultados para tais políticas, podendo se tornar espaços para fóruns permanentes uma vez que ela forja novos elos entre os atores “diversos, como os cidadãos **comuns**, os funcionários públicos, as lideranças comunitárias, os dirigentes sindicais e os prestadores de serviços (WAMPLER, 2011, p. 49, grifo do autor).

A experiência do CGSol foi inovadora para o município por alicerçar todo o percurso na constituição de uma política pública, de baixo para cima, através da interação entre Estado e sociedade civil, balizando as ações desenvolvidas no Gente Solidária e para além dele. Em entrevista realizada com a coordenadora do Projeto Gente Solidária registra que a inovação inicial está na integração de ações numa proposta de governança democrática, a cada dois meses, treze reuniões do Comitê Gestor aconteceram ao longo de três anos. Tempo para além do previsto do Convênio estabelecido entre a Senaes e o governo municipal na execução das metas físicas do Gente Solidária, tempo este que também ultrapassou o estabelecido entre a assessoria do IADH estipulada para os anos de 2013 a 2015. O CGSol incorpora o Gente Solidária e possibilita uma transversalidade por vários segmentos institucionais assumindo o *know how* no que diz respeito a economia solidária no município de Sobral, criando uma identidade própria e unindo ações antes dispersas nas secretarias setoriais de governo. Mesmo com dificuldades, o governo assegurou o compromisso assumido garantindo o funcionamento mínimo do Gente Solidária de forma expressiva por meio da Casa de Economia Solidária.

Assegurar a sustentabilidade dessas ações ainda hoje é um desafio, principalmente quando se quer promover uma política em que o foco não gira em torno do mercado ou da mercadoria e sim na condição humana de quem produz. Essa tensão se fazia sentir na fala das técnicas do IADH uma vez que existia um tempo limite para realizar a assessoria e o que mais se mencionava nas atas e nos documentos do projeto era assegurar a institucionalização através de uma política pública municipal. Em observação feita na qualidade de membro participante do CGSol ficou evidente o esforço para lançar bases através do próprio Comitê, sempre vislumbrando a continuidade das ações e que seus participantes tomassem para si as rédeas desse processo e firmar através de uma política pública municipal um espaço para economia solidária. A figura abaixo representa a dimensão de atuação do CGSol e sua interface com os segmentos do próprio Projeto Gente Solidária e com os atores externos.

Figura 15 – Dimensão de atuação do CGSol



Fonte: Documento “Proposta de gestão da Casa de Economia Solidária”. Elaboração IADH.

O CGSol foi um catalizador das forças de economia solidária do município de Sobral e ao mesmo tempo um propulsor de novos arranjos sócio institucionais destacando-se a regulamentação do Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral –ECOSOL,

instância responsável pelo controle social da Política Municipal de Economia Solidária do Município de Sobral. Além da articulação e criação do Fórum Multiterritorial de Economia Solidária de Sobral – Serra da Ibiapaba – Litoral Extremo Oeste do Ceará. Retomando a perspectiva interpretativa de Wampler (2011), o CGSol enquanto espaço propiciador da própria política pública e para além dela outros espaços participativos o que expressa que a participação no CGSol assume um significado do que Milanni (2008) denomina de participação social cidadã a qual não segue um modelo universal e que podem se dar em contextos variados e que pode levar os indivíduos ao exercício da cidadania ativa.

Ao mesmo tempo, o processo participativo existente no CGSol não se exime de um percurso por vezes conflituoso, próprios de qualquer esfera participativa que detém atores políticos diversos movidos por diversos interesses próprios de suas histórias de vida e ao mesmo tempo oriundos das instituições que representam, mas, que nesse caso do Comitê, imbuídos no objetivo de se caminhar para um processo de institucionalização. Pode-se dizer que não há como analisar a trajetória da institucionalização sem examinar os sentidos do processo participativo.

4.2 CONSTRUINDO A POLÍTICA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Abordar o percurso institucionalização da política pública propriamente dita se faz necessário localizar que sua origem se deu no próprio Comitê Gestor CGSol. Embora o Projeto Gente Solidária possuísse como principal objetivo construir uma política integrada de economia solidária caminhar para atingir esse objetivo envolveu a institucionalidade participativa do CGSol. Segundo a representante do IADH, o Projeto se redesenha com a implementação do Comitê Gestor. Compreender essa instância participativa e os seus significados é também olhar para a implementação da política pública.

Assim, no cerne de qualquer política pública, o Estado deve atuar como “instrumento (necessário) de liberdade dos sujeitos individuais” (WEFFORT, 2001, p.60). Partindo desse pressuposto as políticas públicas devem refletir a ação do Estado e da sociedade civil, além de contextualizar as mutações ocorridas na ação governamental. Nesse sentido, abordar o processo da institucionalização de tais políticas se faz necessário contextualizar o papel do Estado diante desse processo.

O Estado democrático pode ser entendido como aquele fundado em torno de uma barganha política que reflete a relação contraditória entre diferentes forças sociais. Nessa abordagem, as instituições são os instrumentos de mediação de conflitos inerentes a uma barganha em torno de forças e de interesses contraditórios. É a partir das instituições do Estado que as políticas públicas são negociadas, formuladas e

implementadas. Ou seja, a formulação e a implementação de políticas públicas em Estados democráticos é tarefa complexa e requer uma intrincada engenharia institucional (SOUZA, 2013, p.01).

De acordo com Souza (2006) as políticas públicas possuem um ciclo deliberativo, formado de vários estágios como a definição da agenda, que focaliza e reconhece o problema, chamada de consciência coletiva de como o problema deva ser enfrentada; a identificação de alternativas; a avaliação das opções; seleção das opções; implementação e avaliação. Essa autora dá mais ênfase ao processo de constituição da agenda não por ser mais importante, mais por ser um território de conflitos entre atores de diversas entidades e movimentos sociais que lutam para que o problema venha a se tornar política (SOUZA, 2006, p. 31-32).

Dadas as fases, a implementação é onde se dá o processo de interação dos diversos atores com o Estado além de ser nessa fase, segundo Arretche (2001), que a política se modifica. "Na prática, qualquer política pública é de fato feita pelos agentes encarregados da implementação" (ARRETCHE, 2001, p.02).

A constituição das políticas públicas, para Saravia (2006, p. 29), não possui uma racionalidade manifesta nem também uma ordenação tranquila na qual "o ator social conhece e desempenha o papel esperado". O autor destaca essa questão para que se perceba a complexidade de todo esse processo, permeado por certa de **desordem** percebida na sua governabilidade e na ação governamental afetando não apenas o cidadão, mas todos os atores envolvidos no processo (atores administrativos, políticos, analistas, etc.) ao se constatar aparentes debilidades do Estado para cumpri-las (grifo do autor).

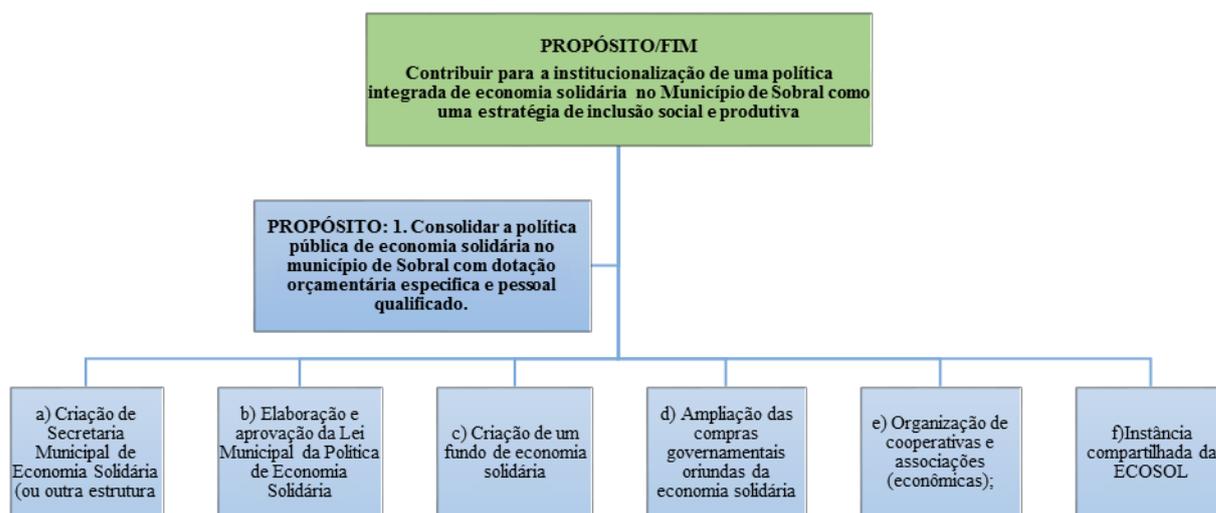
Essa compreensão de que a política pública é mais que um processo racional ordenado, pode ser ilustrada por meio da Ata de 20 de maio de 2014 do CGSol. Nela há um registro da fala da representante do IADH sobre o a necessidade de sensibilização do poder público para a institucionalização da política de economia solidária além do acompanhamento a própria execução do Gente Solidária. Ela afirma:

O Projeto é também uma oportunidade para sensibilizar a Prefeitura para instituída a política de ES, de facilitar a articulação entre várias políticas públicas existentes no Município. Afirmou que, o intuito é e que o CGSOL funcione bem, que acompanhe o Projeto e proponha questões para ir aperfeiçoando a sua execução. E para isso temos que participar e dialogar sempre. O Comitê tem um papel também fundamental na institucionalidade da Política Pública de Economia Solidária. (CGSOL, 2014, ATA 2ª reunião).

No percurso da institucionalização no terceiro encontro do CGSol a ata registra que na construção do marco lógico do Gente Solidária o primeiro eixo trata da

institucionalização da política o qual pode ser visto pelo diagrama abaixo através do primeiro propósito e as ações que derivam da proposição sugeridas pelos membros do Comitê.

Figura 16 – Implementação do Gente Solidária (propósito fim)



Fonte: Adaptado de CGSol (Ata, 3ª reunião).

Até a décima reunião do CGSol ocorrida no ano de 2015, há registros acerca da necessidade de institucionalidade da política de ES como instrumento valioso de inclusão com o protagonismo social de seus atores e, ao mesmo tempo evidenciando que sua institucionalização seguiu um caminho processual aliada ao desenvolvimento de outras ações que se vinculavam ao Projeto.

Dentre tais ações se destaca a gestão da própria Casa da Economia Solidária que foi se constituindo durante a implementação das demais ações do Projeto. De acordo com o documento “Proposta do Modelo de Gestão da Casa de Ecosol” a institucionalização da política possuía uma relação direta com as linhas de ação Casa de Ecosol, são elas: “assistência técnica administrativa, jurídica, contábil e de comunicação; finanças Solidárias; educação para o consumo ético, justo e solidário; capacitação conceitual, técnica e de gestão; assessoria aos empreendimentos econômicos solidários; e apoio à estruturação da rede solidária de produção, comercialização e consumo”. Fora previsto também estabelecer uma plataforma de parceiros sejam eles governamentais e não governamentais para agregar à dinâmica da Casa. Outra preocupação concernente a gestão da Casa de Ecosol se refere à estruturação, implantação e atualização permanente de uma matriz de monitoramento e avaliação do Projeto para que se possa acompanhar o desenvolvimento de sua execução.

Quanto a matriz de monitoramento e avaliação das ações do Projeto, discutida no âmbito do CGSol, Arretche (2001) esclarece que a fase da implementação deve utilizar uma metodologia de avaliação que não se pautar na polarização entre o sucesso ou o fracasso de um programa, “independentemente da ‘vontade política’, da ética ou do interesse dos formuladores e implementadores”, uma vez que a distância que existe entre formulação e a implementação é uma contingência da ação pública (ARRETCHÉ, 2001, p. 07, grifo da autora). Ademais a referida autora esclarece que para que haja o desprendimento de avaliações que utilizem a tríade da eficácia, eficiência ou efetividade, para se faça uma avaliação menos ingênua, há de se perceber a complexidade do campo da implementação de programas e projetos, investigando primeiramente os diversos pontos de estrangulamento que emergem alheio a vontade dos implementadores, que implicam no alcance ou não das metas e objetivos previstos inicialmente.

No caso do Gente Solidária o seu objetivo geral se traduz na institucionalização da política pública municipal e toda uma trajetória que se liga a ações do Projeto propriamente ditas, além de articulações transversais que envolvem diversos atores governamentais ou não. No âmbito mais específico, o quadro a seguir expressa as metas e etapas do Gente Solidária, registradas no Portal de Convênios³¹ do governo federal, sob a forma de relatório final do Projeto. Ou seja, a institucionalização da política perpassa, também, pelas metas e fases pactuadas nos documentos registrados e inseridos no supra referido sítio eletrônico, conforme Quadro a seguir:

³¹ O Portal dos Convênios é o sítio eletrônico que abriga o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) de iniciativa do governo federal, ente responsável por todo o ciclo de vida dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria pactuados com a União. O SICONV registra todos os atos, desde a formalização da proposta até a prestação de contas final. O Portal facilita o encontro entre todos os atores envolvidos no processo de transferências voluntárias, dinamizando essa relação e oferecendo à sociedade transparência e controle social sobre a aplicação dos recursos públicos, além de uma maior rapidez nesses processos. (BRASIL, 2016). Disponível em: <http://portal.convencios.gov.br/sobre-o-portal>. Acesso: novembro de 2017.

Quadro 1 – Metas e etapas do projeto

METAS	ETAPAS
1. Promover a organização sócio comunitária nos territórios de abrangência do projeto com base na cultura da economia solidaria em quatro territórios de Sobral e criação da casa da economia.	1.1 Adequação do espaço físico e infraestrutura para realização das reuniões, oficinas, seminários e outros eventos voltados para a economia solidária. Criação da casa da economia solidaria: manutenção e funcionamento do espaço. 1.2 Identificação, sensibilização, mobilização e organização sociocomunitária com pessoas em situação de extrema pobreza nos territórios. 1.3 Realização e publicação do diagnostico socioeconômicas locais do investimento e do Plano Territorial de Desenvolvimento.
2. Prestar formação para 1.000 famílias em situação de extrema pobreza; incubadora e assistência técnica a 20 EES e redes de cooperação; apoiar a estrutura física dos empreendimentos econômicos solidários.	2.1 Prestar formação para 1.000 famílias em situação de extrema pobreza; incubadora e assistência técnica a 20 EES e redes de cooperação; apoiar a estrutura física dos empreendimentos econômicos solidários. 2.2. Formação para as iniciativas de economia popular solidaria.
3. Fomentar as finanças solidaria dos EES formados e incubados pelo projeto.	3.1 Assessoramento técnico para a implementação do banco. 3.2 Capacitações para operacionalização do banco. 3.3 Elaboraões de material didático/pedagógico e de comunicação. 3.4 Estruturações de um banco comunitário. 3.5 Mobilização e formação social em finanças solidárias
4. Organizar espaços de comercialização solidaria através de redes de cooperação, pontos fixos, comercio eletrônico e a realização de 18 feiras itinerantes.	4.1 Constituição de espaços de apoio à comercialização solidaria. 4.2 Desenvolvimentos de identidade visual, rótulos e logomarcas 4.3 Estruturações de comercio eletrônico 4.4 Implantação de pontos fixos de comercialização solidárias. 4.5 Realização de feiras.

Fonte: Gente Solidária. Relatório Final de Execução, período relatório: 01/01/2013 a 31/05/2016.

O espaço da Casa da Ecosol e sua manutenção seria a estrutura física que abrigaria todas as ações antes dispersas do governo municipal agora num único ponto de referência agregando todas as instâncias, inclusive o próprio CGSol. Para além do físico, a casa representaria uma identidade do que seria a economia solidária no município.

Para a coordenadora e gerente da Casa fora a partir dela que se tornou possível desenvolver as outras ações como a assessoria aos vinte empreendimentos econômicos solidários (EES) beneficiando a aproximadamente 300 famílias (1500 pessoas). Era como se o CGSol fosse o espírito do Projeto e a casa passou a ser o corpo.

Em entrevista a representante do IADH, a Casa seria o embrião para poder se pensar nas diretrizes da política. Segundo esta última entrevistada, ao mesmo tempo em que

se instalava a casa, se instalavam as comissões do CGSol (comissão executiva, comissão de formação, comissão de finanças) as quais seriam responsáveis pelo próprio funcionamento da Casa, organizadas a partir da do CGSol. No espaço de tempo para o desenvolvimento da assessoria do IADH as comissões não conseguiram, segundo a avaliação da mesma, se estabelecer e atuar com a autonomia necessária para gerir a Casa de forma compartilhada. O que ocorre é que durante a implementação, segundo a referida entrevistada, muitas ações iam sendo desenvolvidas vislumbrando o passo seguinte.

Figura 17 – Fachada da Casa de Ecosol



Fonte: Própria autora.

Figura 18 – Placa de inauguração da Casa de Ecosol



Fonte: Própria autora.

Observou-se através das falas de representantes da equipe técnica do Projeto que as experiências iam sendo tecidas num caminhar de tentativas de forma a compor um tecido de retalhos, sem perder de vista a institucionalização da política. (DIÁRIO DE CAMPO, 2017). Esta última, a qual seria o macro objetivo, dependeria da interface das ações pontuadas no Quadro 2 – Metas e etapas, citadas anteriormente. Durante minha experiência ao longo dos quase oito anos lidando com ações de economia solidária, tanto os processos de incubação, como os processos de implementação de suas ações, convertidas e desenvolvidas por meio de Convênios, os fazeres diários vão compondo a experiência num processo de tentativas positivas e negativas que ressignificam e interferem no desenvolvimento da sua implementação. Nessa perspectiva os envolvidos em todo o processo vão se formando através da práxis. O que leva a refletir que, nem sempre o tempo de execução dos Convênios que fundamenta e embasam legalmente tais ações, correspondem ao tempo necessário para que se consiga desenvolvê-las. Além do mais, “o grau de sucesso de um programa depende diretamente do grau de sucesso na obtenção da ação cooperativa de outros atores – governamentais e/ou não governamentais, a depender do desenho do programa – cuja ‘obediência’ não é um dado automático (ARRETICHE, 2001, p. 05). Ou seja, há uma dependência dos atores institucionais e dos beneficiários. Nesses termos, Arretche observa que a experiência dos formuladores e implementadores e com poder decisório acabam por definir suas estratégias de implementação baseadas no potencial de aceitação do que pela eficiência ou efetividade.

Isto posto, se chega a reflexão que a análise da trajetória de uma política está condicionada a um território de incertezas e lutas diárias, onde as conquistas se dão num movimento entre beneficiários, implementadores e demais atores envolvidos. Para se fugir da ingenuidade no campo avaliativo, Arretche complementa que há que se lidar com as variáveis da realidade

[...] políticas não são formuladas em condições de irrestrita liberdade. Dado que a formulação de um programa – com seus objetivos e desenho – é em si mesma um processo de negociações e barganhas, seu desenho final não será necessariamente o mais adequado, mas – sim – aquele em torno do qual foi possível obter algum grau de acordo ao longo do processo decisório (ARRETICHE, 2001, p. 06).

Nesse percurso, enquanto outras ações eram desenvolvidas durante a execução do projeto, membros do CGSol (representante do IADH, coordenadora e gerente da casa de Ecosol e coordenador da Incubadora da IIES-UVA) estavam encarregados de elaborar uma

minuta da lei para ser discutida e aprovada no espaço do Comitê. Segundo a técnica do IADH, a proposta da lei foi baseada em leis municipais já existentes, dado um formato adequado a realidade de Sobral-Ce. Após nove reuniões bimensais, encontra-se registrada na 10ª Ata do Comitê CGSol que “o ponto alto da reunião” seria a proposta de Lei Municipal da Economia Solidária, onde destacou-se do empenho e uma articulação para que a lei possa ser aprovada. (CGSOL, 2015, ATA 10ª reunião).

Em entrevista com a técnica da Secretaria SEDS, pasta na qual o Projeto estava vinculado administrativamente, foi relatado que para que a Lei fosse aprovada o membro do Gabinete do Prefeito juntamente com uma vereadora do Partido dos Trabalhadores (PT) estavam articulando a ambiência até a chegada da lei na Câmara Municipal e sua posterior aprovação.

A Lei fora apresentada e discutida para seguir os trâmites necessários para aprovação. Assim, a institucionalização da política municipal através da promulgação da LEI Nº 1515 de 06 de outubro de 2015 que institui Política de Fomento à Economia Solidária no Município de Sobral cuja diretriz no Artigo 1º se pauta na

[...] na promoção e o apoio da Economia solidária, o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades socioeconômicas, visando a sua integração à economia local regional especialmente no que diz respeito á sua inserção ao mercado, e a sua organização dos sistemas de produção de forma solidária, nos seus diversos níveis de complexidade e tendo como premissa básica a autosustentabilidade de suas atividades (SOBRAL, 2015).

O corpo da lei estabelecia quais os objetivos primordiais da política Municipal de Ecosol em Sobral - Ce

I-criar e consolidar princípios e valores de economia Solidária; II- gerar trabalho e renda com qualidade de vida; III-apoiar a organização, legalização e o registro de empreendimentos econômicos solidários; IV-apoiar a criação e a comercialização de novos produtos, processo e serviços; promover, agregar conhecimento e estimular o desenvolvimento e uso de tecnologias sociais apropriadas e reconhecidas pelos Empreendimentos Econômicos Solidários, com o cuidado de evitar imposições de tecnologias inadequadas e contrárias aos interesses e culturas da comunidade, assim como local e regional [...] (SOBRAL, 2015).

No total são trezes objetivos que focam a autogestão e sustentabilidade dos empreendimentos de forma a buscar sua consolidação, além do fomento do consumo consciente de produtos e serviços somada a associação entre pesquisadores, parceiros e os próprios empreendimentos. Entre os objetivos da política se destacam o incentivo a estudos e pesquisas que envolvam a temática da ES juntamente coma preocupação que envolve em criar e manter atualizado as principais bases de informação sobre os empreendimentos e a ES. O

último objetivo se dirige para a garantia e manutenção dos espaços apropriados a comercialização de produtos e serviços dos EES (SOBRAL, 2015).

No que diz respeito à sua implementação, a política pública de economia solidária contaria com espaços como Centros Públicos de Ecosol, Incubadoras de Empreendimentos Populares e Solidários, centros de comércio justo e solidário, feiras e qualquer outra iniciativa que vise fomentar a economia solidária no município. Para tal implementação, a lei prevê assessorias técnicas apropriadas além de capacitações, qualificações e formações ao público beneficiário. A lei considera importante o apoio jurídico e institucional para constituição dos empreendimentos e reitera o papel dos pesquisadores, parceiros e empreendimentos no fomento a ecosol. Nos últimos pontos que compõem a implementação destacam-se a criação do Conselho Municipal e de um Fundo Municipal de Economia Solidária. Aliás, a criação desses espaços deveria se dar em seis meses depois, conforme disposto em seu parágrafo único. (Id., Ib.).

A representante do IADH entrevistada menciona o esforço pessoal de garantir, entre a equipe técnica, que a Lei de Ecosol deveria prever a criação do fundo municipal no intuito de garantir orçamento e um compromisso maior com a economia solidária por parte dos gestores públicos. Não só isso, mas a criação do fundo garantiria a continuidade das ações e o fortalecimento dos empreendimentos na busca da autogestão e sustentabilidade. Soma-se ao exposto o fato de que haveria de se garantir um espaço no próprio orçamento municipal para a economia solidária, uma vez que o PPA de 2013 a 2017 conta com o recurso da Senaes para financiamento do próprio Projeto Gente Solidária.

A compreensão acerca do posicionamento da representante do IADH remete Arreche (2001, p.05) que adverte: “problemas na estrutura de incentivos podem explicar grande parte das dificuldades da autoridade central para obter sucesso na implementação de seus programas, mesmo que tenham sido cumpridos todos os demais requisitos necessários”.

Assim o Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral e o Fundo Municipal da Economia Solidária foram criados a partir do Decreto Nº 1739 de 30 de março de 2016. Suas atribuições, dispostas no artigo seguindo da Seção I contemplam: a formulação de diretrizes e proposições de ações que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política dos segmentos envolvidos com e economia solidária; definição de critérios para seleção e financiamento de programas e projetos com recursos oriundos do Fundo Municipal de ecosol e de outros recursos; definir critérios para expedição de selo certificar de ecosol; analisar e encaminhar projetos referentes a ecosol, além de acompanhar e exercer controle social na sua execução; definir meios para facilitar o acesso do

empreendimentos a política pública de ecosol; propor, acompanhar cursos de aperfeiçoamento e capacitação ofertados por parte da administração pública municipal; dentre outras atribuições (SOBRAL, 2016).

A composição do Conselho de Ecosol se constitui em nove representantes do poder público: Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza (SEDS); Secretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Agricultura e Pecuária; Secretaria de Educação/Coordenador do Programa Nacional de Alimentação Escolar; Secretaria de Conservação e Serviços Públicos; Gabinete do Prefeito; Câmara dos Vereadores; Secretaria de Cultura e Turismo/Fundação ECOA; e Universidade Vale do Acaraú/ Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UVA-IEES.

A representação da sociedade civil do Conselho foi composta por empreendimentos de Ecosol (Bodega Arcos, Café Solidário, Feira da Economia Solidária da Agricultura Familiar, FIA: Oficina de Artesãs, Associação de Aracatiaçu-AGAMSOL); Cáritas Diocesana de Sobral; Centro de Capacitação e Assessoria Técnica de Sobral (CAPACIT); e o IADH. Dos empreendimentos acima referidos todos advêm do próprio Projeto gente Solidária com exceção da Bodega Arcos.

Decorrente dessa iniciativa fora lançado o Edital N° 001/2016 para inscrições e seleção das entidades da sociedade civil para participação da primeira gestão do Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral – Gestão 2016/2018. Fora publicada a Portaria 026 de 20 de junho de 2016, nomeando os membros do Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral – Gestão 2016/2018. O edital previa que o processo de participação e escolha dos representantes da sociedade civil que se deu primeiramente por uma comissão composta por cinco integrantes compostos por: um representante da SEDS; um representante do Gabinete do prefeito, um representante do IADH; um representante da Incubadora IEES-UVA e a Gerência da Casa de economia Solidária. Cabe ressaltar que todo esse processo se deu no espaço do Comitê CGSol inclusive o processo seletivo das entidades conforme relatório final do Gente Solidária

o processo de seleção dos Empreendimentos e das Entidades da Sociedade Civil que irão o Conselho de ECOSOL em 09 de maio de 2016, que foi validado no dia 10 de maio de 2016 por ocasião da reunião do Comitê Gestor e no dia 21 de junho será dado posse os 1º conselheiros (as) da 1ª Gestão 2016/2018 do Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral. (PROJETO GENTE SOLIDÁRIA, 2016).

Na própria trajetória do Projeto Gente Solidária a implementação de uma política pública municipal se evidencia desde a reformulação do seu Plano de Trabalho a partir do início da assessoria do IADH desenvolvida através das ações em cada segmento do Projeto e

validadas pelo CGSol ao longo de onze reuniões, no mínimo. O relatório final do Projeto enviado a Senaes externa atuação quanto ao apoio técnico-metodológico do IADH que possibilitou o “avanço da Prefeitura no que se refere ao processo de institucionalização da Política Municipal de ECOSOL” (PROJETO GENTE SOLIDÁRIA, 2016).

A institucionalização pode ser considerada um avanço ou que houve o cumprimento do objeto máximo do Projeto que era a criação de uma política integrada que se originou de um espaço participativo contando com o empenho dos membros do CGSol, o Comitê se transforma em Conselho conforme a fala da representante do EES da gastronomia da localidade do Trapiá, Sobral-Ce “era um comitê só enquanto tava no projeto, quando passou a ser lei, aí já virou um conselho”.

Considerando o diagrama (citado na página 115) que contém o “Propósito/Fim de Consolidar a política pública de economia solidária no município de Sobral com dotação orçamentária específica e pessoal qualificado” e a Tabela 5 (citada na página 116 e 117) com as metas e etapas do Projeto a experiência do Gente Solidária foi efetiva, uma vez que, guardadas as devidas proporções, houve uma integração de ações nas áreas de: governança democrática com a efetivação do Comitê Gestor (durante todo o projeto foram realizadas 13 reuniões do Comitê Gestor, que em agosto de 2016 foi substituído pelo Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral. Até novembro 2016, já ocorreram 02 reuniões do Conselho); ações de formação e assessoria técnica aos empreendimentos, estruturadas a partir da realidade e demandas dos Empreendimentos; ações de apoio à comercialização, com abertura de novos canais tais como loja fixa localizada na Casa da Economia, Feira semanal da Economia Solidária da Agricultura Familiar, feiras itinerantes e vendas pela internet; e educação financeira e construção de 05 fundos solidários. Além disso, foi importante a seleção de toda a equipe técnica e sua formação, assim como o compromisso de parte dos gestores da Prefeitura no sentido de permitir a articulação de ações e outras políticas, o que culminou com a promulgação da Lei Municipal de Economia Solidária e a regulamentação do Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral. Instância responsável pelo controle social da Política Municipal de Economia Solidária do Município de Sobral. (PROJETO GENTE SOLIDÁRIA, 2016).

Pode-se interpretar o acima exposto que a questão da efetividade, segundo Avritzer (2011), se processou nos mais variados momentos na sua trajetória de institucionalização ao passo em que se evidenciou a efetividade participativa nos diversos momentos deliberativos ocorridos no CGSol, em que este último construiu um desenho

institucional adequado para os processos deliberativos. Mesmo que, em alguns momentos houvesse mais deliberação do que outros.

A gerente da casa de ecosol e coordenadora do projeto no município de Sobral, em sua entrevista, adverte que a criação da política municipal será desenvolvida a partir da atuação do próprio Conselho de Ecosol e há ainda que se contar com as dificuldades vivenciadas pelas prefeituras municipais dada a escassez de recursos e a falta de compreensão e dificuldade de articulação de políticas por parte dos gestores públicos. O relatório final do projeto Gente solidária menciona essa questão no ponto que trata sobre os recursos de custeio os quais “seriam suficientes apenas para o Projeto funcionar até fevereiro de 2016. Com a aprovação do aditivo de valor pela SENAES, a Prefeitura celebrou aditivo de valor e prazo com o IADH até setembro de 2016”. (PROJETO GENTE SOLIDÁRIA, 2016). No campo das políticas públicas de economia solidária, não só delas, mas especialmente por serem políticas recentes, a importância dos recursos financeiros impacta diretamente na existência do programas e projetos e poderá afetar o próprio Conselho Municipal.

Arretche (2001, p. 05) coloca que a implementação de uma política pública é um campo de incertezas somadas as questões estruturais de incentivo os quais, na visão da autora, são vitais para a implementação de programas “– e ela é tanto mais necessária quanto maior a complexidade dos interesses envolvidos – fatores inerentes à formulação impactam o próprio desenho da estratégia de implementação e, por extensão, o conteúdo das políticas”.

Considerando a importância das Instituições Participativas e sua efetividade na implementação das políticas públicas, há que se analisar o desenvolvimento da nova trajetória a partir da criação do conselho municipal de economia solidária, no caso desta pesquisa, proposta é a atuação final do comitê gestor. Ademais, Arretche complementa que “seus efeitos (reais) somente serão conhecidos uma vez implementada a política”, ou seja, ainda há um longo caminho a ser percorrido o qual poderá ser analisado em pesquisas futuras.

4.3 COMITÊ GESTOR CGSOL: ENTRE TENSÕES E CONSENSOS

Ao analisar a implementação do Comitê Gestor CGSol e o percurso percorrido até a institucionalização da Lei de Economia Solidária que cria o Conselho Municipal observou-se que a implementação assume formatos distintos que vão se desenhando de acordo com a realidade de cada território. Tal fato produz, por vezes, um redesenho das ações ou, no mínimo, uma aproximação das ações que foram pensadas inicialmente. Ocorre que as interações entre governo municipal em seu papel estatal e a sociedade civil ao longo da

implementação do Projeto Gente Solidária são variáveis e acabam por dar o tom da participação social no comitê que se redefine e pode ser analisado sob dois momentos ou perspectivas: o primeiro se refere ao chamado/ convite a participar e as diferentes formas de instituir e incentivar a participação dos membros do CGSol durante o programa. O outro momento se refere aos formatos ora assumidos com as diferentes instituições que se inseriram nesse percurso que se caracteriza por formatos distintos, seja a prefeitura ou outras entidades sugerindo novos arranjos sócio institucionais que se deram no âmbito do CGSol. Neste caso, como já foi dito anteriormente, o desenho institucional que se constituiu no Comitê, entre as entidades que o compunham juntamente com a sociedade civil, seriam uma pré-condição para um desenho deliberativo exitoso uma vez que, Avritzer (2011), a participação da sociedade civil é condição para que a efetividade aconteça.

Dados esses dois momentos, observam-se as tensões que envolve esses campos, fazendo-se sentir fortemente na fala de sua equipe técnica, no que diz respeito à disponibilidade do aporte de recursos financeiros das instituições de forma a garantir a continuidade das ações que perpassam por contextos de crise econômica a questões emergentes ligadas a ela. Soma-se a essa questão a diminuição da equipe técnica do Projeto que diminuiu tão logo finalizou o contrato coma assessoria do IADH, a qual interfere na manutenção de todo o complexo criado pelo Gente Solidária: Casa da Economia Solidária e Conselho Municipal. Para além disso, as tensões que envolvem os processos administrativo-burocráticos na execução física-financeira do Projeto impactam fortemente na sua implementação e, por sua vez, interferem na condição da participação de seus beneficiários.

O chamamento das entidades e dos representantes dos empreendimentos à participação na constituição do Comitê se deu a partir da escolha de um membro que pudesse representar os demais. A representante das costureiras e artesanato afirma que foi escolhido [...] “porque nos grupo, a gente tem as liderança, né? E foi tirada a liderança de cada grupo e formado o comitê gestor. Outro representante esclarece:

No começo, foi assim... Mesmo porque, já tinha algumas pessoas que já "tavam" no movimento, de outras comunidades e, foram passando pra gente e a gente foi ser convidado pelas pessoas, a chefiar, aquelas pessoas que "tavam" a frente daquele movimento, né? (EES TERRITÓRIO JAIBARAS- REPRESENTANTE AGRICULTURA FAMILIAR)

Nesse percurso, os empreendimentos passam a serem atendidos pelo Programa e cada liderança começa a participar do Comitê, possibilitando a interlocução entre equipe técnica, gestores públicos e empreendimentos. Os empreendimentos foram organizados e vinham recebendo acompanhamento, formação, assessorias específicas e participando de

intercâmbios em outras cidades de forma a conhecer experiências autogestionárias e que se tornaram sustentáveis. Todo esse aparato ia aos poucos estimulando a participação de cada beneficiário e proporcionando a segurança de que não estaria sozinho no processo e essa condição mais subjetiva estimulava a participação. Ou seja, as ações se desenvolviam no sentido de organizar a produção e dela poder viver e garantir o sustento individual, de suas famílias e de seus companheiros de grupo. Esclarecem outros representantes entrevistados:

Assim, a minha renda, é... Eu já tenho três pessoas que me ajudam, aqui na cozinha, na minha equipe, então, eu fico sempre anotando e vejo tudo o que eu ganho por dia, porque a gente fez o curso de educação financeira também. (EES TERRITÓRIO TRAPIÁ- REPRESENTANTE GASTRONOMIA).

A gente sabe produzir, mas... Ensinar mais nessa área de você a aumentar a sua produção... É falando sobre orientar como é que você vai plantar a horta, né? Como que você vai fazer pra aumentar o plantio pra poder aumentar mais a produção, né? [...] Aí, a gente trazia pra Casa da Economia, que eu faço parte do grupo, sou representante do grupo lá do Setor Seis e aí hoje, a gente vendia na casa e vendia nas feiras, na Praça de Cuba e em outros cantos, né? E nós também botava os produtos pro programa do governo, que é o PAA. (EES TERRITÓRIO JAIBARAS- REPRESENTANTE AGRICULTURA FAMILIAR)

Então, a gente "tivemos" muitos, muitos, treinamentos, visitamos outros empreendimentos de economia solidária em Fortaleza, [...] visitamos empreendimentos em Itapipoca, Viçosa do Ceará, viajamos pra conhecer outros empreendimentos de economia solidária, pra trazer pra nós, melhoras pros nossos grupos. Também formamos um fundo rotativo solidário, que é um banco comunitário. (EES TERRITÓRIO ARACATIAÇU- REPRESENTANTE GASTRONOMIA E ARTESANATO).

Com relação ao chamado para participar do Projeto e conseqüentemente do comitê gestor os empreendimentos atendidos pelo Projeto apresentavam características condizentes com os valores defendidos pela economia solidária, no entanto, não se viam como tal. Dessa maneira, necessitavam ser organizados e repensar sua produção de forma valorizar seus produtos e o seu trabalho como afirmou a representante do empreendimento de Aracatiaçu:

Olha... Eu lembro que eles foram em todas as localidades, né? Marcavam uma... Uma... Articulação, lá, uma reunião de articulação, ia todos os empreendimentos, aqueles que é, fizeram questionários, e, nesses questionários, os que se enquadraram, foram contemplados, né [...] Que no caso, sou eu a representante. E então, a gente formou vinte e um grupos, desses vinte e um grupos, fomos... É...Tinha uma agente que orientava pra nós, tivemos vários treinamentos, capacitações, melhoramento no que a gente já fazia, já sabia fazer, mas, que ainda não fazia com a qualidade perfeita. (EES TERRITÓRIO ARACATIAÇU- REPRESENTANTE GASTRONOMIA E ARTESANATO)

Contudo, é necessário ressaltar que o estímulo e a qualidade da participação não se dão de forma linear. A este respeito, Allegretti (2014, p.74) admite que “a natureza peculiar do processo participativo consiste na criação e recriação contínua de capital social, entendida

como conjunto de energias positivas que se põe a trabalhar para uma intensificação da qualidade democrática”.

Eis o sentido percebido nas falas dos sujeitos da pesquisa citadas nos parágrafos anteriores ao expressarem que a doação do tempo e do esforço dos sujeitos no Projeto Gente Solidária acaba por se converter em saberes e experiências que interferem na dinâmica do projeto além de possibilitar a mudanças da própria condição de vida desses atores. Segundo Avritzer (2011), esse fato representa um aprofundamento da democracia, não só pela ampliação dos espaços participativos, mas pela resolução a problemas e desafios inerentes à própria implementação.

Em outro polo, o mesmo autor explicita que a dispersão desse capital social, “que pode acontecer por motivo de erros que bloqueiam o investimento de energias cívicas na construção do território e das políticas públicas” podem apresentar um prejuízo irreversível afastando os sujeitos e fazendo com que se afastem ou percam o entusiasmo em participar uma vez que podem enxergar que sua participação possa está sendo subjugada.

No caso do Projeto Gente Solidária registra-se essa situação de desânimo ou afastamento em alguns momentos. O primeiro deles se refere à entrega dos kits produtivos aos empreendimentos, os quais possuem uma diversidade de equipamentos dificultando a aquisição de cotação de preços com todos os itens necessários impedindo a abertura do processo licitatório. Esse causou um certo desestímulo nos EES uma vez que cada kit atendia a peculiaridade de cada grupo. Tal situação fora externada por representantes dos EES de gastronomia/ artesanato e costura entrevistados e que possuíam aceno no CGSol.

No decorrer da entrevista realizada junto a representante do empreendimento de Aracatiaçu, distrito de Sobral-Ce, quando questionada sobre alguma tensão, conflito ou desânimo no período em que estava no comitê eis que a mesma relata:

[...] o pessoal cobrava muito esses kits, que vieram sair já no final, já no último mês, que foi dezembro de 2016, que foram contemplados os kits, porque tinha que ter licitação e, umas empresas não queriam vender e os que foram, algumas que conseguiram vender os kits, pra que fosse entregues os grupos produtivos, aliás, todos os grupos foram contemplados. (EES TERRITÓRIO ARACATIAÇU- REPRESENTANTE GASTRONOMIA E ARTESANATO).

Já a representante do empreendimento das costureiras faz uma ressalva quanto a qualidade dos materiais e a quantidade das máquinas para costurar recebidas

Pra nós, era máquina de costura e, era uma série de coisas, mas só veio uma máquina de costura, três tesouras, que as tesouras, eu também me desgostei, porque a tesoura, veio no valor de setenta reais e é aquelas de três por dez. (REPRESENTANTE DO EES COSTURA -SEDE-DO MUNICÍPIO DE SOBRAL)

A demora para realizar a licitação e entregar os kits aos empreendimentos causou apreensão junto aos EES e a equipe técnica. Essa situação se estendeu até o último ano de execução do projeto, 2016. O relatório final de execução do Projeto Gente Solidária menciona que dos 33 lotes, 16 fracassaram para só depois, ocorrer uma nova licitação para aquisição dos equipamentos. O mesmo relatório reitera que houve a necessidade de solicitar uma intervenção por parte do Gabinete do Prefeito para intervir para dar maior celeridade ao processo. Ocorre que a demanda não era atendida por completa. Cada empreendimento iria receber um determinado equipamento de acordo com a especificidade da sua atividade produtiva. Ainda sobre a aquisição dos Kits o relatório a caracteriza enquanto desafio para a execução, mesmo considerando a possibilidade do aumento e melhoria da produção. (PROJETO GENTE SOLIDÁRIA, 2016).

Com a tensão e apreensão geradas pela forte burocracia que envolvia a aquisição dos kits produtivos, a equipe técnica junto aos EES se direcionaram para operacionalizar por meio das “estratégias de apoio à comercialização estão sendo cada vez mais aperfeiçoadas, gerando boas oportunidades para os empreendimentos”. (PROJETO GENTE SOLIDÁRIA, 2016, p. 17). Tais estratégias possibilitaram articular ações como vendas virtuais no segmento de artesanato através do lançamento da marca FIA, Oficina de Artesãs, considerada inovação e que agregou e trouxe várias perspectivas para o os membros dos empreendimentos cuja atividade era o artesanato, inclusive pela presença de um designer que acompanhou o processo produtivo. O contato das artesãs com uma designer de moda por meio de uma formação promovida pelo projeto traz possibilidades de produção de comercialização dos produtos com aprimoramento diferenciados não só no âmbito do município, estimulando, sobretudo a participação dos empreendimentos conforme o relato da artesã

[...] FIA, foi uma venda através dum catálogo, que uma *designer*, chamada Celina Hissa, que ela é uma dona da Catarina Mina, uma boutique muito chique que tem em Fortaleza e ela resolveu comprar o artesanato "das mina" do Gente Solidária, ela foi chamada pra dar um treinamento e através desse treinamento, ela achou muito bonito os trabalhos e formaram o FIA, que é "vem fiar com a gente". Ela é uma *designer*, ela compra os artesanatos dos grupos: Taperuaba, Jaibaras, Trapiá e Aracatiaçu e aí, ela dá o toque final, que é o toque dela, da boutique, né? (EES TERRITÓRIO ARACATIAÇU- REPRESENTANTE GASTRONOMIA E ARTESANATO).

Em outra frente, na cadeia produtiva de reciclagem, buscava se fortalecer e avançar com a incubação dos EES de catadores criando a Associação de Aracatiaçu (AGAMSOL), os quais passaram a se engajar na coleta seletiva coordenada pela Secretaria de Conservação dos Serviços Públicos (SECONV). Tal fato oportunizou que os distritos de Aracatiaçu e Taperuaba iniciassem a cultura da coleta seletiva.

Outro ponto que estimulou a participação dos sujeitos se refere ao fortalecimento de redes produtivas através da criação da Associação de Alimentação Saudável da Economia Solidária de Sobral a qual reunia os grupos da Feira da Economia Solidária da Agricultura Familiar e as integrantes dos grupos da gastronomia. (PROJETO GENTE SOLIDÁRIA, 2016). As feiras da agricultura familiar possibilitaram a visibilidade dos empreendimentos como impulsionaram a comercialização agregando os produtores e gerando emprego e renda, fortalecendo sua participação no Projeto. No período que compreende julho do ano de 2015 a janeiro de 2016 foram realizadas aproximadamente 70 dias de feira da agricultura familiar de caráter semanal. Além das feiras semanais, os EEs participaram de feiras municipais e regionais à exemplo da Feira de Negócios do Vale do Acaraú (FENAIVA), da Feira Anual da Agricultura Familiar promovida pela FETRAECE em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, da Exposição dos produtos regionais de Tapera (EXPORTA) e da Feira de Exposição Agropecuária de Sobral (EXPONORTE). (PROJETO GENTE SOLIDÁRIA, 2016).

Em sintonia com a análise de Allegretti (2014) sobre às experiências de orçamentos participativos no Brasil e na Europa e seu posicionamento de que os processos participativos passam por transformações que os levam a evolução ou a involução com o decorrer do tempo podendo, através do capital social que constituem, crescer em qualidade de conteúdos e capacidades de atração, destacamos as estratégias adotadas para estimular a participação dos EES como foi o caso da criação do Fundo Solidários no empreendimento. O aprendizado gerado e criado durante o desenvolvimento dessa atividade foi de grande valia para os beneficiários do Projeto. Todos os entrevistados citam o fundo solidário e relatam o seu funcionamento:

[...] Foi o fundo rotativo, com experiência já, "ne outros cantos", que já tava funcionando. Aí, em Itapipoca tinha um grupo que já tava funcionando e aí, a gente... A economia ajeitou e nós "fumo" pra lá, né? E lá a gente viu, por exemplo, "as família" que já tava nesse movimento do fundo rotativo, né? E daí, nós "fiquemo" com aquela vontade. Nós "vamo" fazer isso aqui também, que é muito importante. E essa região aqui de Sobral, tem um "bocado" já feito, através, saindo da economia solidária, que a coisa foi espalhando, foi melhorando. (EES TERRITÓRIO JAIBARAS- REPRESENTANTE AGRICULTURA FAMILIAR).

A experiência de criação dos Fundos Solidários se deu por meio de visitas realizadas a experiências que já adotavam essa prática possibilitando o intercâmbio dessas experiências como descreveu a representante do EES da gastronomia e artesanato de Aracatiçu

O fundo foi uma visita, que foi feito pra... Pra que nós conhecêssemos como gerar melhor a renda, né? E aí, numa visita em Itapipoca, chamada uma fazenda Alagoinha, fomos conhecer a casa de sementes e, lá nessa fazenda, na Alagoinha, nesse assentamento, nós conhecemos um vídeo do fundo rotativo solidário, [...] e, nós resolvemos também trazer pros grupos e, ela foi uma das pessoas que nos orientava, que foi "fundada" cinco grupos na época que o projeto existia e, daí, a gente passou a ter o nosso próprio banco. (EES TERRITÓRIO ARACATIAÇU-REPRESENTANTE GASTRONOMIA E ARTESANATO).

A ideia do fundo se converte em banco comunitário coordenado e organizado pelos próprios membros dos EES

É um banco comunitário, onde que, juntavam os grupos e formávamos um grupo de sócio, presidente, vice-presidente, secretário e daí, "a gente ganhamos" mil reais de doações e o resto a gente fazia, continuamos fazendo: bazar, bingos, jantares... Tudo isso, para arrecadar fundos pro nosso banco. (EES TERRITÓRIO ARACATIAÇU-REPRESENTANTE GASTRONOMIA E ARTESANATO).

Aí, a gente fez, mas aqui, nós "tamo" fazendo esse fundo solidário, com os nossos recursos mesmo, no caso, a gente, essa menina tá fazendo calcinha, uma daquelas dali, tá fazendo calcinha, a sobra dessas calcinhas que a gente vai vender, aí já junta pro fundo [...] (EES TERRITÓRIO SOBRAL SEDE- REPRESENTANTE COSTUREIRAS E ARTESANATO).

Entretanto como foi dito anteriormente, a partir das reflexões de Allegretti (2014), o processo participativo não é retilíneo e possui meandros que interferem na implementação e execução de programas, projetos e políticas públicas. Mesmo com a criação da Lei Municipal de Economia Solidária, a finalização do contrato com a instituição que era responsável pela assessoria técnica do Projeto, responsável pela manutenção de toda equipe técnica traz prejuízo e certa incerteza de continuidade das ações. Soma-se a esta questão o encerramento da gestão municipal atual e a transição da nova gestão que, embora do mesmo grupo político, não se tem garantias reais se a economia solidária será assumida pela instância municipal dado o disposto em sua legislação. Isto posto, todo o caminho percorrido para se chegar a institucionalização da política se vê na condição de risco e fragiliza as conquistas advindas desse trajeto. Tal situação fica evidente no relato da gerente da Casa de Economia Solidária e coordenadora do Projeto em Sobral

Apesar da existência da LEI e de ainda existir recursos do Projeto, até o momento, maio de 2017, ainda não foi definida a equipe que dará continuidade ao projeto. O projeto era ligado a Secretaria de Desenvolvimento Social de Combate a Extrema Pobreza e hoje com a mudança da reforma administrativa da Prefeitura de Sobral passou para Pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A equipe anterior a essa mudança foi demitida. Estão construindo uma nova equipe. Tem toda uma burocracia para essa contratação, mas também tem a morosidade da não priorização. E um momento de muitas indecisões. O momento é de Espera, mas essa espera não pode ser longa. Os grupos ainda são frágeis, precisam de um maior acompanhamento em suas gestões.

Para que o Projeto fosse executado com todas as suas metas e atividades foram aplicados aproximadamente quase dois milhões de reais por meio da Senaes durante a vigência do Convênio. Segundo a coordenadora da Promoção do Trabalho e Renda da SEDS, em dezembro de 2016 a interrupção do assessoramento do IADH, logo após a entrega dos kits produtivos, fragilizou a coesão e participação dos grupos no Projeto. Apenas alguns grupos permaneceram, pois, continuavam a produzir a partir de encomenda à exemplo do artesanato (rede FIA), gastronomia e agricultura familiar. Os outros grupos se distanciaram, fragilizando o processo participativo. Numa análise da execução do projeto, a assessoria seria fundamental para continuidade dos grupos até que atingissem sua autogestão. Este relato vai ao encontro do que foi externado pela gerente da Casa de Economia Solidária em destaque acima.

Outra análise que pode ser feita sobre a questão da descontinuidade das ações está no próprio PPA de 2014-2017, o qual registra apenas no ano de 2014 recursos que serão aplicados no Projeto Gente Solidária perfazendo um total de R\$ 859.667,00 (oitocentos e cinquenta e novel mil, seiscentos e sessenta e sete reais) previsto. Não há previsão orçamentária para os anos subsequentes. Além do mais, a origem da fonte do recurso é apenas da secretaria Senaes. Dentre os sete entrevistados, nenhum havia conhecimento quanto a continuidade e presença das ações de economia solidária no PPA. O que leva a crer que o poder público necessita dar mais relevância ao tema da economia solidária.

A técnica da SEDS relata que espera um cenário mais favorável para a continuidade das ações uma vez que a vereadora que há época ajudou no processo da lei de economia solidária se tornou a vice-prefeita na atual gestão. Todavia, não há garantia nenhuma ao Projeto, por isso a atuação do Conselho Municipal será tão importante. Nas anotações do diário de campo no acompanhamento da visita técnica realizada pela Senaes no município de Sobral registrei algumas percepções que indicam a permanência das tensões após o processo da criação da política pública e finalização do Convênio do Projeto que reforçam as falas das última entrevistada a saber: a mudança da gestão das ações para a pasta da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo somada à mudança da técnica de referência impõem uma quebra no percurso já construído somada ao olhar do gestor da pasta para com a economia solidária. O registro feito no diário de campo, nas últimas idas ao campo empírico registra a instabilidade para a ambiência do cenário favorável para continuidade das ações

Durante a visita técnica da equipe da Senaes, se evidenciou a incompreensão sobre o sentido da economia solidária por parte das novas técnicas (agora seriam duas, uma

delas havia trabalhado no Senac³², ou seja, uma entidade que percebe a economia e os modos de produzir de forma atender o mercado empresarial e comercial) e por parte do próprio gestor. Mesmo percebendo que era o início de uma nova gestão, seria necessário resgatar profissionais que possuíssem experiência na linha de economia solidária e não só isso, mas que realmente a percebessem como outra economia, aquela que possibilita a inclusão de segmentos carentes da população e que pode resgatar princípios e valores solidários por vezes adormecidos ou esquecidos diante da economia capitalista. A economia solidária não é uma ação pontual ou um Convênio que deveria ser finalizado ou continuado, ela é algo bem maior que possui transversalidade junto a outros segmentos/ entidades (DIÁRIO DE CAMPO, abril de 2017).

A instabilidade sentida e relatada acima, com relação às perspectivas para economia solidária no município de Sobral, dá margem a novos questionamentos sobre possíveis mudanças e permanências quanto aos rumos da política pública municipal de economia solidária e quais os cenários que se instalariam a partir daí, mote para novos espaços de pesquisa. Entretanto, há que se ressaltar que as tensões aqui descritas não invalidam as conquistas consensuadas no âmbito do CGSol enquanto instituição participativa (IP) durante a trajetória relatada e analisada no presente estudo. Os estudos (AVRITZER, 2011; VAZ, 2011; CORTES, 2011) tem apontado caminhos para se aferir e analisar em maior profundidade a efetividade das instituições participativas. Nesse sentido Wampler (2011) adverte que a efetividade da participação estatal é um problema antigo no Brasil, entretanto o ambiente institucional das Ips favorece essa aproximação entre o governo e os cidadãos uma vez que existe o esforço constante em trazer para perto instâncias que, tradicionalmente, atuaram de forma separada durante um longo tempo se convertendo num espaço de intermediações forjando novos elos entre atores diversos.

No caso desta pesquisa e em sintonia com a afirmação do autor acima referido, o segundo momento apresentado no início desta seção trata dos arranjos sócios institucionais que se constituíram por meio do CGSoL. A institucionalização de espaços participativos, destacando-se a regulamentação do Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral – ECOSOL e a articulação e criação do Fórum Multiterritorial de Economia Solidária de Sobral – Serra da Ibiapaba – Litoral Extremo Oeste do Ceará são exemplos de resultados que indicam a efetividade da participação que o desenho institucional do comitê tornou possível.

³² O fundado em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), se institui nacionalmente, no Ceará, atua desde 1948 e é parte da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará (Fecomércio) que integram o conhecido sistema 'S' juntamente com o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC). Tais entidades possuem por finalidade prestar serviços aos como educação profissional, qualidade de vida, associativismo e desenvolvimento econômico cujo foco é voltado para empresas e o comércio. Disponível em: <https://www.ce.senac.br/>. Acesso: novembro 2017.

Ao analisarem os efeitos do processo participativo as autoras Faria e Ribeiro (2011) dialogam com Fung e Wright (2003) que reiteram que os desenhos da IPs não são neutros e sofrem interferência das escolhas e variações de sua atuação que podem resultar nas múltiplas determinações e possibilidades e das convergências dos atores sociais envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs analisar a trajetória que culminou na política pública de economia solidária (PPES) a partir de ações dispersas existentes em Sobral, região noroeste do estado do Ceará, município do semiárido cearense, destacando-se os sujeitos envolvidos e os diversos interesses que se manifestaram nesse percurso de implementação e institucionalização, trilhando contextos e espaços de participação social que expressaram uma efetividade participativa construída nessa trajetória. Compreendê-la, implicou em analisar o município de Sobral, sob prisma histórico e enquanto cidade-referência nesta região, com vistas a fundamentar o entendimento quanto a dinâmica local contemporânea. Nesse sentido, foi possível verificar que Sobral, mesmo sendo destaque como polo industrial e de serviços nessa região, o município ainda apresenta baixos indicadores sociais e dificuldades de inserção no mercado de trabalho, um quadro crescente de desigualdade social, conforme analisado no corpo desta dissertação. Tudo isso, constitui um contexto em que as circunstâncias obrigam a se pensar, ainda mais, nas condições de sobrevivência das pessoas e na geração de trabalho e renda para subsistência das famílias como fatores determinantes.

Isto posto, o ciclo político iniciado em 2011, alinhado às diretrizes do governo federal, reforça e potencializa ações que privilegiam o combate a extrema pobreza do município. Nesse contexto, o Projeto Gente Solidária, conforme explicitado no trabalho em tela, assumiu um caráter inovador por ser um dos municípios brasileiros que foram contemplados com recursos da Senaes que possuíam enquanto objeto maior a construção de políticas intergradadas de ecosol. Tal iniciativa demarca um importante momento para Sobral, uma vez que tanto o governo local e o governo federal encontravam alinhados por meio de um ciclo político que favoreceu e possibilitou a vitalidade ao próprio Projeto. Durante a presente pesquisa, observou-se que essa condição foi fator determinante para que se pudesse articular todo o processo para se implementar uma política pública municipal de ecosol favorecendo a permanência desse segmento a partir da própria política pública.

Entretanto, mediante as complexidades da implementação constatou-se que as tensões advindas desse processo, como a falta de diálogo entre setores do governo local, externadas pela ausência de participação no Comitê CGSol que acabaram por evidenciar diferenças junto às secretarias que possuíam maior interface junto ao Projeto, sobretudo, sua própria omissão. Assim, o Projeto promoveu um outro olhar aos técnicos da sua secretaria de origem, a SEDS, que passaram a compreender a economia solidária enquanto instrumento

minimizador da condição de pobreza no município, além da percepção da economia enquanto componente para o desenvolvimento do ser humano numa dimensão ampla, não só ligada a produzir para obter lucro. Contudo, mesmo desenvolvendo essa percepção, ainda assim, a SEDS, deixou a cargo do IADH toda a execução do Projeto, assumindo, na maioria das vezes o papel de repassadora de recursos.

Tal fato, se converteu em um componente que fragilizaria a continuidade das ações posteriormente, juntamente com as mudanças da nova gestão municipal iniciada em 2017. Não obstante, constatou-se que o tempo das organizações e da própria política vivenciam a tensão constante do descompasso, uma vez que as normatizações não conseguem dar conta da realidade no processo de implementação que se mostrou por demais complexo. Ao mesmo tempo, acabou atuando num raio maior do que a proposta formalizada no plano de trabalho pactuado entre o ente da federação e o governo municipal à exemplo dos intercâmbios vivenciados que possibilitaram trocas de aprendizados juntamente com o fortalecimento dos grupos produtivos conduzidos pelas mulheres que participaram do projeto e as demais ações e estratégias apresentadas ao longo da pesquisa.

A pesquisa também evidenciou que a economia solidária, mesmo considerada um importante instrumento de mudança social, não é tema prioritário nos planos de governo municipal uma vez que o Plano Plurianual, 2014-2017, considerando o período investigado de 2010 a 2016, por essa pesquisa, não apresenta recursos e conseqüentemente orçamentos que indiquem a continuidade de ações nesse segmento, de políticas públicas, contando apenas com recursos financiados pelo governo federal. Isto posto, a presente análise evidencia que, não obstante a realidade social apresentada e a necessidade de políticas públicas que promovam mudanças sociais significativas, não há garantia de recursos para dar continuidade ao Projeto Gente Solidária, objeto da presente análise.

Por outro lado, constatou-se que a institucionalização de iniciativas no campo da ES no município de Sobral possibilitou sua conversão em espaços participativos constituídos por representantes do governo municipal e da sociedade civil na trajetória de institucionalização da política de economia solidária, na dinâmica do CGSol. Essa interação reafirma o formato de construção e implementação das políticas públicas locais, nesse caso especificamente da política pública de economia solidária.

A participação dos atores sociais envolvidos no CGSol estimulou e ampliou o campo de discussão para a ação pública, além de proporcionar o exercício de gestão compartilhada na execução do Projeto Gente Solidária. Todas as decisões atinentes ao Projeto eram discutidas e deliberadas no espaço do CGSol em virtude do seu intuito de fomentar a

autogestão dos espaços que estavam se constituindo, como por exemplo, a Casa da Economia Solidária e as feiras locais, reforçando o exercício participativo na própria execução do Projeto, como também o Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral de ECOSOL e ainda a articulação e criação do Fórum Multiterritorial de Economia Solidária de Sobral – Serra da Ibiapaba – Litoral Extremo Oeste.

Constatou-se também que a construção de uma política pública no âmbito local numa condição real do território delimita e permite o direcionamento da própria política pública. Ressalta-se que a construção conjunta da referida política, incluindo povo e governo, contribuiu para que a política de economia solidária desse município não se restringisse a uma perspectiva gerencialista, que durante muito tempo no Brasil caracterizou outras políticas públicas elaboradas de “cima para baixo”.

Especificamente quanto ao caso da PPES de Sobral, pode-se inferir que elas possuem, pelo menos em sua concepção, princípios e práticas com potencial para possibilitar um desenvolvimento, não diria alternativo ao capitalismo, mas, pelo menos, propiciador de inclusão social de segmentos da população na condição de pobreza.

Ademais, observada a trajetória, foco da análise do presente estudo, da referida política pública, as tensões e os consensos nela gestados, pode-se afirmar, em conformidade com o entendimento de Cortes (2011a), que a ação estatal possibilitou a criação de uma instituição participativa que, produziu ou reafirmou lideranças sociais, melhorou bens e serviços públicos, criando e difundindo uma relação mais confiável nas instituições públicas, pelo menos nesse caso. Assim, corroborando com Wampler (2011), o CGSol e a interação de seus diversos atores sociais expressam o resultado de como os recursos e a autoridade estatal representada pelo poder municipal podem ser aproveitados para produzir melhores resultados das políticas. Ou seja: “As várias arenas das várias políticas públicas são, então, transformadas em fóruns permanentes entre os vários atores” (WAMPLER, 2011, p. 49).

Dado o contexto acima, foi possível constatar que implementar políticas públicas que minimizem essas condições e promovam inclusão social por meio gerando emprego e renda é condição *sine qua non* para o desenvolvimento local e dos seus cidadãos, especialmente a parcela da população que vivencia precárias condições de vida.

REFERÊNCIAS

- ÁGUIAR JÚNIOR, P. R. **A cidade e o rio: produção do espaço urbano em Sobral - Ceará**. 2005. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ALGODÃO desenvolveu o Nordeste. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 01 jun. 2009. Regional. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/algodao-desenvolveu-o-nordeste-1.186159>>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- ALLEGRETTI, G. Os orçamentos participativos sabem escutar? In: LIMA, K. C. P.; PINI, F. R. O. (Orgs.). **Orçamento participativo: múltiplos olhares**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.
- ALVES, M. C. **Planejamento urbano e territorial: Sobral e suas contradições**. Campinas: Edição territorial, 2011.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho - na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ARAÚJO, H. E.; SILVA, F. A. B. Economia solidária: um novo paradigma de política pública? **Mercado de trabalho**, Brasília, n.28, p.29-37, 2005. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_28f.pdf>. Acesso em: 10 out. 2010.
- ARAÚJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/691>>. Acesso em: 12 maio 2016.
- ARRAES, E. Cural de reses, cural de almas: introdução à urbanização dos ‘Certoens’ das capitâneas do Norte (século XVII-XIX). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 51-77, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82385/85362>>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- ARRETCHE, M. T. S. Uma contribuição para fazermos uma avaliação menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC/USP, 2001.
- ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- ARRUDA, M. Situando a economia solidária. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: FLEM, 2003. p.19-31.

ARRUDA, M. Desenvolvimento integral: sentido profundo da economia e da vida. In: ORGANIZAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS E BENS COMUNS. **Por um outro desenvolvimento**. São Paulo: Abong, 2012. p.17-36.

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.50, n.3, p.443-464, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

_____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n.1, p. 43-64, jun.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. v. 7.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Memorando do Banco do Nordeste do Brasil S.A. Órgão Executor**. Fortaleza: BNB, 2005.

BARBOSA, R. N. C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Luís-MA: FAPEMA, 2008. p. 90-129.

BERNARDES, D. M. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, n.71, p.41-79, 2007.

BEZERRA, R. G. **O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”**: usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

_____. Narrativas da cidade virtual. **O público e o privado**, Fortaleza, n.17, p.71-85, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=18&path%5B%5D=79>>. Acesso: 23 maio 2016.

_____. Políticas urbanas e processos de patrimonialização nas cidades de Fortaleza e de Almada. **Fórum Sociológico**, Lisboa, v.25, n.1, p.45-51, nov. 2014. Disponível em: <<http://sociologico.revues.org/931>>. Acesso: 12 maio 2016.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 2, p.98-104, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511/494>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRANDÃO, C. R. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **O&S**, Salvador, v.15, n.45, p.145-157, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n45/v15n45a11.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento nacional, políticas regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p.101-115, out. 2010. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201451280.CD7_0_088_14.pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL, J. P. S. Sobral: tentativa de interpretação histórica da ação polarizadora sobre a região. **Revista de Ciência Sociais**, Fortaleza, v. 3, n.2, p.105-121, 1972. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4564/1/1972_art_JPSBrazil.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Relatório SAGI**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Incubadoras**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/progincubadoras>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Edital de Chamada Pública nº 003/2011. 2011**. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D31D3EF60131D7995D191D2A/chp_SENAES_003_2011_edital.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no Governo Federal 2002/2010**. Brasília, 2012.

BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.103-116. Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso em: 14 abr. 2015.

CARVALHO, I. M. M. A utopia da SUDENE e o planejamento regional: trajetória e possibilidades. In: FARIAS, L. A. C.; FROTA, F. H. S. (Orgs.). **Nordeste (s), novos desafios: políticas públicas e dinâmicas institucionais**. Fortaleza: EDUECE, 2006.

CAVALCANTE, P. Descentralização de políticas públicas sob a ótica neoinstitucional: uma revisão de literatura. **Revista Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v.45, n.6, p.1781-1804, nov./dez.2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7059/5616>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

COMITÊ GESTOR DO PROJETO GENTE SOLIDÁRIA. **Ata da 2ª Sessão Ordinária do CGSol**. Sobral: CGSol, 2014.

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Amedina, 2009. p.120-127.

_____. ¿Qué es lo económico y que es otra política? In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (Orgs.). **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão-UFRJ, 2012.

COSTA, E. L. Ritos e Procissões: Capital Simbólico e Dominação nas Irmandades Religiosas de Sobral no Limiar do Século XX. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 3, n.3, p.1-13, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF8/ARTIGO3-Elza.Costa.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

COSTA, L. F. A. **O sertão não virou mar**: nordeste (s), globalização e imagem pública da nova elite cearense. São Paulo: Annablume; Fortaleza: EdUECE, 2005.

COSTA, V. Políticas públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. **Idéias**, Campinas, v. 6, n.2, p.135-166, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/2163/1568>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

DAMASCENO, M. N. A pesquisa como atividade coletiva de formação e produção de conhecimentos. In: DAMASCENO, M. N.; SALES, C. M. V.; ALMEIDA, N. R. O. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa: formação e experiências**. Curitiba: CRV, 2016. p.19-35.

DENZIM, K. N.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 15-90.

DENZIM, K. N.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 15-90.

DIAS, R. B.; NOVAES, H. T. Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da tecnologia social. In: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009. p. 29-37. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, C. F.; RIBEIRO, U. C. Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In: PIRES, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. v. 7, p.125-135.

FERREIRA, D. L. Espaços de lazer em Sobral- Ceará, o “cid marketink” e uma nova proposta de (re)invenção da cidade. In: MARIA JÚNIOR, M.; FREITAS, N. A.; HOLANDA, V. C. C. (Coords.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco**. Sobral: UECE/UVA, 2010. p. 185-210.

FRANÇA-FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.16, n.1-2, p.245-275, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a11.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2017.

FREITAS, N. A. Mito e poder no processo de construção da identidade ou enfoque da sobralidade: a contribuição das ciências sociais. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 6., 2000, Porto. **Anais...** Porto: CEA, 2000. p. 547-554. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7072.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. Ação, efeito e manobras: o “artefato primoroso” da monumentalização de Sobral e seus usos no campo político. In: MARIA JÚNIOR, M.; FREITAS, N. A.; HOLANDA, V. C. C. (Coords.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco**. Sobral: UECE/UVA, 2010. p. 185-210.

FROTA, F. M. M. **Vila distinta e real de Sobral**. 1973. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1973/1973-VilaDistintaRealSobral.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

GAIGER, L. I. Relações entre equidade e viabilidade nos empreendimentos solidários. **Lua Nova**, São Paulo, n.83, p.79-109, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n83/a04n83.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia: problemas e práticas**, Lisboa, n. 79, p. 43-63, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0873-65292015000300003&script=sci_abstract>. Acesso em: 12 abr. 2016.

GAMA NETO, R. B. Eleições, economia e ciclo político: uma revisão da literatura clássica. **BIB**, São Paulo, n.65, p. 91-112, 2008,.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Rercord, 2004.

GOMES, M. F. C. M. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, M. O. S. (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2001. p.17-36.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre: [s.n.], 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

HAGUETTE, T. M. F. As elites sobralenses na década de 40. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, p.391-404, 1991. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1991/1991-ASElitesobralensesnadecadade40.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Amedina, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sobral, Ceará**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/sobral.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

_____. Sobral. In: _____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 16, p. 512-523. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

_____. **O mapa do emprego de Sobral**. Fortaleza: IDT, 2008. 66p. Disponível em: <http://www.sineidt.org.br/portaldit/arquivos/publicacao/o_mapa_do_emprego_de_sobral.pdf>. Acesso: 23 ago. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) dos municípios cearenses nos anos de 1991, 2000 e 2010. **Informe**, Fortaleza, n. 64, set. 2013. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/informe/index1.html>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

_____. **Ceará em Mapas**. Disponível em: <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/index.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. **Perfil Básico Municipal**. Fortaleza: IPECE, 2011. <http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/Perfil_Regional_R3_Sobral_Ibiapaba_2013.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. **Perfil Básico Regional 2014 – Macrorregião Sobral/Ibiapaba**. Fortaleza, 2014. <http://www2.ipece.ce.gov.br/estatistica/perfil_regional/Perfil_Regional_R3_Sobral_Ibiapaba_2014.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2016.

LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. v. 7, p. 33-42.

LAVILLE, J. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.16, n.1-2, p.57-99, 2001. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100004>>. Acesso em: 20 maio 2017.

LAVILLE, J. Economia solidária e globalização. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Economia solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: FLEM, 2003. 132p.

LEGUIZAMÓN, S. A. A produção da pobreza massiva e sua persistência no pensamento social latino-americano. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/05legui.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45-74, out. 2004.

_____. Cooperativas de trabalho. In: HESPANHA, P.; CATTANI, A. D.; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Amedina, 2009. p.91-95.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária: construindo uma nova sociedade**. Curitiba: IFIL, 2000. Disponível em: <www.milenio.com.br/mance/redes1.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. A revolução das redes de colaboração solidária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECÔNOMAS SALESIANAS, 1., 2005, Sevilha. **Anais...** Sevilha: [s.n.], 2005. p.1-15. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redde_de_Colaboracao_Solidaria.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.

MARIA JÚNIOR, M. Da fazenda caiçara, nos “Sertões do norte”, à cidade média de Sobral. Reconstruindo espacialmente o processo de expressão regional. In: MARIA JÚNIOR, M.; FREITAS, N. A.; HOLANDA, V. C. C. (Coords.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco**. Sobral: UECE; UVA, 2010. p. 185-210.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Tradução de Carlos A. Silveira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZUCHELLI, F. O pioneirismo de Smith. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.11, n.1, p. 185-192, jan./jun. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643091/10643>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MILANI, C. R. S. O “princípio participativo” na formulação de políticas públicas locais: análise das experiências europeias e latino-americanas. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 29., 2005, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu/MG: ANPOCS, 2005. p.1-16.

_____. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP**, Rio de Janeiro, v.42, n.3, p.551-579, maio/jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p.621-626, mar.2012. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>>. Acesso em: 20 jul.2016.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 3-24 jan./mar. 2010.

NASCIMENTO, J. C. **(Re) descobriram o Ceará?** Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre areal e patrimônio nacional. 2008. 209 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8816/1/Tese%2520Jose%2520Nascimento%2520parte1%25201%2520seg.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

OLIVEIRA, F. **Elegia Para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste: planejamento e conflitos de classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREZ, J. R. R. Avaliação do processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PERRUCCI, G. Nordeste: uma revisão necessária. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.1, n.1, p.25-38, 1981. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=39>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PÉTONNET, C. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n.25, p. 1-266, 2009.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. 104p. v. 2.

POCHMANN, M. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Mercado de trabalho - IPEA**, Brasília, n.24, p.23-34, ago.2004. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. Rumos da política de trabalho no Brasil. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez; São Luís-MA: FAPEMA, 2008. p. 23-40.

PONTES, L. M. V.; ALBUQUERQUE, E. L. S.; MEDEIROS, C. N. **A questão dos limites municipais do estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2012. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/QUESTAO_LIMITES_MUNICIPAIS_CEARA.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. 6. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas novas metodologias. **Mercado de trabalho - IPEA**, Brasília, n.39, p.57-62, maio 2009. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

PROJETO GENTE SOLIDÁRIA. **Relatório final de execução de convênios, termos de parceria e acordos de cooperação**. Maio, 2016.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2002. 168p.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v.1, n.1, p.7-16, jan./jun.2008a.

RODRIGUES, L. C. Propostas novas perspectivas metodológicas na avaliação de políticas públicas. **Aval Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v.1, n.1, p.7-16, jul./dez.2008b.

SANCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2015.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-77.

SARAVIA, H. Introdução à teoria da política pública In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2.

SCARTEZINI, N. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara/SP, n. 14-15, p.25-37, 2010/2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5159/4224>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

SCHIOCHET, W. **Mercado de trabalho**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

_____. Da democracia à autogestão: economia solidária no Brasil. In: BENINI, É. (Org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 480 p.

SCHWENGBER, Â. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores. In: FRANÇA FILHO, G. C.; AVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 293-296.

SECRETARIA EXECUTIVA DO FBES. A trajetória do movimento da economia solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES). In: FRANÇA FILHO, G. C.; AVILLE, J.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 75-87.

SÍGOLO, V. M.; PATEO, F. V. Um estudo sobre desenvolvimento local solidário: conceitos e estratégias. In: MELLO, S. L.; BARBIGRI, E. M.; SÍGOLO, V. M. (Orgs.). **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: Nesol-USP; ITCP-USP, 2007. v. 2, p. 65-84.

SILVA, M. O. S. (Coord.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos metodológicos**. São Paulo: Veras; São Luís, MA: GAEPP, 2008.

SILVEIRA, E. M. A cidade dos coronéis: história e cultura política em Sobral (1962-1970). In: MARIA JÚNIOR, M.; FREITAS, N. A.; HOLANDA, V. C. C. (Coords.). **Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco**. Sobral: UECE; UVA, 2010. p. 71-92.

SILVEIRA, E. M. A ditadura e o poder local Sobral-Ce. **Revista Historiar**, Sobral, v.5, n.9, p. 6-22, 2013.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18. n.51, p.7-22, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9997>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

SINGER, P.; KRUPPA, S. M. P. Senaes e a economia solidária – democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: LASSANCE JÚNIOR, A. E. et al. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 89-101.

SINGER, P. **A economia solidária no Governo Federal**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2010.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129.

_____. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Ipea Mercado de Trabalho**, Brasília, n.39, p.43-48, maio 2009. Disponível em: <SOARES, J. T. **A ideia da modernidade em Sobral**. 2. ed. Fortaleza: UFC; Edições UVA, 2004. 132p.>

SOBRAL. Câmara Municipal. **Lei n. 1515**, de 06 de outubro de 2015. Institui a Política de Fomento à Economia Solidária no Município de Sobral, e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarasobral.ce.gov.br/index1.html>>. Acesso em: 12 maio 2016.

_____. Fundação de Ação Social do Município de Sobral. **Relatório de Gestão 2009**. Sobral, 2009.

_____. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 1739, de 30 de março de 2016**. Regulamenta o Conselho Municipal de Economia Solidária de Sobral, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza (SEDS). Sobral, 2016.

_____. Prefeitura Municipal. **Diagnóstico de Economia Solidária**: município de Sobral. Sobral, 2014.

_____. Prefeitura Municipal. **Relatório de execução de convênios, termos de parceria e acordos de cooperação**: gente solidária. Sobral, 2016.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Extrema Pobreza. **Portaria n.001/2014**. Nomeia a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Sobral. Disponível em: <<http://www.sobral.ce.gov.br/diario/IOM565.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SOUZA, C. Estado e políticas públicas: de que estamos falando? In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 27., 2013, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2013. p.1-16.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, R. N. R. Negros na sociedade colonial acarauense. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 4., 2014, Belém. **Anais...** Belém: Açai, 2014. p.198-212. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/pphist/documentos/Vol.%2016%20-%20A%20escravidao%20moderna.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

VAZ, A. C. N. Da participação à qualidade da deliberação em fóruns públicos: o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil. In: PIRES, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. v. 7, p.91-107.

WAMPLER, B. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: PIRES, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. v. 7, p. 43-53.

WEFFORT, F. C. (Org.). **Os clássicos da política**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2001. v. 2.